

**THAYNÁ LUANA BORGES**

**O GINÁSIO SANTO ANTÔNIO EM CAJURI- MG: CONSTITUIÇÃO,  
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO (1961-1975)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Denilson Santos de Azevedo

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2021**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de  
Viçosa – Campus Viçosa

T

B732g  
2021  
Borges, Thayná Luana, 1996-  
O Ginásio Santo Antônio em Cajuri - MG : constituição,  
organização e funcionamento (1961 – 1975) / Thayná Luana Borges. -  
Viçosa, MG, 2021.  
127 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 115 - 123.

1. Ginásio Santo Antônio - Cajuri (MG) - História. 2. Educação -  
Cajuri (MG) - História. I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em  
Educação. II. Título.

CDD 22. ed. 370.98151

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB6/2552

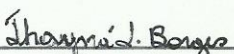
**THAYNÁ LUANA BORGES**

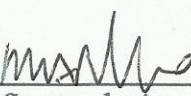
**O GINÁSIO SANTO ANTÔNIO EM CAJURI- MG: CONSTITUIÇÃO,  
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO (1961-1975)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de junho de 2021.

Assentimento:

  
\_\_\_\_\_  
Thayná Luna Borges  
Autora

  
\_\_\_\_\_  
Denilson Santos de Azevedo  
Orientador

*A todos os professores que fizeram parte da  
minha trajetória escolar, vocês foram inspiração  
e motivação. A meus pais e avós por tudo! A  
meus amigos por me ensinarem o verdadeiro  
significado de Philia.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, com Teu apoio, com Teu amparo e com Suas forças fizeram com que esse processo fosse possível e se concretizasse.

Aos meus pais, Maria Aparecida do Carmo Borges e Carlos Roberto Borges, que sempre intercedem por mim e foram, sem sombras de dúvidas, apoio e incentivo em toda a minha trajetória escolar e acadêmica.

Aos meus avós, que mesmo sem entender o que eu faço, fazem suas orações e torcem para o meu sucesso profissional e pessoal.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE-UFV, em especial ao trio do *Lattes, mas não mordes*, vocês foram amparo e segurança nas horas mais difíceis desta etapa. Agradeço também a Karla, Júnior, Laryssa e Sáhira por todas as trocas ao longo deste processo.

Aos amigos externos ao PPGE-UFV, que vibram e torcem para o meu sucesso. Em especial, Adriele Aparecida Miranda, Alice Felipe Izidório, Carlos Antonio Jacinto e Dalbert Viana Gregório.

Ao Oséias Soares Ferreira, por ter me apoiado e acreditado no meu potencial, gratidão por ser minha parceria de artigos e irmão de coração.

Ao Programa de Educação Tutorial, que foi e sempre será minha base de projeto de ensino, pesquisa e extensão.

As professoras Wânia Guimaraes Lacerda, Cristiane Aparecida Baquim e Bethânia Medeiros Geremias que me concederam oportunidades ímpares para que essa trajetória acadêmica se tornasse possível.

Ao professor Valter Machado Fonseca, por me acolher no Núcleo de Pesquisas Educação e Artes em Diferentes Espaços.

Aos integrantes do Aulão Solidário, que me apoiaram em toda reta final desta pesquisa. Em especial a Diretoria de Gestão de Pessoas, obrigada por tudo!

Ao meu orientador Denilson Santos de Azevedo, pela parceria na dissertação e nos congressos. Gratidão!

Aos professores Anderson da Cunha Baia e Maísa Aparecida Oliveira, que acompanharam todas as etapas avaliativas da pesquisa. Obrigada por todas as contribuições! Agradeço também a professora Ana Luiza Jesus da Costa que somou a essa equipe, trocando conhecimentos. Gratidão!

Aos funcionários da UFV, em especial Mayara e Naiany, vocês são incríveis!

Ao Arquivo Padre Oswaldo Renato Cunha, a Câmara e Prefeitura Municipal de Cajuri, ao Jornal Folha da Mata e aos entrevistados desta pesquisa, que abriram suas portas com documentos e depoimentos, o que possibilitou com que essa pesquisa fosse realizada.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro dado à pesquisa.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização da presente etapa. Gratidão!

A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 0001.

*“Com Tua mão, ó meu Senhor segura a minha. Pois, não me atrevo a um passo só, sem Teu amparo, sem Teu apoio”.*

(Suely Façanha).

*“É preciso ter **esperança**, mas ter **esperança** do verbo *esperançar*; porque tem gente que tem **esperança** do verbo *esperar*. ... *Esperançar* é se levantar, *esperançar* é ir atrás, *esperançar* é construir, *esperançar* é não desistir!”*

(Paulo Freire)

## RESUMO

BORGES, Thayná Luana, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2021. **O Ginásio Santo Antônio em Cajuri - MG: constituição, organização e funcionamento (1961-1975).** Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

Este trabalho se propôs a realizar uma investigação sobre o processo de constituição, organização e funcionamento do Ginásio Santo Antônio, primeira instituição de ensino ginásial da cidade de origem da pesquisadora, Cajuri, município este que integra a microrregião de Viçosa. Este Ginásio, foi reconhecido pela portaria n ° 309, de 21 de março de 1962. Nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o processo de constituição, organização e funcionamento do Ginásio Santo Antônio. Para o estudo desta instituição educativa utilizamos como base as fontes encontradas na Câmara Municipal e na Prefeitura Municipal de Cajuri, tais como atas, resoluções, portarias, decretos e leis (1961-1975). Na atual Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias de Andrade, antiga sede do Ginásio, encontramos documentos como os livros de matrícula (1961-1975). No acervo particular do educandário, tivemos acesso às atas de fundação da escola (1961), de reuniões (1961-1975), relatórios anuais (1962 e 1964), de exames de admissão (1962-1975), de matrícula (1962-1975), de autorização para lecionar (1972) e correspondências oficiais para a Arquidiocese de Mariana (1961-1975), visto que, a origem desse estabelecimento pode estar relacionada à paróquia local. Para este estudo sobre o Ginásio Santo Antônio, caracterizamos sua origem, organização e funcionamento; identificamos os principais sujeitos envolvidos na criação das instituições, bem como as práticas pedagógicas e curriculares que ocorreram no interior da escola; investigamos mudanças, permanências, avanços e retrocessos desses ginásios no período em tela; e averiguamos as possíveis contribuições desse educandário para sua cidade local. Com esta pesquisa entendemos, com base nas fontes documentais e nas fontes orais, o significado e a motivação da fundação de um Ginásio na cidade de Cajuri, tratando-se de um projeto desenvolvido na década de 60, pelo então pároco da cidade, o padre Oswaldo Renato Cunha. Ademais, ao longo da investigação, identificamos os esforços mobilizados na pessoa do pároco e então diretor do estabelecimento de ensino para a manutenção da educação ginásial na cidade, através da oferta de bolsas para aqueles que não possuíam condições para arcar com os gastos deste ciclo escolar.

Palavras-chave: Ginásio. Cajuri (MG). Educação. História das instituições.

## ABSTRACT

BORGES, Thayná Luana, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2021. **The Santo Antonio Gymnasium in Cajuri - MG: constitution, organization and operation (1961 – 1975)**. Advisor: Denilson Santos de Azevedo.

This work proposed to realize an investigation about the process of constitution, organization and functioning of Santo Antônio Gymnasium, the first gymnasial institution of the researcher's city of origin - Cajuri - located in the micro-region of Viçosa, in the state of Minas Gerais (MG). This gymnasium was recognized by Ordinance No. 309, of March 21, 1962. From this perspective, the main objective of the research is to analyze the process of constitution, organization and functioning of the Santo Antônio gymnasium. To study this institution, we used as basis, some sources found in the City Council and in the City Hall of Cajuri, such as minutes, resolutions, ordinances, decrees and laws (1961-1975). At Capitão Arnaldo Dias de Andrade State School, the current set of the old gymnasium, we found documents such as enrollment books (1961-1975). In the private document collection of this institution, we had access to the school foundation records (1961), meeting records (1961-1975), annual reports (1962 and 1964), admission exams (1962-1975), enrollment (1962-1975), authorization to teach (1972) and official correspondence for the Archdiocese of Mariana (1961-1975), since, apparently, the origin of this establishment is related to the local parish. For this study at Santo Antônio gymnasium, we characterized its origin, organization and functioning; we identified the main subjects involved in the creation of institutions, as well as the pedagogical and curricular practices that took place within the school; and we also investigated changes, permanences, advances and setbacks of these gyms in the period in question; and we the possible contributions of this educational institution to its local city. With this research, we understand, based on documentary and oral sources, the meaning and motivation of founding a gymnasium in the city of Cajuri, that are related to a project developed in the 60s, by the parish priest of this city, Father Oswaldo Renaldo Cunha. Furthermore, throughout the investigation, we identified the efforts mobilized by the parish priest and director of the educational establishment of that time for the maintenance of the gymnasial education in the city, through the offer of scholarships for those who did not have the conditions to cover the expenses of this school cycle.

Keywords: Gymnasium. Cajuri (MG). Education. History of institutions.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.S.P. K	Associação Presidente Kennedy
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CD	Conselho Diretor
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CR\$	Cruzeiros
C.P.C	Cáritas da Paróquia de Cajuri
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPS	Educação Popular Solidária
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEB	Movimento de Educação de Base
MG	Minas Gerais
OSPB	Organização Social da Política Brasileira
PACS	Projetos alternativos comunitários
PPGE- UFV	Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa
RJ	Rio de Janeiro
SER	Secretária Regional do Ensino
SEESCPMG	Sindicatos dos Estabelecimentos de Ensino Secundário Primário e Comercial Primário e Comercial de Minas Gerais
SP	São Paulo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UREMG	Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E QUADROS

Figura 1 – Passos para realização da entrevista.....	27
Figura 2 – Articulação entre os níveis de ensino de acordo com a LDB de 1961.....	42
Figura 3 – Articulação entre os níveis de ensino de acordo com a LDB de 1971.....	43
Figura 4 – Municípios brasileiros com estabelecimentos de ensino por unidade de Federação em 1962.....	46
Figura 5 – Municípios da Zona da Mata Mineira com ginásios criados na década de 60 .....	50
Figura 6 – Mapa da microrregião de Viçosa (2020).....	51
Figura 7 – Estação ferroviária da cidade de Cajuri -MG (1990).....	58
Figura 8 – Exemplo de sumário dos documentos.....	64
Figura 9 – Estrutura do funcionamento do Ginásio Santo Antônio, em 1961 .....	67
Figura 10 – Deputados e o lema de ensino, em 1973 .....	74
Figura 11 – Exemplo de quadro de matriculados .....	81
Figura 12 – Modelo de certificado de conclusão do ensino ginásial (1961 – 1975).....	95
Quadro 1 – Documentos utilizados para análise do Ginásio Santo Antônio.....	22
Quadro 2 – Reformas educacionais no Brasil (1890 – 1971).....	31
Quadro 3 – Conteúdos escolares de acordo com a Reforma Benjamim Constant .....	33
Quadro 4 – Conteúdos escolares de acordo com a Reforma Francisco Campos .....	38
Quadro 5 – População da Zona da Mata Mineira (1960 -1970).....	48
Quadro 6 – Relação de taxa de contribuição dos alunos 2º série (1964) .....	76
Quadro 7 – Distribuição de disciplinas (1971).....	83
Quadro 8 – Carga horária do ano letivo do Ginásio Santo Antônio (1971).....	84
Quadro 9 – Relação de professores, disciplinas, tempo de trabalho e formação .....	89

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução de matrículas no ensino médio no Brasil.....	44
Tabela 2 - Evolução da matrícula no sistema escolar em número relativos, no período de 1961 a 1972.....	44
Tabela 3 - Profissão dos pais dos matriculados no Ginásio Santo Antônio (1962 – 1965).....	79

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. A EXPANSÃO DO ENSINO GINASIAL NO BRASIL (1961 -1975): ESTATÍSTICAS E LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>28</b>
2.1. A expansão do Ensino Secundário no Brasil (1890 -1975) .....	29
2.2. Minas Gerais e a disseminação de ginásios (1961-1975) .....	44
2.3. A microrregião de Viçosa e a disseminação de ginásios (1961 -1975).....	47
<b>3. O GINÁSIO SANTO ANTÔNIO (1961-1975): SUAS FONTES E A SUA HISTÓRIA</b>	<b>52</b>
3.1. A imprensa e o Ginásio Santo Antônio .....	52
3.2. A cidade de Cajuri e o Ginásio Santo Antônio: um movimento de emancipação .....	55
3.3. O fundador do Ginásio Santo Antônio e o Arquivo Padre Oswaldo Renato Cunha.....	60
<b>4. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO GINÁSIO SANTO ANTÔNIO.....</b>	<b>65</b>
4.1. A Organização e manutenção do Ginásio Santo Antônio.....	65
4.2. O funcionamento do Ginásio Santo Antônio .....	79
4.3. Contribuições do Ginásio Santo Antônio para o povo cajuriense: o que dizem os entrevistados .....	97
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro da entrevista semiestruturada sobre o processo de constituição de ginásios na microrregião de Viçosa-MG entre o período de 1961-1973 .....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>126</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“É experiência aquilo que nos passa, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao passar-nos nos forma e nos transforma”.  
(JORGE LARROSA, 2000, p.21)

O presente estudo, na medida em que toca e transforma, é uma experiência. É fruto de uma afetação que marca a história da pesquisadora, suas memórias e relações. E esta é uma das razões que deram origem ao estudo aqui descrito. Nesse sentido, este trabalho se propôs a realizar uma investigação sobre o processo de constituição, organização e funcionamento do Ginásio Santo Antônio, primeira instituição de ensino ginasial da cidade de origem da pesquisadora, Cajuri, município este que integra a microrregião de Viçosa<sup>1</sup>.

Investigar o processo de uma possível expansão de oportunidades educacionais, através da fundação de ginásios que permitiram que grupos menos favorecidos economicamente prosseguissem seus estudos, me motiva enquanto mulher negra que teve sua vida modificada pelo acesso à educação. Logo, foi possibilitado a mim, filha de agricultores semianalfabetos, ser a primeira mulher da família a concluir a Educação Básica e a ingressar no Ensino Superior.

Somado a isso, este trabalho visa colaborar com outras investigações que estão sendo desenvolvidas por docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFV) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que investiga o processo de constituição de ginásios em diversos municípios na região da Zona da Mata Mineira, entre os anos de 1950 a 1985<sup>2</sup>. Assim, foi construído o despertar desta pesquisa sobre o ensino ginasial.

O interesse por essa temática também se encontra relacionado com pesquisas desenvolvidas anteriormente pela autora deste estudo. No Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), para fins de obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, pela UFV<sup>3</sup>, realizamos<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup>A microrregião de Viçosa é composta pelos seguintes municípios: Amparo da Serra, Araponga, Brás Pires, Cajuri, Canaã, Cipotânea, Coimbra, Ervália, Lamim, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, São Miguel do Anta, Senhora de Oliveira, Teixeiras e Viçosa. Este conjunto faz parte da Zona da Mata Mineira. Dentre estas, a cidade de Cajuri foi transformada em município em 30 de dezembro de 1962, pela Lei Estadual 2.764, desmembrando-se de Viçosa. Foi instalado em 1 de março de 1963 (BRASIL, 1962).

<sup>2</sup>Como exemplo destas produções temos: Cunha e Azevedo (2020); Maia e Azevedo (2019); Bagli e Azevedo (2018); Pereira e Azevedo (2017); Cabral e Azevedo (2014) e dentre outras.

<sup>3</sup>A instituição de ensino superior Universidade Federal de Viçosa (UFV), é uma universidade pública situada na zona da mata mineira, mais especificamente na cidade Viçosa, no estado de Minas Gerais.

<sup>4</sup>Este trabalho será, a partir de agora, escrito em terceira pessoa do plural, visto que foi realizado com estreita parceria entre orientador e orientanda. O pontapé inicial foi algo individual da pesquisadora, por isso iniciamos a escrita em primeira pessoa do singular.

uma pesquisa sobre o Ginásio Raul de Leoni no período de 1962 a 1973. Esse trabalho objetivou compreender como ocorreu o processo de criação e os primeiros anos do Ginásio Raul de Leoni (1962-1973).

Para isso, buscamos nos jornais “Folha de Viçosa” e jornal “A Cidade” que circularam no município de Viçosa, respectivamente, entre os anos de 1963 e 1973, e 1962 e 1967. Além disso, adotamos entrevistas semiestruturadas com alguns funcionários e alunos desse educandário e também a análise de documentos do acervo pessoal dos entrevistados. A partir desse trabalho, pudemos identificar que o Ginásio Raul de Leoni contribuiu para a educação na cidade de Viçosa, sobretudo para os filhos de operários que, naquele período, não tinham condições de manter os gastos do ensino ginasial e colegial<sup>5</sup>.

Nessa direção, é importante assinalar que no decorrer dessa análise, detectamos por meio dos jornais analisados notícias que demonstravam um movimento de construção de outros ginásios nesta microrregião, em cidades como Cajuri, Coimbra, Paula Cândido e Amparo do Serra, por exemplo. Identificamos que todos esses ginásios tiveram por fundação e/ou colaboração do Padre Antônio Mendes<sup>6</sup>.

De posse dessas informações, elaboramos alguns questionamentos sobre a temática: Quem eram os profissionais que atuaram nestas escolas? Quem eram os seus alunos? Como ingressavam? Qual o perfil de seus pais? Quem eram os docentes e quais foram suas trajetórias de formação? Quais as mudanças e as permanências ocorridas no interior dos ginásios neste período? E assim, definimos o problema central desta pesquisa como: entender, a partir das narrativas e fontes documentais, qual o significado e a motivação da fundação de ginásios em localidades das quais não possuíam, naquele período, a oferta do ensino ginasial.

Nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o processo de constituição, organização e funcionamento do Ginásio Santo Antônio, em Cajuri, de modo a compreender como ocorreu esse processo de constituição numa parte da microrregião de Viçosa (a cidade de Cajuri). Com isso, visamos colaborar com os estudos da História da Educação em uma região, até então, pouco investigada na perspectiva do ensino ginasial (BORGES; AZEVEDO, 2018).

O Ginásio, objeto de estudo da pesquisa foi reconhecido pela portaria n ° 309, de 21 de março de 1962, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio de 1962, continuando

---

<sup>5</sup>Neste período existiam as seguintes instituições de ensino na localidade: Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo e Colégio de Viçosa.

<sup>6</sup>De acordo com uma investigação realizada ao decorrer do Trabalho de Conclusão de Curso, o padre Antônio Mendes fundou o Ginásio Raul de Leoni e foi um disseminador de escolas pela região da Zona da Mata Mineira.

seu funcionamento na Rua Nova<sup>7</sup>, s/n na cidade de Cajuri, em Minas Gerais, no período noturno de 18h:00 min às 21h15min, ofertando o primeiro ciclo do ensino ginásial até 1971 e logo após, o segundo segmento do 1º grau<sup>8</sup>. Sob essa ótica, é importante ressaltar que o ensino médio englobava o ensino ginásial e o colegial, todavia nossa pesquisa tem enfoque apenas no ginásial, o que atualmente corresponde ao Ensino Fundamental II.

Com base nesse contexto, Saviani (2011) salienta que o Ensino Médio ficou organizado em dois ciclos, sendo o primeiro, o ginásial, com durabilidade de 4 anos, e o segundo, de 3 anos. Além disso, o autor salienta que “o ramo profissional se subdividiu em industrial, comercial e agrícola, além do normal, que mantinha interface com o secundário” (SAVIANI, 2011b, p. 269). Com isso, ocorreu uma descentralização no ensino ao se integrar a modalidade técnico-científico ao ensino ginásial.

Além disso, é válido destacar que o estabelecimento de ensino, foco deste estudo, foi fundado como uma instituição particular no ano de 1961<sup>9</sup>, pelo padre Oswaldo Renato Cunha e mantido pela Associação Presidente Kennedy<sup>10</sup>, até sua extinção no ano de 1975, sua extinção se deu por dificuldades de manutenção. Após o ano de 1975, a oferta do ensino ginásial passou a pertencer à Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias de Andrade.

Para este estudo sobre o Ginásio Santo Antônio, caracterizamos sua origem, organização e funcionamento; identificamos os principais sujeitos envolvidos na criação das instituições, bem como as práticas pedagógicas e curriculares que ocorreram no interior da escola; investigamos mudanças, permanências, avanços e retrocessos desses ginásios no período em tela (1961 a 1975); e averiguamos as possíveis contribuições desse educandário para sua cidade local. Assim, temos os nossos objetivos específicos de investigação.

O local de investigação foi sendo delimitado, primeiramente pela minha trajetória escolar em instituições da cidade de Cajuri, visto que cursei todo o segmento da Educação Básica neste município, no contexto rural e urbano. Desse modo, compreender os processos educativos que permearam o passado da cidade que foi base para minha formação inicial é uma forma que encontro para um retorno social à minha origem, buscando traçar caminhos que evidenciem o histórico desse sistema escolar.

---

<sup>7</sup> No ano de 1975 encontramos notas fiscais com outro localização, sendo esta: Rua João Máfia.

<sup>8</sup> Atualmente o ensino ginásial corresponde ao ensino fundamental II, de 5ª a 8ª série. Para mais, ao longo da pesquisa é possível perceber que após o ano de 1971, o antigo ensino ginásial, também conhecido como 1º ciclo, passa a se chamar ensino de 1º grau, sendo o ginásial o seu 2º ciclo.

<sup>9</sup> O ano de fundação do Ginásio é 1961, mas seu reconhecimento se deu somente em 1962.

<sup>10</sup> Fundada pelo pároco Oswaldo Renato Cunha, com registro em 19 de junho de 1964. Órgão de execução da Paróquia Santo Antônio de Cajuri, estado de Minas Gerais.

O Ginásio foi criado na década de 60, momento demarcado por representar, no Brasil, uma demanda social por bens de serviço coletivo, nos quais se destacaram expansão de escolas públicas em Minas Gerais e a ampliação de oportunidades de acesso ao ensino ginasial<sup>11</sup>. Na ocasião ocorreu também a implementação da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que regulamentou o sistema educacional brasileiro em público e privado e foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases.

Sendo assim, a investigação tem por período inicial o ano de 1961, considerando que nesse momento se implementa uma Lei que apresenta avanços no acesso à educação ginasial, apesar de não alterar o currículo e tampouco a distribuição de ciclos, mudança essa que só ocorreu com a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, com a incorporação do curso ginasial ao recém-criado ensino de 1º grau, acarretando outra organização e funcionamento das instituições que ofereciam tal modalidade de ensino. Todavia, a delimitação temporal final da pesquisa ultrapassa esse acontecimento.

Como delimitação temporal final, optamos pelo ano de 1975, haja vista o fim das atividades do Ginásio Santo Antônio, que passa para a Rede Estadual de ensino, possibilitando com que os jovens e adultos da cidade de Cajuri pudessem prosseguir na escolarização formal no agora 2º segmento de 1º grau. Desse modo, o estudo perpassa toda a temporalidade de existência do Ginásio na cidade e avalia também os impactos da Lei nº 5.692 de 1971, sob as ações e adaptações no educandário em questão.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica com a finalidade de aprofundamento da temática ensino ginasial no Brasil. Conforme salientado por Barros (2015), esse é um momento em que o autor busca os seus interlocutores. Dessa forma, selecionamos alguns autores para o diálogo ao longo da produção apresentada.

Posteriormente, os documentos identificados foram digitalizados, lidos, selecionados e analisados, bem como as entrevistas foram realizadas, transcritas e analisadas. Segundo Aguirre (2017), a história não pode se limitar às fontes escritas para ser construída e tem a necessidade de propor como ponto de apoio múltiplas fontes.

Nessa mesma perspectiva, Vidal (2006) afirma que tanto as fontes orais, como as escritas são “monumentos”, criados através da objetividade e da subjetividade, e o importante é utilizá-los como documentos históricos que foram produzidos em um dado momento e que nos permitem compreender as indagações do hoje por intermédio desta busca de respostas

---

<sup>11</sup>Para uma melhor compreensão das nomenclaturas educação secundária, ensino secundário e ensino médio ver o texto “Ensino secundário ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história”, escrito por Pessanha e Brito (2014).

referentes ao passado.

Mediante o exposto, é válido ressaltar que as pesquisas sobre instituições educativas vêm sendo desenvolvidos por docentes e discentes de distintos programas de pós-graduação em Educação, desde 1990. O Programa de PPGE-UFV, mais especificamente da “linha 2 – Educação, instituições, memória e subjetividade”, vem desenvolvendo ao longo de 11 anos de sua existência estudos sobre instituições escolares. Contudo, destacamos que somente no ano de 2019, por primeira vez, tivemos projetos de investigação voltados para os estudos do ensino ginásial na microrregião de Viçosa, estudos esses que englobam as cidades de Cajuri e Teixeiras.

A respeito das investigações voltadas para as instituições escolares na microrregião de Viçosa e seu entorno, temos os seguintes trabalhos: A história da educação: mapeando os espaços escolares do Município de Viçosa (1930-1964), escrito por Cunha e Azevedo (2020) ; História da Educação na região de Ponte Nova nos anos de 1863 a 1930, de autoria de Maia e Azevedo (2019); A atuação do poder público muriaeense na educação de 1871 a 1930, de Bagli e Azevedo (2018); Do império à república: História e educação no município de Ubá – MG (1831 – 1930), de Pereira e Azevedo (2017); A educação salesiana na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais e a formação de professores na primeira república, de Carvas e Azevedo (2015); O processo de adoecimento do magistério público primário no início do século XX: indícios do Mal – estar docente nos grupos escolares mineiros (1906-1930) , escrito por Cabral e Azevedo (2014) e dentre outros.

Destacamos que outros trabalhos do campo da História da Educação foram realizados, porém optamos por mencionar apenas aqueles de interesse específico de pesquisadores da História das Instituições escolares. Por intermédio deles, foi possível compreender parte da história que permeia a educação na microrregião, além de nos possibilitar averiguar as distintas formas de se analisar um dado objeto de pesquisa .

Ademais realizamos uma busca no Portal de Teses e Dissertações da Capes, e não foram localizados estudos sobre o ensino ginásial em Minas Gerais, no período de 1961 a 1975, sobretudo no que se refere a Zona da Mata Mineira, em Programas de Pós- Graduação (PPGs)<sup>12</sup>. Assim sendo, apresentamos uma parte dessa história, na qual adotamos o Ginásio

---

<sup>12</sup>Além dos PPGs que o estado da arte nos redirecionou, não localizamos essa temática (ensino ginásial), neste recorte temporal (1961-1975), nas universidades da região, tais como Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Ouro preto (UFOP) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Vale enfatizar que as instituições apresentam estudos sobre instituições educativas e ensino ginásial, porém não englobam o recorte temporal desta investigação.

Santo Antônio (1961 -1975) como objeto de estudo e a cidade de Cajuri como nosso *lócus* de investigação e análise.

Ainda com base nos trabalhos, percebemos lacunas historiográficas que ainda existem na região, dada as inúmeras possibilidades de pesquisa em História da Educação na microrregião de Viçosa, e, dentre elas, temos o estudo sobre o ensino ginasial. Mediante esses fatores, daremos início às discussões sobre o Ginásio Santo Antônio que deixou marcas para a História da Educação dos Cajurienses<sup>13</sup>.

Inicialmente o projeto de pesquisa era “O povo permanece na escola? Os Ginásios populares na microrregião de Viçosa (1961 – 1973)”, que tinha por foco um estudo comparativo entre duas cidades da respectiva microrregião, que são Cajuri e Paula Cândido, todavia no momento da pesquisa de campo, iniciou as restrições de acesso aos acervos e também as cidades vizinhas, com isso realizar a pesquisa em duas cidades se tornou inviável pela impossibilidade de acesso e consulta aos acervos, uma vez que, no período da pesquisa de campo, foram instauradas barreiras sanitárias entre as cidades, o que dificultava e muitas das vezes impossibilitava o acesso entre as cidades vizinhas, também em decorrência da pandemia da Covid -19<sup>14</sup>.

Desse modo, optamos por manter a cidade de Cajuri, haja vista a permanência da pesquisadora no local, o que viabilizou o acesso aos documentos. Apesar desse contato direto, não foi possível acessar ao conjunto de fontes sobre o Ginásio, já que não conseguimos realizar consulta ao acervo da Superintendência Regional de Ensino, que fica localizado na cidade de Ponte Nova, onde estão outros documentos relacionados ao nosso objeto de estudo, impossibilidade essa que pode ter gerado lacunas na discussão apresentada.

Outra intercorrência foi com as entrevistas, em nossa projeção iríamos realizar entre 8 e 12 entrevistas, contemplando o máximo de funções possíveis do Ginásio, professores, alunos, ex-funcionários. Inicialmente, esse número foi estimado com base em uma sondagem realizada aos possíveis colaboradores da pesquisa no ato de elaboração do projeto, porém com a mudança das entrevistas do presencial para o *on-line*, algumas não foram realizadas por dificuldades de acesso à internet, outras por não conseguir contactar novamente estes sujeitos.

---

<sup>13</sup>Nome dado aos residentes da cidade de Cajuri, em Minas Gerais.

<sup>14</sup> Uma família de vírus que causam infecções respiratórias e seu novo agente foi descoberto em 31 de dezembro de 2019, após casos registrados na China e posteriormente se espalhou por todos países e dentre eles, o território brasileiro. De acordo com a Organização Mundial de Saúde a Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2), que acometeu a população brasileira em fevereiro de 2020, mudando hábitos, como por exemplo o distanciamento social, o uso obrigatório de Máscaras respiratórias e de álcool em gel, como forma de prevenção.

Apesar disso, entrevistamos seis colaboradores, sendo uma ex-professora e cinco ex-alunos, que evocaram suas memórias sobre a história da instituição.

Entretanto, embora houvesse os percalços advindos da pandemia, cumprimos os objetivos da pesquisa elucidando o papel social do Ginásio investigado para a comunidade local, ao atender boa parcela de alunos com bolsas e ofertar o ensino ginásial para a população da microrregião de Viçosa. Nesse sentido, é oportuno ressaltarmos também que o estudo ginásial em Minas Gerais requer maior profundidade de análise, sobretudo no que se refere ao conjunto de municípios de sua porção Norte, mais especificamente, na Zona da Mata Mineira, haja vista, o quantitativo reduzido de produções sobre o ensino ginásial nesta região.

Neste sentido, antes de apresentarmos os capítulos desta dissertação, iremos tratar de forma breve sobre o referencial teórico sobre os conceitos mobilizados ao longo da dissertação, bem como sobre a metodologia de análise utilizada.

Assim sendo, objetivamos apresentar as fontes e os métodos adotados na pesquisa, constituindo-se em fontes documentais e orais, permeadas pela impossibilidade de se recuperar o vivido, contudo, nos permitem tecer histórias sobre a educação na cidade de Cajuri e compreender as particularidades do Ginásio Santo Antônio. Assim sendo, apresentamos nossas escolhas teóricas e metodológicas neste subtópico.

Com o intuito de atender ao propósito do presente estudo, realizamos o levantamento documental e bibliográfico que serviu de base para a realização da nossa pesquisa, caracterizando-a como um estudo do campo da história das instituições escolares, fundamentada numa abordagem qualitativa de pesquisa.

Para tanto, foi utilizado como recurso de pesquisa dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), sobre o Brasil, sobre Minas Gerais, sobre a microrregião de Viçosa e sobre o Ginásio, bem como edições dos Jornais “A cidade” e “Folha de Viçosa”. Isso se justifica já que o estudo a respeito da escolarização pela imprensa possui um importante papel para a compreensão de processos educacionais existentes em uma determinada época e localidade, permitindo assim a busca de novas formas de se conhecer a educação pela utilização de outras fontes de informação.

Sobre o uso de jornais como fontes, Le Goff (2003) afirma que o documento não é um objeto que fica por conta do passado, mas um produto fabricado pela sociedade através das relações de força e de poder e que sua análise deve ser realizada enquanto monumento que permite a memória do coletivo realizar sua recuperação e o historiador utilizá-lo para a pesquisa científica. Neste sentido, analisamos os jornais sob a ótica das relações de força e poder que existem em sua elaboração, já que foram escritos pelos políticos e párocos locais,

grupos estes que detinham o poder na década de 60.

Assim sendo, é válido ressaltar que estes documentos foram escritos, em sua maioria, por sujeitos detentores de poder social, como políticos e a igreja local, que utilizavam deste meio de comunicação para reportar informações ao povo. Dessa forma, analisamos os jornais, sem perder de vista a intencionalidade da documentação.

Para isso, verificamos os editoriais disponíveis, dos anos de 1962 a 1973, e selecionamos as matérias que tratavam sobre o ensino ginasial, com o intuito de confrontar informações utilizamos dois jornais da época, o jornal “Folha de Viçosa” (1963 a 1973) e o jornal “A Cidade” de 1962 a 1967, do primeiro analisamos 231 edições impressas e do segundo 150 edições impressas.

Sobre as particularidades dos jornais analisados, ambos se constituíram em documentos com publicação quinzenal, não paginados e de cunho noticioso; sendo que, o primeiro deles teve por fundação padre Antônio Mendes e Pélmio Simões de Carvalho, já o segundo jornal foi liderado por Aníbal Alves Torres e Geraldo Lopes de Faria. Através dessas informações percebemos que de um lado tínhamos um jornal com a presença da Igreja como centro de poder e do outro um jornal escrito por políticos da cidade, logo temos os dois poderes centrais da época veiculando informações através da folha de imprensa. Outras informações detalhadas, sobre os respectivos periódicos de imprensa, podem ser encontradas no Trabalho de Conclusão de Curso de Borges e Azevedo (2018).

Vale também enfatizar que as páginas de um jornal revelam as particularidades das instituições educacionais, da mesma forma representam um material que possui aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, bem como formatação, redação, direção e os sujeitos dos quais compõem à equipe do jornal. Para tanto, é preciso se considerar alguns fatores como “a história do periódico, o posicionamento político dos dirigentes, donos, ou chefe de redação”. (GRAZZIONTINI, 2006, p.4) Posto isto, percebemos que cada fonte é singular e exige um conhecimento acerca de suas peculiaridades.

Conforme a ideia exposta acima, vale apontar que são as perguntas que fazemos para estes documentos e a forma como os analisamos que constituirão as teias e os resultados da pesquisa. E, através destes resultados, podemos tecer nossas considerações e contribuições para a História da Educação. Em relação à documentação utilizada, temos os seguintes itens descritos no Quadro 1:

Quadro 1 – Documentos utilizados para análise do Ginásio Santo Antônio

<b>Nome do documento</b>	<b>Data</b>
Autorização para funcionamento do Ginásio	24 de maio de 1961 24 de maio de 1962
Carta de recomendação	20 de junho de 1961
Relação de alunos matriculados	31 de março de 1963
Quadros de dias letivos	1963
Quadro de distribuição de disciplinas	1963
Lista do corpo docente do educandário	1963
Regimento interno	19 de junho de 1964
Ata da associação social presidente Kennedy	19 de junho de 1964
Resultados do exame de admissão	07 de dezembro de 1965
Lista de bolsistas	25 de junho de 1966
Folha de pagamento de bolsas de estudo	10 de janeiro de 1967 10 de outubro de 1967
Documento das Cáritas da paróquia de Cajury	09 de junho de 1969
Lista de compra de materiais para o Ginásio	26 de julho de 1971 32 de julho de 1971
Autorizações para lecionar	16 de maio de 1972 17 de agosto de 1972 21 de setembro de 1972
Relação de alunos desistentes	1962 a 1972
Cobrança de anuidade	23 de outubro de 1973
Livro de controle de pagamento	1963, 1964 e 1970
Certificados de aprovação no exame de admissão	20 de fevereiro de 1962 07 de dezembro de 1965 1968 a 1971 1971 a 1972
Relação de alunos concluintes	1967 a 1975
Lista com o nome e profissão dos pais dos estudantes	1962 a 1965

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

A obtenção dessas fontes contribuiu para a composição desta dissertação, de posse desses documentos, cabe ao historiador inserir de forma cuidadosa e articulada o tema de estudo nas totalidades que envolvem o espaço, o tempo e o contexto que os condicionam (AGUIRRE, 2017). Ainda nesse processo “é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos” (CERTEAU, 1982, p. 18). Assim, cabe ao pesquisador selecioná-los e indagá-los.

Corroborando com essa assertiva, Aguirre (2017) salienta que é de suma importância compreender por que tal fenômeno ocorreu em um dado momento histórico e não em outro. Para isso, devemos analisar suas particularidades, abrindo um leque de possibilidades de análise, através das distintas influências e conexões que são estabelecidas no tempo, espaço e contexto.

Sobre essa delimitação espacial e temporal, assim como discutem Amaral (2014), acreditamos que “no que tange a História da Educação brasileira, o importante é não se incorrer no erro de generalizar situações, ignorar ou desconsiderar o singular de muitas regiões, municípios e instituições” (AMARAL, 2014, p. 311). Assim, vemos a importância de estudos dedicados ao local.

Por isso, escolhemos o município de Cajuri, com menos de 4 mil habitantes, localizada no interior de Minas Gerais, visto que, partimos da premissa de que a história dos municípios está diretamente ligada às dimensões geográficas, políticas, demográficas, administrativas, econômicas, sociais, culturais e educativas (ADÃO; MAGALHÃES, 2013).

Desse modo, estamos partindo de uma perspectiva local, em que o município tende a emergir em um complexo hermenêutico que pode ser representado no plano cartográfico, medido, comparado, projetado pelo estatístico, descrito e historiado através da utilização de narrativas interdisciplinares (ADÃO; MAGALHÃES, 2014). Cabe também enfatizar que o município não é o foco central do estudo, já que nosso objeto de estudo é o Ginásio, mas a história da cidade de Cajuri auxiliou na compreensão sobre o processo educacional que ocorreu no interior do Ginásio e em seu processo de constituição e fundação.

Para a realização dessa análise, utilizamos como base as fontes encontradas na Câmara Municipal e na Prefeitura Municipal de Cajuri, tais como atas, resoluções, portarias, decretos e leis (1961-1975). Na atual Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias de Andrade, antiga sede do Ginásio, encontramos documentos como os livros de matrícula (1961-1975). No acervo particular do educandário, tivemos acesso às atas de fundação da escola (1961), de reuniões (1961-1975), relatórios anuais (1962 e 1964), de exames de admissão (1962-1975), de matrícula (1962-1975), de autorização para lecionar (1972) e correspondências oficiais para a Arquidiocese de Mariana (1961-1975), visto que, aparentemente, a origem desse estabelecimento está relacionada à paróquia local.

Localizamos na igreja católica local o livro do Tombo da Paróquia de Cajuri (1964) e outros documentos que nos auxiliaram a compreender a instituição mantenedora do Ginásio, sendo essa a Associação Presidente Kennedy. Ao longo do processo, outras fontes foram identificadas, tais como os Jornais “A Cidade” (1962-1967), “Folha de Viçosa” (1963-1973) e

o “Diário do Executivo” (1964). Além de livros<sup>15</sup> produzidos por memorialistas locais que tratam da história do município de Cajuri e de suas instituições, valores, dentre outros e que nos direcionaram para os possíveis entrevistados. Sobre estas fontes, é importante destacar que:

O Estado brasileiro está organizado através da união dos seus entes federados. Nessa organização, atualmente, a cada quatro anos há eleições para presidente, governadores, prefeitos, deputados e vereadores. Ao ocuparem esses cargos, seja no poder Executivo ou Legislativo, esses representantes do povo elaboram políticas públicas, entre elas as educacionais, e tomam decisões sobre suas aplicabilidades. (SOUZA, 2020, p.1)

Logo, buscamos compreender as decisões tomadas entre 1961 a 1975 na conjuntura brasileira e sua aplicabilidade no ensino Ginásial da época. Após a compreensão deste cenário macro, buscamos entender as particularidades das fontes locais, levando também em consideração a intencionalidade das fontes, conforme enfatizado por Borges (2021).

Além disso, realizamos seis entrevistas por meio das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TICs) que melhor se adaptaram aos sujeitos selecionados para o estudo, tendo em vista que estávamos em contexto de Pandemia da Covid – 19 . O uso das fontes orais<sup>16</sup> possibilitou amplitude dos conhecimentos sobre as experiências e as práticas desenvolvidas, contribuindo para a compreensão dos processos educativos do Ginásio Santo Antônio.

As entrevistas foram semiestruturadas e analisadas com base nos estudos de Portelli (1997), Alberti (1996), Manzini (2004), Romanelli (1998) e Nosella e Buffa (2013). Levando em consideração a realização de entrevistas síncronas<sup>17</sup>, nos pautamos em Flick (2013) para discutirmos especificamente o recurso *on-line* e as vantagens e desvantagens de sua utilização e como eixo de análise utilizamos, as categorias “emocional-afetivo”, a “preservação da memória” e a “prática pedagógica”, com base nos autores Nosella e Buffa (2013).

Além das entrevistas e documentos, examinamos também informações sobre os municípios brasileiros, com ênfase em Minas Gerais, e suas respectivas instituições de ensino, observando os dados do período de 1961 a 1975. Para tanto, como fontes de análise de dados, nos amparamos nos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação e Cultura e legislação de ensino na Assembleia Legislativa

---

<sup>15</sup>Um dos livros produzidos por memorialista é “de Cajuri para o futuro, os relances de um olhar”, escrito por Badia Abrão El Hadj (2013).

<sup>16</sup>Totalizamos seis entrevistados representando o Ginásio Santo Antônio; será mencionada a ocupação do entrevistado para fins de preservação da identidade do depoente.

<sup>17</sup>Existem as entrevistas síncronas em que ambos os sujeitos interagem em tempo real de maneira remota através de uma determinada fonte tecnológica e as entrevistas assíncronas seriam caso optamos pelo uso de questionários.

de Minas Gerais e da Historiografia do Ensino Ginásial em Minas Gerais. Ademais, para melhor compreensão do processo histórico/social da Educação Brasileira (Lei 4.024 e 5.692) e, conseqüentemente, do ensino ginásial no Brasil nos atemos à leitura de Saviani (2005), Freitas e Biccas (2009), dentre outros autores.

No tocante às fontes selecionadas para esta pesquisa, além dos documentos e da folha de imprensa, ancoramo-nos também no recurso da entrevista semiestruturada, na qual apoiados no referencial teórico-metodológico, levantamos hipóteses, possibilitando, ao longo desse processo, o surgimento de novas interrogativas e hipóteses, bem como sugere Triviños (1987). Assim sendo, optamos por realizar seis entrevistas semiestruturadas, com ex-alunos, professores e funcionários que fizeram parte da história do Ginásio Santo Antônio.

Para isso, realizamos o roteiro de entrevista (APÊNDICE A) que foi aplicado por vídeo chamada no *WhatsApp*. A escolha por esse meio se justifica pelo fato de que o público entrevistado não possuía familiaridade com outros meios digitais e optaram por realizar presencialmente ou por chamada de vídeo as entrevistas. Todavia, em virtude da Pandemia da Covid-19, definimos que o ideal, para aquele momento, era manter o distanciamento social.

Em termos metodológicos, Flick (2013) nos aconselha o seguinte: o pesquisador pode realizar entrevistas *on-line* de distintas formas, sendo uma delas a síncrona, em que entrevistador e entrevistado estão juntos em uma chamada de vídeo para fins de se realizar o diálogo. Com base nesse entendimento, pontuamos que “[...] isto é o que mais se aproxima ao intercâmbio verbal na entrevista presencial” (FLICK, 2013, p. 168). Por isso, a escolha da entrevista nesse formato.

Feitas essas ressalvas, devemos refletir que “[...] é o historiador que determina o que entra ou não no seu texto, na sua reelaboração da fala recolhida. É o historiador que infere, recorta, conclui”. (VIDAL, 2006, p. 79) Para isso, as entrevistas foram transcritas e foi feito um caderno de anotações com as impressões da pesquisadora em relação ao momento da entrevista. Nesse caderno de anotações, informações como as percepções sobre a qualidade da conexão, a interação entrevistador-entrevistado, as reações às perguntas, dentre outras, foram inseridas.

Acreditamos que todos esses detalhes são essenciais para uma boa análise, já que a subjetividade é um elemento constitutivo do ser humano, assim como da alteridade que se faz presente nas relações com os sujeitos. Sendo assim, a subjetividade não pode ser expulsa e/ou evitada, mas deve ser admitida e explicitada (ROMANELLI, 1998).

Neste sentido, optamos por analisar o “emocional-afetivo”, “preservação da memória” e “prática pedagógica”, uma vez que, Nosella e Buffa (2013) no trabalho com instituições

escolares, compreenderam o porquê e como elas devem ser pesquisadas, nos apresenta estes três eixos como interligados. Assim sendo, partimos do pressuposto de que no ato da entrevista estamos estimulando a evocação de memórias, que após o desenvolvimento da pesquisa ficarão registradas, entendemos também que ao decorrer desta ação, emoções são afloradas e lembranças recordadas e dentre elas aquelas relacionadas as práticas pedagógicas.

Desse modo, compreendemos que o conhecimento do passado, por vezes compreendido como “objetivo”, não é suficiente para explicar o presente, tornando necessárias outras alternativas. E isso ocorre por intermédio da memória, que nos auxilia a compreender o “presente do passado” (FRANK, 1992).

Em relação às vantagens e desvantagens de se utilizar esse recurso metodológico, bem como os cuidados necessários para sua realização, vários trabalhos<sup>18</sup> já enfatizaram sobre tal temática, dentre eles citamos Manzini (1991). No caso da pesquisa com o Ginásio Santo Antônio, foi muito importante a realização das entrevistas que além de trazer dados pertinentes para a pesquisa, nos direcionou para novas fontes documentais até então desconhecidas.

Neste sentido, de posse da documentação acessada no Arquivo Padre Oswaldo Renato Cunha, conseguimos localizar informações sobre possíveis colaboradores para a pesquisa, destes selecionamos aqueles que residiam na cidade e que após o primeiro contato manifestaram interesse voluntário em participar da pesquisa.

Para mais, o autor ainda enfatiza que esse é um recurso eficaz para obter dados que são relevantes e significativos. Com base nesses dados, verificamos que para uma maior efetividade da entrevista, é necessário um bom planejamento, em que “a resposta a essa questão está intrinsecamente ligada ao objetivo inicial da pesquisa. O entrevistador deverá, então, buscar uma forma de análise que leve em consideração seu objetivo” (MANZINI, 1991, p. 155). Obtendo, assim, maiores chances de sucesso na execução do trabalho.

Para isso, no caso de nossa pesquisa, pretendemos de forma geral analisar o processo de constituição, organização e funcionamento do Ginásio Santo Antônio e as perguntas foram realizadas com o intuito de alcançar os objetivos específicos desta pesquisa. Em relação à metodologia de análise após as transcrições, recorreremos de forma mais aprofundada aos estudos de Nosela e Buffa (2013), Manzini (1991), Flick (2013) e Alberti (2000).

---

<sup>18</sup>Manzini (1990; 1991; 2004) e Flick (2013) apresentam trabalhos sobre a pesquisa com a utilização de entrevistas, dentre eles podemos mencionar A entrevista na pesquisa social: Análise de objetivos e de roteiros e a Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.

A análise é uma etapa da coleta de dados na qual o pesquisador precisa separar as partes do discurso, extrair e tratar as informações, sendo necessário trabalho de leitura e de releitura dos excertos transcritos e verificar quais partes deste discurso se entrecruzam entre si, e como estas podem ser agrupadas para fins de responder à pergunta do pesquisador (MANZINI, 1991). Tomando por base essas orientações, os dados da entrevista foram tratados e analisados da seguinte maneira:

Figura 1 – Passos da realização da entrevista síncrona

<b>Entrevista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização por chamada de vídeo no <i>WhatsApp</i>. Em que, o áudio foi gravado para posterior transcrição. Para a gravação utilizamos o gravador do celular e do notebook e as entrevistas foram armazenadas na nuvem do Google Drive;</li> <li>• Utilizamos um roteiro de entrevista <u>semi-estruturado</u>;</li> <li>• Na impossibilidade da entrega e assinatura do Termo Livre e Esclarecido (TCLE)(APÊNDICE B), este foi lido e o consentimento foi realizado via áudio no início da entrevista.</li> </ul>
<b>Transcrição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizamos a transcrição fidedigna e integral das entrevistas;</li> <li>• Recorremos às percepções anotadas no diário de campo, para fins de analisar possíveis lacunas e/ou observar justificativas para momentos em que a conexão não auxiliou, se a pergunta foi realizada novamente e dentre outros elementos que possam vir a somar no momento da análise;</li> <li>• Após a transcrição, elas foram armazenadas em uma nuvem do Google Drive.</li> </ul>
<b>Análise</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Selecionamos os excertos que melhor respondiam as indagações realizadas e comparamos as respostas dada pelos sujeitos para fins de uma análise mais profícua;</li> <li>• Reescuta e releitura das entrevistas e transcrições;</li> <li>• Como referencial teórico de análise, utilizamos Nosela e Buffa (2013), Flick (2013), Manzini (1991) e Alberti (2000).</li> </ul>

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Neste sentido, após apresentarmos alguns aspectos e dados teóricos e metodológicos desta pesquisa, damos continuidade à discussão sobre o ensino ginasial, lembrando que pesquisar instituições escolares é uma das formas de se estudar a história da Educação Brasileira, já que as instituições escolares estão envoltas de valores e ideais educacionais e as políticas educacionais deixam suas marcas nos educandários (BUFFA, 2002).

Para fins de apresentação do produto da investigação, distribuimos as discussões da dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo trazemos a discussão da expansão do

ensino secundário no Brasil, no período de 1890 a 1975, e às mudanças do ensino ginasial em Minas Gerais, no período de 1961 a 1975. Além disso, apresentamos a microrregião de Viçosa e o processo de disseminação de Ginásios que ocorreu nesta localidade na década de 1960, bem como a historiografia do ensino ginasial, suas estatísticas e legislação, tomando como base os dados do IBGE, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e Ministério da Educação e Cultura e a legislação de ensino na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

No segundo capítulo, apresentamos nossa análise sobre o Ginásio Santo Antônio, levando em consideração as fontes que possibilitaram recontar sua história. Inicialmente, exploramos os dados encontrados na imprensa sobre o Ginásio Santo Antônio. Posteriormente, falamos sobre a cidade em que esteve localizado, assim como o movimento de sua emancipação e apresentamos a história do fundador deste Ginásio, bem como o arquivo em que foram localizadas as fontes para essa pesquisa.

Finalmente, no terceiro capítulo, discutimos sobre as características do processo de constituição do Ginásio Santo Antônio, em que trazemos os dados obtidos através das fontes documentais, apresentando sua organização, manutenção e funcionamento e demonstramos as contribuições do Ginásio para a população local, por intermédio dos dados coletados nas entrevistas. Ademais, abordamos nossas considerações finais a respeito da temática e suas contribuições para a pesquisa no campo das instituições educativas.

## **2. A EXPANSÃO DO ENSINO GINASIAL NO BRASIL (1961 -1975): ESTATÍSTICAS E LEGISLAÇÃO**

Neste capítulo, abordamos a expansão do ensino secundário no Brasil a partir da república no período de 1890<sup>19</sup> a 1971, com o intuito de compreender o cenário macro, no caso o do Brasil e o micro, referente ao contexto da microrregião de Viçosa, bem como o histórico desse ciclo escolar.

Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica dividindo o tema da seguinte forma: a Reforma Benjamin Constant, instituída pelo decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890; Reforma Eptácio Pessoa, de 15 de novembro de 1898 a 6 de agosto de 1901, instituída pelo decreto nº. 3.890; Reforma Rivadávia Correa, de 5 de abril de 1911, instituída pelo decreto nº 8.659; Reforma Carlos Maximiliano, instituída pelo decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915; Reforma João Luiz Rocha Vaz, instituída pelo decreto nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925; Reforma Francisco Campos, instituída pelo decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931; Reforma Gustavo Capanema, instituída pelo decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

Para mais, apresentamos também as duas leis que perpassam o recorte temporal desta pesquisa, que são: a Lei 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB), que em 20 de dezembro de 1961 definiu e regularizou o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição; e a Lei 5.692, que em 11 de agosto de 1971 instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, modificou a organização e o ensino no Brasil, pelo Governo Militar, unindo ensino primário e ensino secundário sob a denominação de Ensino de 1º e 2º graus.

Na segunda parte deste capítulo, apresentamos sobre o processo de disseminação de Ginásios no estado de Minas Gerais e na terceira parte enfocamos, especificamente, a microrregião de Viçosa. Para isso, apoiamos – nos em dados estatísticos, na legislação e na historiografia do ensino ginasial no Brasil. Com essa organização, objetivamos uma melhor compreensão acerca do nosso local de análise, partindo de uma perspectiva analítica macro, para se chegar ao contexto micro.

---

<sup>19</sup>O marco temporal da presente pesquisa é de 1961 a 1975, mas consideramos pertinente fazer uma breve apresentação do processo de reformulações ocorridas no ensino secundário de 1890 a 1960, para uma melhor compreensão das leis de 1961 e 1971 que são o foco do nosso estudo.

## **2.1. A expansão do Ensino Secundário no Brasil (1890 -1975)**

Segundo Pessanha e Silva (2014), o ensino secundário no Brasil iniciou-se de forma sistemática no ano de 1837 com a então criação do Imperial Collegio de Pedro II. O objetivo dessa iniciativa estava ligado ao anseio de “educar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira e, concebido para ser o centro difusor das ideias educacionais, relativas ao ensino secundário”. (VECHIA; CAVAZOTTI, 2006, p. 83) Em outras palavras, tivemos um ensino secundário elitista e propedêutico, tanto em nível ginásial quanto a nível colegial. Diante dessa assertiva, é válido ressaltar que ao longo dos anos o ensino secundário passou por várias reformas nacionais. Neste sentido, apresentaremos um panorama geral sobre o assunto.

A título de um melhor entendimento, o ensino secundário é dividido em ginásial, o que correspondeu entre 1890 a 1970 ao primeiro ciclo do ensino secundário, e posteriormente, com a Lei 5.692 de 1971, se tornou o ensino de 1º grau, que juntou o primário e o ginásial. Já a segunda divisão se refere ao colegial, o que correspondeu de 1890 a 1970 ao segundo ciclo do ensino secundário, e logo após a Lei 5.692, se transformou em ensino de 2º grau.

Dialogando com esse aspecto, iremos apresentar as Reformas Brasileiras que ocorreram de 1890 a 1975, de forma mais detalhada e apresentando traços que afetaram diretamente o ensino ginásial, foco deste estudo, bem como para aguçar a compreensão sobre como se deu o processo de desenvolvimento e mudanças no ciclo escolar aqui estudado.

Assim sendo, apresentamos o quadro abaixo que sistematiza as diferentes transformações observadas e também podemos ter uma visão panorâmica sobre esse processo de expansão do ensino secundário em território nacional. Para isso, abordamos no Quadro 2 os eixos implementação, objetivos, ideais e mudanças.

Quadro 2 - Reformas educacionais no Brasil 1890 – 1971

Reformas Educacionais no Brasil 1890–1971									
	<b>Benjamin Constant</b>	<b>Epitácio Pessoa</b>	<b>Rivadavia Correa</b>	<b>Carlos Maximiliano</b>	<b>João Luiz Rocha Vaz</b>	<b>Francisco Campos</b>	<b>Gustavo Capanema</b>	<b>Lei.4.024</b>	<b>Lei 5.692</b>
Implementação	8/11/1890	15/11/1898 a 6/08/1901	5/04/1911	18/03/1915	13/01/1925	18/04/1931	09/04/1942	20/12/1961	11/08/1971
Objetivo	Substituir o currículo acadêmico pelo enciclopédico.	Consolidar os ideais da Reforma Benjamin Constant	Revogar a Reforma Epitácio Pessoa.	Reoficializar o ensino.	Realçar os aspectos formativos do ensino secundário.	Concentrar esforços no sistema público.	Reformar o ensino secundário e as universidades.	Fixar Diretrizes e bases para a educação nacional.	Profissionalizar escolas públicas e privadas.
Ideais	Ensino leigo e livre. Primário gratuito. Diretriz educacional voltada para todos	Priorizar a educação secundária. Consolidar a estrutura seriada.	Ensino complementar livre.	Reoficialização do ensino.	Moralização do ensino.	Concentração de esforços no ensino público, especialmente, na formação de professores	Educação a serviço da nação. Formação com base na moral e ética, por intermédio da crença em	Ampliação dos bancos escolares e da formação técnico científica.	Profissionalização compulsória.

	os ciclos.					e na Escola Normal.	Deus, na família, na religião e na pátria.		
Mudanças	Rompeu com o modelo curricular tradicional clássico jesuítico.	Correção e adaptação da reforma anterior, em termos de realidades regionais. Frequência escolar obrigatória.	Eliminou o exame de madureza. Extinguiu a equiparação das instituições de ensino, com o Colégio Pedro II. Abolição dos certificados oficiais. Extinção dos exames preparatórios.	Voltou atrás em praticamente todas as medidas tomadas na Reforma anterior.	Criação da disciplina Moral e Cívica. Abolição dos exames preparatórios parcelados.	Criação de curso de aperfeiçoamento de professores. Revista de Ensino <sup>20</sup> , como portavoz de comunicação entre os professores da época.	Primeira Lei Orgânica do Ensino Superior. Obrigatoriedade da frequência escolar. Fim do ensino livre.	Autonomia dos estados, sob seus próprios sistemas escolares. Vinculação de verbas públicas. Formação docente em nível normal e /ou superior.	Fim do exame de admissão. Fixou as Diretrizes e Bases para 1º e 2º graus. Estendeu o ensino de 1 grau para 8 anos.

Fonte: elaborado pelos autores (2021) com base nos dados das Reformas Educacionais (CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) (1973), escritos por BOMENY, H. Novos; CARVALHO, M. Escola; CARVALHO, M. Reformas (p. 225-251); GOMES, A. Invenção; GOMES, A. República; NAGLE, J. Educação; STEPAN, N. Hora (p.46).

<sup>20</sup>A professora Maurilane de Souza Biccas (2001) possui um trabalho intitulado “O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925 – 1940)”, que nos permite compreender de forma aprofundada sobre as particularidades desse periódico.

A primeira delas foi a Reforma Benjamin Constant, instituída pelo decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Essa lei aprovou o regulamento da instrução primária e secundária no Distrito Federal, ficando livre aos colégios particulares no Distrito Federal a oferta do ensino primário e secundário desde que obedecessem às condições de moralidade, higiene e estatísticas definidas por leis. Assim sendo, os estabelecimentos poderiam funcionar em regime de internato e externato.

Sob essa ótica, os matriculados em regime de externato deveriam cumprir o curso em um período de 7 anos, ao longo do curso estudavam os conteúdos de português, latim, grego, francês, alemão, matemática, astronomia, física, química, história natural, biologia, sociologia e moral, geografia, história universal, história do Brasil, literatura nacional, desenho, ginástica, evoluções militares, esgrima e música. Já no caso do curso integral (internato), as matérias eram organizadas e divididas da seguinte maneira:

Quadro 3 - Conteúdos escolares de acordo com Reforma Benjamin Constant

<b>PRIMEIRO ANO</b>	
<b>1ª cadeira</b> <sup>21</sup>	<b>aritmética</b> - (estudo completo). Álgebra elementar (estudo completo): 6 horas por semana.
<b>2ª cadeira</b>	<b>português</b> – estudo completo da gramática expositiva. Exercícios de redação (com auxílio ministrado pelo lente <sup>22</sup> ): 3 horas.
<b>3ª cadeira</b>	<b>francês</b> - Gramática elementar; leitura e tradução de trechos fáceis. Versão de trechos simples de prosa. Exercícios de conversação: 3 horas.
<b>4ª cadeira</b>	<b>latim</b> – Gramática elementar; leitura e tradução de trechos fáceis: 3 horas.
<b>5ª cadeira</b>	<b>geografia física</b> – Especialmente do Brasil, Exercícios cartográficos. Noções concretas de astronomia: 3 horas. Desenho, ginástica e música: 2 horas para cada matéria.

Fonte: elaborado pelos autores (2021) com base na Reforma Benjamin Constant (1980).

Essas disciplinas apresentadas no Quadro 3 foram ministradas no ensino ginásial, sendo modificados os conteúdos de acordo com a progressão. Por exemplo, no primeiro ano do ciclo ginásial se estudava a aritmética, no segundo e terceiro eram estudados geometria preliminar, geral e descritiva e foi também acrescida a disciplina de alemão.

<sup>21</sup>Segundo o Dicionário Aurélio é uma Disciplina ou matéria de um curso.

<sup>22</sup>[Lat.ligente.21A] s2g.obsol. Professor de escola superior.

Neste sentido, no quarto ano foram adicionadas as disciplinas de mecânica, astronomia e grego. No quinto ano física geral e química. No sexto ano biologia, noções de zoologia e botânica, meteorologia, mineralogia, geologia e história universal. No sétimo ano sociologia e moral, história do Brasil e história da literatura nacional. À medida que os níveis eram avançados, as matérias já vistas tinham carga horária menor e eram tratadas como disciplinas de revisão (BRASIL, 1890).

Em relação aos exames, estes eram denominados de suficiência, finais e de madureza. O primeiro, o de suficiência, era destinado às matérias com continuação no ano seguinte, composto por provas orais. Já os finais eram para as matérias que foram concluídas e eram realizadas no formato oral e escrito, com provas práticas para as disciplinas de física, química, meteorologia, mineralogia, geologia, biologia, geografia, desenho, música e ginástica. Por fim, havia também o exame de madureza, que ocorria ao final do curso integral, com o objetivo de verificar se o aluno tinha os conhecimentos exigidos para finalizar o ciclo e ingressar no ensino superior (BRASIL, 1890).

Posteriormente, houve a implementação da Reforma Epiácio Pessoa, de 15 de novembro de 1898 a 6 de agosto de 1901, instituída pelo decreto nº. 3.890, em que foi aprovado o código dos institutos oficiais de Ensino Superior e Secundário dependentes do Ministério da Justiça e Negócios. Com essa reforma, o ensino secundário passa para 6 anos, permanecendo o objetivo anterior de preparar os alunos para o Ensino Superior (BRASIL, 1901). Essa lei permitiu que as instituições de ensino secundário fossem fundadas também pelos Estados e não apenas por instituições particulares.

A informação acima pode ser verificada no art.361 ao pontuar que “[...] aos estabelecimentos de ensino superior ou secundário<sup>23</sup> fundada pelos Estados, pelo Districto Federal ou por qualquer associação ou indivíduo, poderá o Governo conceder os privilégios dos estabelecimentos federaes congeneres” (BRASIL, 1901, p.23). Nesse caso, todos os institutos seriam obrigados a receber gratuitamente, por indicação do Ministro, entre dois e oito externos, de acordo com as condições estabelecidas no Ginásio Nacional para admissão de alunos gratuitos.

Outro aspecto importante a ser ressaltado refere-se aos exames realizados em conformidade com as leis, os decretos e as instruções que regulamentavam os estabelecimentos federais naquela época. Os exames de madureza, por exemplo, poderiam ser realizados por alunos que fossem oriundos de “qualquer ensino que não o official ou o

---

<sup>23</sup>As transcrições foram escritas com base na grafia original da época, não havendo modificações por parte dos autores desta dissertação.

oficialmente reconhecido, effectuar-se-hão, na Capital Federal, perante o Gymnasio Nacional; e, em outras localidades, perante os estabelecimentos a elle equiparados que ahi existirem” (BRASIL, 1901, p. 24). Assim sendo, podemos compreender um pouco das particularidades dessa Reforma.

Já na Reforma Rivadávia Correa, de 5 de abril de 1911, implementada pelo decreto nº 8.659, instituí a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, possibilitando a autonomia e a liberdade dos estabelecimentos escolares que optaram pelo ensino parcelado. A partir de então, os certificados do ensino secundário serviram apenas como atestado de frequência e aproveitamento para os estudos no Ensino Superior. Além disso, ocorreu também a desoficialização do ensino, concedendo a autonomia didática e administrativa das instituições, bem como a extinção dos exames de madureza e preparatórios.

Todavia, as alterações contidas na Reforma Rivadávia Correa, foram revogadas na Reforma Carlos Maximiliano, instituída pelo decreto nº 11.530, em 18 de março de 1915. No referido modelo, foram criados exames de vestibular para o ingresso em cursos superiores e se tornou obrigatório a conclusão da educação secundária para se ingressar no Ensino Superior.

Juntamente com essa visão, a Reforma de Carlos Maximiliano reorganizou o ensino secundário e superior na república. Em seu art. 1º, percebemos que o Governo Federal continuou a manter os seis<sup>24</sup> institutos de instrução secundária e superior subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, concedendo-lhes autonomia didática e administrativa. Entretanto, o patrimônio de cada instituto seria administrado por cada diretor, de acordo com o orçamento elaborado e repassado pela congregação do Conselho Superior do Ensino e homologado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores<sup>25</sup> (BRASIL, 1915).

Ademais, os art. 85 e 86 nos permitiram averiguar algumas das particularidades do curso ginasial, visto que informa que a taxa do exame de admissão era 10\$ (cruzados) por matéria, sendo esta quantia destinava a gratificação dos examinadores e o restante ao patrimônio referente ao instituto. Cabe também lembrar que os exames de segunda época,

---

<sup>24</sup>Segundo o art. 5º da Reforma Carlos Maximiliano o governo manteve os seguintes estabelecimentos de ensino: uma faculdade oficial de Medicina no Estado da Bahia e outra no Distrito Federal; uma faculdade de Direito em São Paulo e outra em Pernambuco; uma Escola Politécnica e um instituto de instrução secundária, com a denominação de Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro. Sendo o último nosso foco de interesse por se tratar do ensino secundário, assunto do presente estudo.

<sup>25</sup>Órgão, fundado oficialmente pelo decreto nº19. 402, em 14 de novembro de 1930. Atualmente conhecido como Ministério da Educação (MEC).

ocorriam para os estudantes que não conseguiram realizar os exames de primeira ordem<sup>26</sup>, ou caso tivessem sido reprovados ou deixado de ser examinados em uma matéria.

Corroborando essa perspectiva, no art. 97 também encontramos um trecho que nos permitiu aprofundar no conhecimento sobre o ensino ginásial no Brasil, principalmente sobre o ingresso dos estudantes nessa modalidade de ensino:

Para requerer matriculas no Collegio Pedro II os paes e tutores dos menores devem provar: a) contar o candidato mais da II annos de idade, e, se pretender cursar o internato, menos de 14; b) achar-se habilitado a emprender o estudo das materias do curso gymnasial. Para isto o candidato se sujeitará a um exame de admissão, que constará de prova escripta em que revele o conhecimento elementar da lingua vernacula (dictado), e prova oral, que versará sobre leitura com interpretação do texto, rudimentos de historia do Brazil, arithmetica e geometria pratica, e geographia physica. (BRASIL, 1915, p.5)

Conseguimos verificar as especificidades do exame de admissão para o ingresso no ensino ginásial nas instituições de ensino secundário, os conteúdos cobrados, a função dos pais nesse processo. Para mais, no estudo sobre essa Reforma, localizamos os conteúdos escolares que deveriam ser ministrados no ensino secundário. Segundo o art.167, as disciplinas seriam as seguintes:

1º anno - Portuguez, Francez, Latim e Geographia Geral. 2º anno - Portuguez, Francez, Latim, Arithmetica, Chorographia do Brazil e noções de Cosmographia. 3º anno - Portuguez, Francez, Inglez ou Allemão, Latim, Algebra e Geometria plana. 4º anno - Inglez ou Allemão, Historia Universal, Geometria no espaço, Trigonometria rectilinea, Physica e Chimica. 5º anno - Inglez ou Allemão, Physica e Chimica, Historia do Brazil e Historia Natural. Paragrapho unico. Haverá licções de Gymnastica e Desenho nos quatro primeiros annos. (BRASIL, 1915, p.10)

Por outro lado, em termos de disciplinas escolares, a Reforma João Luiz Alves<sup>27</sup>, instituída pelo decreto nº 16.782 A, de 13 de janeiro de 1925, trouxe para os currículos escolares o conteúdo de Educação Moral e Cívica. A disciplina retratou o conservadorismo e reacionarismo desse período na educação elitista, não aceitando as ideias advindas da Escola Nova, momento de renovação do ensino no país. Assim sendo, se mantém o controle ideológico do Estado sob as instituições escolares, que não possuíam autonomia para tomar decisões nos estabelecimentos de ensino, tendo por obrigação seguir o que lhes era imposto.

Todavia, foi um momento em que se fixa o currículo e teve um aperfeiçoamento nos vestibulares. Para além, a reforma de Rocha Vaz estabeleceu o concurso da União para fins de difundir o ensino primário e reformou o ensino secundário e superior (BRASIL, 1925). Conforme apresenta o art. 24 “O governo da União, com o intuito de animar e promover a

<sup>26</sup>Não foram especificadas as justificativas aceitas para que tivessem o direito de realizar as avaliações em um outro momento.

<sup>27</sup>Popularmente conhecida como Reforma Rocha Vaz.

difusão do ensino primário nos Estados, entrará em acordo com estes para o estabelecimento e manutenção de escolas do referido ensino nos respectivos territórios”. (BRASIL, 1925, p.262) Além disso, manteve os exames de admissão<sup>28</sup> para o ingresso dos estudantes no ensino ginasial, definindo os conteúdos das provas e particularidades de sua aplicação.

Em seguida, a Reforma Francisco Campos, instituída pelo decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, dispôs sobre a organização do ensino secundário em que era ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob regime de inspeção, sendo divididos em cursos seriados: fundamental e complementar. O curso fundamental tinha duração de 5 anos e possuía a seguinte grade curricular:

---

<sup>28</sup> Grosso modo podemos dizer que o exame de admissão da época, possui um *Status quo*, similar a aprovação no Exame Nacional do Ensino médio (ENEM), realizado desde 1998 e perdura até a atualidade da escrita desta dissertação.

Quadro 4 - Conteúdos escolares de acordo com a Reforma Francisco Campos (1931)

1º serie	2º serie	3º serie	4º serie	5º serie
<b>Português - Francês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e naturais - Desenho - Música (canto orfeônico).</b>	Português - Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - Ciências físicas e natural - Desenho - Música (canto orfeônico).	Português - Francês - Inglês - História da civilização - Geografia - Matemática - física – química - História natural - Desenho - Música (canto orfeônico).	Português - Francês - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho.	Português - Latim - Alemão (facultativo) - História da civilização - Geografia - Matemática - Física - Química - História natural - Desenho.

Fonte: elaborado pelos autores (2021) com base na Reforma Francisco Campos (1931).

Já o curso complementar, obrigatório, de dois anos, era composto dos seguintes conteúdos: práticas individuais, alemão ou inglês, latim, literatura, geografia, geofísica e cosmografia, história da civilização, matemática, física, química, história natural, biologia geral, higiene, psicologia e lógica, sociologia, noções de economia e estatística, história da filosofia e desenho.

Dentre essas disciplinas, algumas já eram exigidas no processo seletivo realizado nas instituições de ensino secundário, que definia através do resultado obtido, quem poderia ou não compor o conjunto de alunos, sendo este o exame de admissão. O exame de admissão era composto de provas escritas, sendo uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar) e de provas orais relacionadas aos conteúdos listados acima, somados aos de geografia, história do Brasil e ciências naturais. Os aprovados no exame estariam aptos a realizar a matrícula e dar prosseguimento em seus estudos (BRASIL, 1931).

Na década seguinte, temos a implementação de uma Lei Orgânica para o ensino secundário, que se deu por meio da Reforma Gustavo Capanema, instituída pelo decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. De acordo com o autor do decreto:

é de crer que o nosso ensino secundário dará um passo a mais no sentido da renovação e da elevação. Possivelmente, dada a extrema dificuldade do problema do ensino secundário, defeitos haverá no sistema proposto. A experiência virá demonstrar o que de futuro será preciso corrigir ou retificar, pois, como disse Bernardo Pereira de Vasconcelos, quando, há mais de um século, declarava abertas as portas do Colégio Pedro II, um dos meios, e talvez o mais proveitoso, de fazer sentir os inconvenientes de um regulamento é a sua fiel e pontual execução. (BRASIL, 1942, p.3)

Um outro ponto sobre a aprovação da Reforma de Capanema é que o ensino secundário ficou dividido em dois ciclos, sendo o primeiro ciclo compreendido pelo ensino ginásial, de 4 anos, e o segundo realizado após a conclusão do ciclo ginásial, com dois paralelos – Clássico e Científico - cada qual com duração de 3 anos. A diferença entre ambos é que:

[...] no primeiro, a formação intelectual dos alunos é marcada por um acentuado estudo das letras antigas, ao passo que, no segundo, a maior acentuação cultural é proveniente do estudo das ciências. Entretanto, a conclusão tanto de um como de outro dará direito ao ingresso em qualquer modalidade de curso do ensino superior. (BRASIL, 1942, p. 2)

Desse modo, o aluno tinha 7 anos para cumprir os pré-requisitos básicos para concluir o ensino secundário, que buscava formar a personalidade do adolescente, adaptá-los para as exigências sociais e torná-los aptos a concorrer as vagas do Ensino Superior. Sendo que destes 7 anos, 4 deles era destinado ao ensino ginásial, regra que deveria ser cumprida por todos os estabelecimentos de ensino secundário do país.

Conforme salienta a Reforma de Capanema (1942), até o ano de 1931, havia no Brasil menos de duzentas escolas secundárias, e em 1942 esse número teve uma considerável expansão, alterando-se para quase oitocentas escolas secundárias. Sobre a expansão dos bancos escolares, encontramos em Silva (1969) uma opinião divergente, já que ela considera que a expansão do ensino secundário no Brasil foi inicialmente preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, e motivada pelo crescimento demográfico, pelas exigências de uma maior escolarização oriunda do desenvolvimento industrial, em particular em áreas urbanas.

Além disso, os problemas de crescimento e de articulação do ensino primário, que futuramente se reverberaram no ensino secundário, contribuíram para que esse processo de expansão acontecesse. Ainda nesse contexto, Spósito (1984) ressalta que a Reforma de Gustavo Capanema, vigente de 1942 a 1961, propunha uma escola secundária excludente, que priorizava o ensino dos filhos das famílias com prestígio social em detrimento dos filhos da classe trabalhadora, em que eram excluídas a formação comum e da educação de setores mais amplos coletivamente, processo esse nitidamente discriminatório. Assim como objetivava preparar os indivíduos para assumir cargos de responsabilidade na sociedade, sem se preocupar com os sujeitos advindos da camada popular. Desse modo,

O sistema público de ensino preservou diferentes percursos para classes sociais diferentes. Para as elites o caminho era simples: do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e, posteriormente, a opção por qualquer curso superior. Havia ainda a chance de profissionalização, mais destinada às moças, que depois do primário poderiam ingressar no Instituto de Educação e, posteriormente, cursar a Faculdade

de Filosofia. O caminho escolar das classes populares, caso escapassem da evasão, ia do primário aos diversos cursos profissionalizantes. Cada curso profissionalizante só dava acesso ao curso superior da mesma área. (GHIRALDELLI, 2001, p. 84).

Nessa direção, percebemos a dualidade existente no ensino da época entre os filhos dos ditos donos do poder aquisitivo e dos grupos pertencentes a classe trabalhadora. Tomando este ponto de vista, é pertinente salientar que ao iniciar uma política de expansão de acesso a níveis mais elevados da educação, a camada popular é induzida a se profissionalizar e ir para o mercado de trabalho, por intermédio dos cursos técnicos-profissionalizantes. Assim sendo, temos uma política claramente incomodada com ascensão social das classes populares e a escassez de políticas públicas no país.

Porém, no ano de 1960, observamos pela primeira vez articulações entre os níveis de ensino e a educação passa a ser vista como “porta voz” para o crescimento de renda, produção da modernização e construção de uma sociedade mais justa (CUNHA, 1985). Nesse sentido, é implementada a Lei 4.024 em 20 de dezembro de 1961, denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), neste sentido vale destacar que as demandas sociais pela ampliação do acesso à educação, foi um dos fatores que motivou essa reforma.

É válido ressaltar também sobre a política excludente do exame de admissão, que dificultava o acesso ao ensino ginásial, permaneceu. Neste sentido, Pessanha e Silva (2014) afirmam que para o ingresso no ensino ginásial o candidato realizava o exame de admissão, exame este que já existia em outras reformas apresentadas até aqui. De forma mais enfatizada o ingresso se dava da seguinte maneira:

[...] o ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio dependia de aprovação em exame de admissão e, para tanto, era preciso que ficasse demonstrada satisfatória educação primária, devendo o educando ter onze anos completos. O exame de admissão deveria ser realizado na segunda quinzena de fevereiro, composto de provas escritas e orais de Português, Aritmética e Conhecimentos Gerais, e se constituía em uma barreira para os egressos do curso primário que pretendiam continuar seus estudos. (PESSANHA; SILVA, 2014, p. 74)

Assim, frente a aprovação para estudar no ensino ginásial, o aluno deveria cursar algumas disciplinas obrigatórias. Desse modo, Spósito (1984) apresenta que a LDB de 1961, instituiu disciplinas de cunho obrigatório na grade curricular dos ginásios. Essa lógica da distribuição de disciplinas obrigatórias era realizada por determinação do Conselho Federal de Educação, enquanto as de caráter optativo, que os estabelecimentos de ensino poderiam ofertar, ficavam a cargo dos Conselhos Estaduais, devidamente especificados no ordenamento jurídico. Essa discussão pode ser depreendida através dos artigos 44 e 45 da LDB de 1961, que destaca que:

Art. 44. O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971).

§ 1º O ciclo ginasial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais.

Art. 45. No ciclo ginasial serão ministradas nove disciplinas. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971).

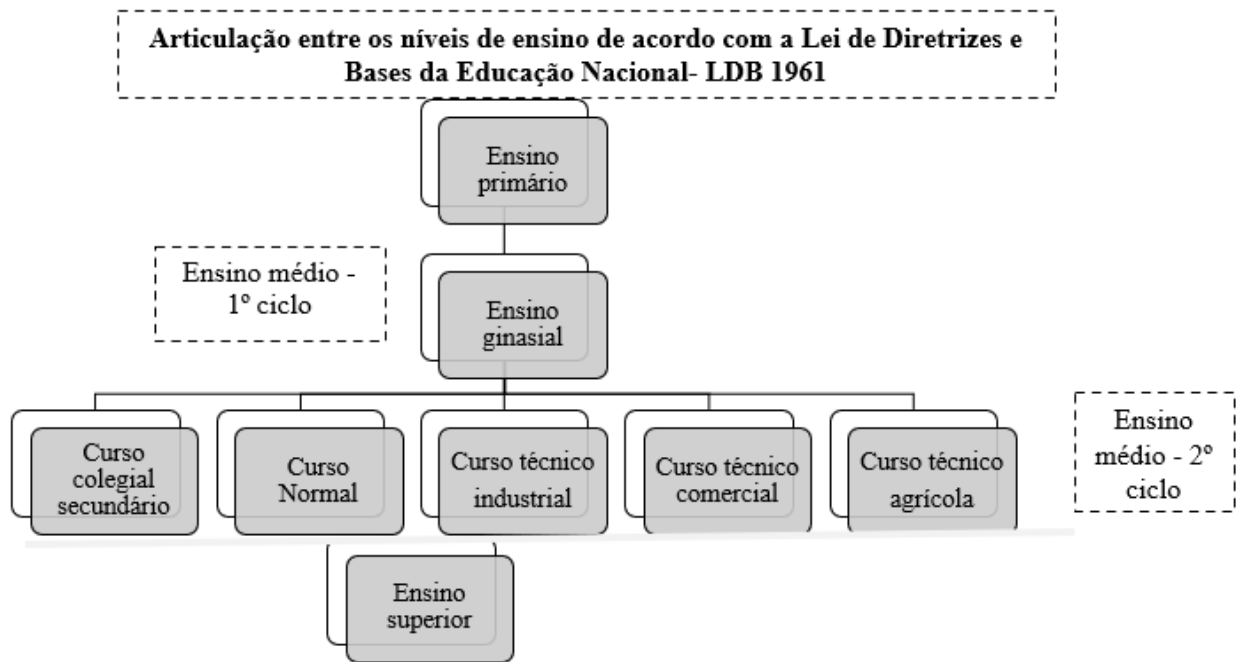
Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso. (BRASIL, 1961, p. 6)

É possível também verificar que ao lado da citação acima, alguns artigos foram revogados pela Lei n. 5.692, implementada em 11 de agosto de 1971. A esse respeito, Brighente e Mesquida (2013) salientam que ela fixou diretrizes e bases para o agora então, ensino de 1º e 2º grau, reformando o antigo ensino primário e o médio, visto que neste momento, a finalidade era educar o homem para atender às demandas do mercado de trabalho.

No que se refere à implementação da Lei 5.692, notamos um movimento de profissionalização obrigatória na escolarização, como discurso da necessidade de profissionalizar mão de obra para o trabalho nas indústrias. Para uma melhor compreensão, com a promulgação desta Lei, são introduzidas mudanças significativas das diretrizes e Bases para o ensino de 1º grau, como “a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de 8 anos (compreendem) os antigos primário e ginásio; - a integração e continuidade dos estudos nesses oito anos de escolarização [...]”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1971, p. 7). Desse modo, são nítidas as mudanças na organização e no funcionamento dos educandários após 29 anos na Reforma de Capanema, já que essas mudanças atendiam ao novo modelo do Sistema Brasileiro de Educação, que tinha por base a formação para a profissionalização e não para o ingresso no Ensino Superior.

Em vista disso, Azevedo (1993) exemplifica de forma mais detalhada como se deu esse processo, e com base em sua abordagem, elaboramos três esquemas que dialogam e exemplificam quais foram essas mudanças advindas da Lei 5.692, de 1971, em comparativo com a LDB, de 1961. Para melhor compreender esse processo de subdivisão de ciclos, iniciamos com a representação do esquema da LDB, de 1961, que perpassa o recorte temporal do estudo sobre o Ginásio Santo Antônio.

Figura 2 - Articulação entre os níveis de ensino de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 1961



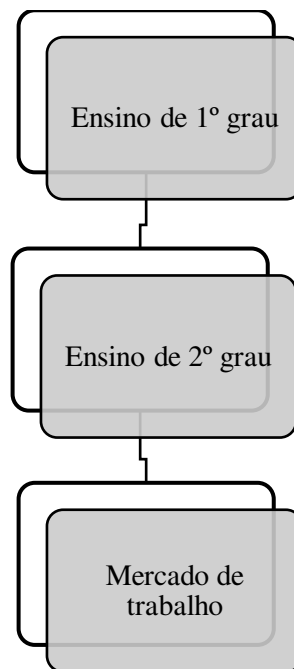
Fonte: elaborado pelos autores (2021) com base em Romanelli (2006).

Como dito anteriormente, a LDB manteve a divisão da Reforma Capanema em 1º e 2º ciclos, adicionando apenas a aprendizagem profissional, para os alunos que concluíssem o ensino ginásial. Todavia, com a implantação da Lei 5.692, de 1971 aconteceu uma reformulação e o sistema fica dividido em 1º e 2º grau, assim como relata Azevedo (1993):

No caso específico do ensino médio, houve a extinção do 1º ciclo, ou melhor, sua integração à escola primária, formando o ensino de 1º grau, com oito anos de duração, gratuito e obrigatório na faixa etária dos 7 a 14 anos, de acordo com a lei. Enquanto isso, o 2º ciclo, a partir da lei, 2º grau, passava a ter duração mínima de 3 anos e 2.200 horas, tendo por concepção a unificação de todos os cursos. (AZEVEDO, 1993, s.n.)

Partindo do pressuposto, da unificação de todos os cursos, através de uma profissionalização compulsória e universal, ocorreu o fim dos cursos clássicos e científicos. Neste sentido, Azevedo (1993) salienta que os cursos profissionalizantes permaneceram com as características propedêuticas, assim como as especificidades dos cursos de cunho técnico (industrial, normal, etc.), visto que estes cursos conferiram aos alunos a habilitação profissional na função de técnico ou de auxiliar técnico. Com base nesse contexto, a estrutura do ensino educacional brasileiro ficou da seguinte maneira:

Figura 3 - Articulação entre os níveis de ensino de acordo com a Lei 5.692 de 1971



Fonte: elaboro pelos autores (2021) com base em Souza (2019).

No que se refere a essa nova organização do sistema de ensino brasileiro, Freitas e Biccás (2014) afirmam que houve a incorporação do antigo primário e o ginásial, o segundo grau corresponde ao segundo ciclo do antigo Ensino Médio. Com isso os alunos já saíam do ensino de 2º grau aptos para o mercado de trabalho, que na época estava com alta demanda, devido ao contexto histórico-social brasileiro.

Para mais, Freitas e Biccás (2014) enfatizam sobre os impactos do fim do exame de admissão, que esteve em vigor desde 1925, com a lei 5.692 os estudantes não precisavam mais comprovar os conhecimentos do ensino primário por meio de processos avaliativos. Assim sendo, para os autores essa mudança ocasionou o aumento de matrículas nas redes estaduais e municipais, visto que a barreira do ensino primário para o ensino ginásial foi extinta. Conforme é pontuado, concordamos que de fato houve um aumento de matrículas nas instituições de ensino brasileiras, assim como exposto na Tabela 1.

Tabela 1 - evolução de matrículas no ensino secundário no Brasil

<b>Anos</b>	<b>Ensino particular</b>	<b>Ensino público</b>	<b>Total</b>
<b>1961</b>	856.806	451.238	1.308.044
<b>1963</b>	1.025.051	694.538	1.719.589
<b>1965</b>	1.121.158	1.033.272	2.154.430
<b>1967</b>	1.343.401	1.465.567	2.808.968
<b>1969</b>	1.572.383	2.056.992	3.629.375

Fonte: Romanelli, O.O. – História da educação no Brasil (1930/1973). R.J., Vozes, 1978, página 178.

Apesar das “descrições estatísticas da evolução do atendimento escolar no Brasil durante todo o período [serem] insatisfatórias e pouco claras (...) os dados disponíveis bastam ao menos para ilustrar a magnitude das mudanças” (BEISIEGEL, 2019, p. 383). Com isso, percebemos que o ensino particular esteve à frente do ensino público, até meados de 1967, após essa data, o último ultrapassou quantitativamente o número de matrículas e consequentemente de estabelecimentos de ensino. Ainda, nessa perspectiva apresentamos os dados de evolução de matrícula no Brasil, no nível ginásial e colegial de 1961 a 1972. Conforme podemos conferir a seguir na Tabela 2.

Tabela 2 - Média de matrículas da evolução no sistema escolar em número relativos, no período de 1961 a 1972

<b>Ensino primário</b>			
<b>1ª Série</b>	<b>2ª Série</b>	<b>3ª Série</b>	<b>4ª Série</b>
1000	446	328	239
<b>Ensino Médio/Ginásial</b>			
<b>1ª Série</b>	<b>2ª Série</b>	<b>3ª Série</b>	<b>4ª Série</b>
152	124	106	91
<b>Ensino Médio/Colegial</b>			<b>Ingresso no ensino superior</b>
<b>1ª Série</b>	<b>2ª Série</b>	<b>3ª Série</b>	<b>superior</b>
96	74	64	56

Fonte: Romanelli, Otaíza de Oliveira, op cit., pág. 91

Nos dados dispostos verificamos que, por mais que o número de matrículas gerais do Brasil tenha aumentado, o de inscrições diminuía à medida que o nível educacional se elevava. Por exemplo, com base no exposto por Romanelli (1978), de cada 1000 matriculados na 1ª série do primário, 91 finalizavam o ginásial, 64 destes o colegial e apenas 56 ingressavam no ensino superior. Como o nosso foco do trabalho é o ensino ginásial, enfatizamos que apenas 9,1% dos matriculados no ensino primário concluíram o ensino ginásial, estimativa essa realizada para os anos de 1961 a 1972.

Diante dos fatos mencionados, nos questionamos: como esse processo ocorreu na cidade de Cajuri, em Minas Gerais? De que forma as Lei 4.024 e 5.692 interferiram na organização e funcionamento da educação da cidade? E no funcionamento do Ginásio Santo Antônio? Cajuri fazia parte das cidades contempladas com a expansão dos ginásios gratuitos

ou fazia parte dos esquecidos no sistema educacional? Como funcionava o exame de admissão?

Ao longo desta dissertação, pretendemos responder e elucidar alguns desses questionamentos. Todavia, antes de tentarmos responder às perguntas acima, é necessário compreendermos como se deu o processo de disseminação de Ginásios no estado de Minas Gerais e na microrregião de Viçosa, para então chegarmos à discussão da cidade de Cajuri e do Ginásio Santo Antônio. Para isso, realizamos uma associação entre os dados estatísticos, aqueles relacionados a legislação e a historiografia.

## **2.2. Minas Gerais e a disseminação de ginásios (1961-1975)**

A partir da década de 1960, ocorreu uma expansão de instituições de ensino públicas no estado de Minas Gerais, o que oportunizou muitos jovens a terem acesso gratuito a educação. Todavia, esse acesso não veio igualmente para todas as cidades do estado.

No ano de 1962, Minas Gerais foi a região em que mais concentrou instituições que ofertavam o ensino ginásial, de acordo com os dados do IBGE, o estado contava com 134.991 alunos matriculados no ensino secundário, entre estes 120.286 estavam no ensino ginásial e o restante no colegial.

Com base nesses mesmos dados do IBGE, assim como representado na Figura 4 abaixo, em 30 de julho de 1962, em um cenário de 485 municípios mineiros, 227 destes possuíam oferta do ensino ginásial. Apesar desse aumento, não podemos assegurar uma totalidade de acesso à educação. Assim sendo, pergunta-se: e como faziam os outros 258 municípios que não ofertavam o ensino ginásial?

Figura 4 - Municípios brasileiros com estabelecimentos de ensino médio, por unidade de federação, em 1962

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS EXISTENTES EM 30-VI-1962	MUNICÍPIOS QUE POSSUEM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO										QUE NÃO POSSUEM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
		Total	Dos quais, com									
			Curso secundário			Curso comercial			Curso industrial	Curso agrícola	Curso normal	
			Sómente ginásial	Ginásial e colegial	Sómente colegial	Sómente básico	Básico e técnico	Sómente técnico				
Rondônia.....	2	2	1	1	—	—	1	1	—	—	1	—
Acre.....	7	7	1	1	—	—	1	—	—	1	7	—
Amazonas.....	82	11	4	1	—	1	1	—	1	1	10	71
Rio Branco.....	2	1	1	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Pará.....	82	13	7	2	—	1	2	—	1	1	11	69
Amapá.....	5	2	—	1	—	—	1	—	1	—	1	3
Maranhão.....	122	21	14	1	—	—	3	—	1	—	13	101
Piauí.....	83	31	26	2	—	3	1	—	1	—	8	52
Ceará.....	148	72	60	5	—	2	9	2	1	—	37	76
Rio Grande do Norte.....	115	30	8	2	—	19	3	1	1	—	18	88
Paraíba.....	149	41	18	3	—	22	9	1	1	—	3	108
Pernambuco.....	123	74	65	6	—	5	7	13	1	—	38	49
Alagoas.....	74	34	26	5	—	2	1	—	1	—	10	40
Sergipe.....	62	20	19	1	—	1	3	—	1	—	4	42
Bahia.....	194	101	85	11	—	8	8	6	1	—	1	93
Minas Gerais.....	485	304	227	50	—	20	71	43	6	—	134	181
Espírito Santo.....	40	36	28	8	—	—	5	8	1	—	3	20
Rio de Janeiro.....	63	62	42	20	—	1	18	19	4	—	3	47
Guanabara.....	1	1	—	1	—	—	1	—	1	—	1	—
São Paulo.....	505	318	205	106	—	10	130	18	28	—	5	135
Paraná.....	243	144	88	22	—	1	7	40	1	—	4	130
Santa Catarina.....	155	80	31	6	—	—	11	11	1	—	3	77
Rio Grande do Sul.....	167	128	91	30	—	9	31	30	7	—	8	72
Mato Grosso.....	64	24	18	5	—	—	2	5	1	—	1	12
Goiás.....	179	60	40	8	—	1	5	9	1	—	—	41
Distrito Federal, Brasília.....	1	1	—	1	—	—	1	—	1	—	—	1
<b>BRASIL (1).....</b>	<b>3 144</b>	<b>1 618</b>	<b>1 105</b>	<b>305</b>	<b>—</b>	<b>106</b>	<b>332</b>	<b>220</b>	<b>64</b>	<b>51</b>	<b>893</b>	<b>1 526</b>

Fonte: IBGE (1962).

Nas palavras de Souza (2019), Minas Gerais teve um processo de democratização inconclusa, em que o governo mineiro, até a década de 1950, fez questão do favorecimento e expansão de escolas secundárias particulares. Esse processo pode ser verificado de forma mais detalhada na obra “História da Educação em Minas Gerais: da Colônia a República” produzida no ano de 2019. Para mais, é válido enfatizar que esse processo, como dito anteriormente, só se modificou a partir da década de 60, mas de uma maneira insuficiente, visto que em 1962, 258 municípios não ofertavam o ensino ginásial e dos 227 que possuíam essa oferta, 120.286 alunos estavam matriculados no ensino ginásial, o que corresponde a 89,1% da totalidade de matriculados no ensino secundário (134.991). Logo, notamos o processo de expansão, mas não de democratização.

Dialogando com esse aspecto, é válido mencionar sobre a influência do Movimento de Educação de Base (MEB)<sup>29</sup> no processo de expansão de instituições de ensino, na década de 60, que nos permite compreender a presença da igreja em ações relacionadas a expansão do

<sup>29</sup>O livro Educar para transformar (1984) apresenta mais enfaticamente sobre a Educação Popular, Igreja Católica e Política do Movimento de Educação de Base.

acesso à educação. O movimento foi fundado em 21/03/1961, pela Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), tendo por objetivo a disseminação de um programa de rádio voltado para a educação de base. O projeto influenciou primeiro as regiões Nordeste e Centro-Oeste, nos anos de 1961 e 1962, e, no ano posterior se expandiu para Minas Gerais e Amazônia (CF. FÁVERO, 2006). Ainda neste aspecto, Freitas e Biccás (2009), afirmam que:

O MEB aceitou o pressuposto da existência de luta de classes no país, resultante de desigualdades sociais e conflitos de interesses entre as classes favorecidas e desfavorecidas. Colocou-se, então, nessa luta ao lado de mais pobres, defendendo a promoção humana por meio da conscientização, como única possibilidade de participação na vida política, econômica e social. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 242)

Com isso, enfatizamos a ideia de que a década de 60 trouxe, em certa medida, visibilidade para a classe trabalhadora, até então, esquecida a margem da sociedade. Assim sendo, temos dois movimentos: o da LDB de 1961, que visa o início de uma profissionalização do ensino secundário, em que o destino da camada popular era os cursos profissionalizantes, conforme foi enfatizado por Ghiraldelli (2001). E em contrapartida, temos um movimento criado pela igreja católica, com a intenção de alfabetizar e promover o desenvolvimento de um grupo esquecido, sobre seus direitos e para isso utilizaram do rádio como meio de comunicação efetivo. No que tange ao projeto radiofônico,

alfabetização e linguagem dirigiam-se aos adultos camponeses (mas a composição dos alunos era muito heterogênea, por exemplo, tomando os dados de 1963 a 1964, anos de pico, 65% dos alunos tinham entre 15 a 30 anos, 20% tinham menos de 15, e 15% mais de 30 anos), depois estendidas para operários de áreas urbanas e suburbana. Elas requeriam métodos e meios ajustados àquele contexto: transmissão por rádio, realidade camponesa, alunos adultos, procurando adaptar à sua estrutura de pensamento descritivo – concreto, com seu universo vocabular e para a sua estrutura motivacional. (WANDERLEY, 1998, p. 54)

Ainda sobre esse aspecto, Wanderley (1998), enfatiza os objetivos, práticas, tendências e conflitos sobre o MEB, em seu aspecto econômico, político, cultural e social. Dentre eles é mencionado que o movimento visava promover reformas estruturais, solidificar a solidariedade nas comunidades, novas técnicas agrícolas, uma educação ligada à vida social, escolas integradas a comunidade, alfabetização de adultos, educação de base – conscientização, valorização da oralidade, promoção humana, valorização da cultura popular

e outros elementos. Além disso, a década de 60 apresenta outros movimentos como o de Cultura Popular e o Programa Nacional de Alfabetização<sup>30</sup>.

Neste sentido, buscamos entender como ficou a cidade de Cajuri em meio a este cenário macro e compreender as possíveis contribuições do Ginásio Santo Antônio para sua população local. Para isso, iremos abordar sobre a microrregião de Viçosa e o processo de disseminação de Ginásios, com base em estatísticas e na legislação.

### 2.3. A microrregião de Viçosa e a disseminação de ginásios (1961 -1975)

Conforme enfatizado no subtópico do ensino ginásial em Minas Gerais, a partir da década de 1960, ocorreu a expansão de instituições de ensino públicas no estado, o que oportunizou a muitos jovens o acesso gratuito à educação. Nesse sentido, buscamos compreender como se deu essa expansão ginásial na microrregião de Viçosa. Para isso, compreendemos inicialmente sobre o conjunto populacional da microrregião de Viçosa, comparada a Zona da Mata Mineira.

Quadro 5 - População da Zona da Mata Mineira 1960 – 1970

Zona da Mata	1960	1970
	1.552.347	1.575.766
Juiz de Fora	23,5%	27,5%
Manhuaçu	12,9%	11,2%
Ponte Nova	14,8%	13,4%
Muriaé	13,7%	12,7%
Viçosa	11,5%	11,1%
Ubá	12,8%	12,9%
Cataguases	10,9%	11,3%

Fonte: Dados do IBGE (1960-1970), com base na tabela elaborada por Castro (2010).

Através deste quadro é possível verificar que a microrregião de Viçosa, representava 11,5% da população da Zona da Mata Mineira em 1960. Neste sentido, Cunha e Azevedo (2020) mencionaram que no ano de 1960 a cidade de Viçosa contava com 21 mil habitantes e Cajuri, que na época era seu distrito, 5 mil habitantes. Já no ano de 1970 os dados do IBGE demonstram que a cidade de Viçosa, era equivalente a 11,1% do tocante da Zona da Mata

<sup>30</sup>Extinto em 1964, após tentar atuar diretamente nos matizes estruturais ligados as desigualdades sociais (BEISIEGEL, 2019).

Mineira. Enquanto Cajuri contava com 3,422 habitantes no ano de 1970. Os dados demonstram uma queda no número de habitantes da cidade de Cajuri entre os períodos de 1960 a 1970.

Ainda sobre a microrregião de Viçosa e a cidade de Cajuri, é importante destacar a respeito dos estabelecimentos de ensino que compuseram estas localidades no início da década de 60. Para isso, utilizamos como aporte teórico a investigação realizada por Cunha e Azevedo (2020) no Acervo Municipal da Prefeitura de Viçosa, segundo eles:

Os estabelecimentos de ensino apresentavam em 1960, cerca de 5.824 alunos matriculados, e assim distribuídos: Escola Agrícola Arthur Bernardes (Escola de Aprendizado Agrícola e Industrial) - 373 alunos; a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo (Cursos primário, ginásial e Formação de normalistas) - 386 alunas; o Colégio de Viçosa (Cursos ginásial, comercial básico, científico, e Técnico de Contabilidade) – 446 alunos; a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - 652 alunos; e os estabelecimentos de ensino primário com 3.947 alunos (CUNHA; AZEVEDO, 2020, p.90).

No que tange a essa colocação percebemos que existiam instituições de ensino ginásial na região, sendo estas de caráter exclusivamente particular, e eram localizadas na cidade Viçosa. O primeiro deles foi o Colégio de Viçosa, cuja origem remete ao antigo *Gymnasio de Viçosa*, fundado em outubro de 1913. Já em 10 de março de 1914, foi criada a Escola Normal Regional<sup>31</sup>, anexa ao *Gymnasio de Viçosa*, que atendia a moças e rapazes da região.

Essa informação pôde ser verificada na pesquisa de Cunha e Azevedo (2020), em que apresentam um panorama geral da educação na cidade de Viçosa e suas cidades vizinhas, no período de 1930 a 1964. Através dessa pesquisa foi possível perceber, no ano de 1948, a existência de 44 instituições de ensino em Viçosa e em seu entorno, das quais apenas duas eram destinadas ao ensino ginásial e ambas eram particulares. O que nos permite inferir, que as classes populares não tinham acesso ao ensino de 1º ciclo na década de 40, coadunando assim, com a pesquisa de Souza (2019), mencionada anteriormente.

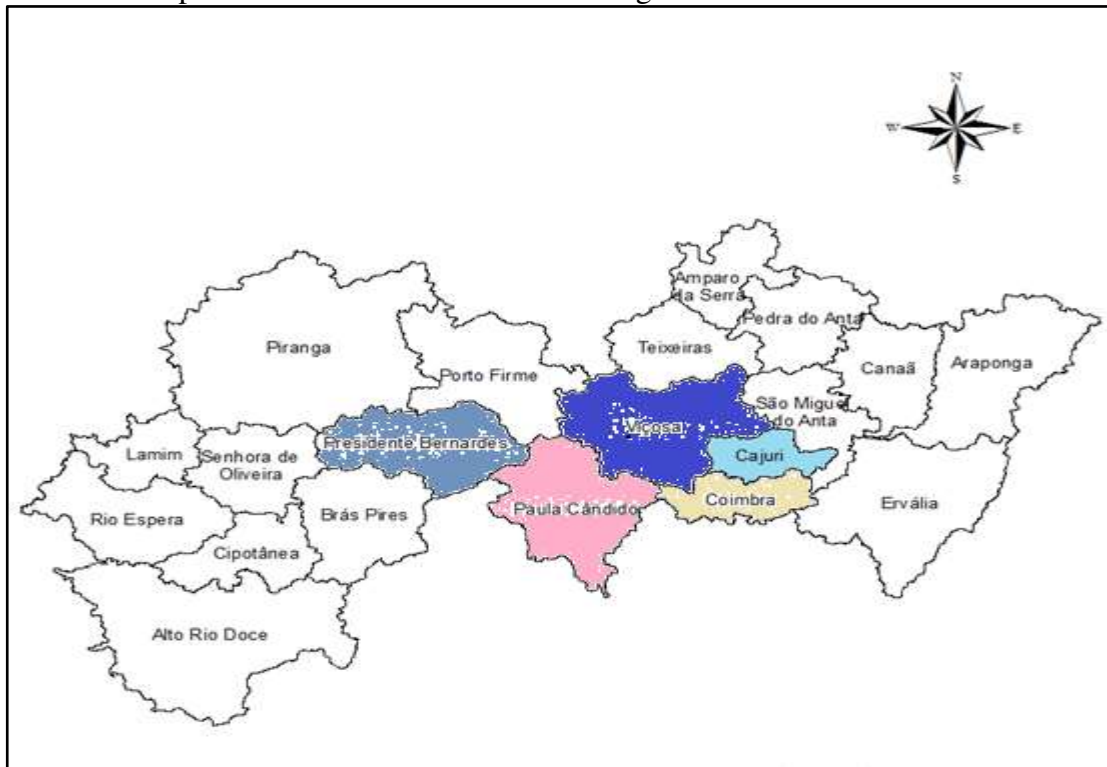
A título de informação, foi possível perceber, nesta pesquisa, que a cidade de Cajuri, no ano de 1936, contou com uma escola mista, em sua zona rural, nominada de Capivara, pelo decreto nº 102 de 1º de abril de 1936. Já em 1948, a cidade tinha 3 estabelecimentos de ensino municipais e um estadual, sendo estes: Escola Municipal Joaquim Toledo, Escola Municipal Joaquim O. Ribeiro, Escola Municipal Morro Grande e Escola Estadual Reunidas (CUNHA; AZEVEDO, 2020). Entretanto, para esse momento, nos atemos estritamente aos educandários fundados no ano de 1960, ou em data próxima a este, e que tenham ofertado ensino ginásial,

---

<sup>31</sup> Para maiores informações ler SILVA, E. M. P. Escola Normal Nossa Senhora do Carmo: Uma análise do ensino de meninas em Viçosa (1914-1930). 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012

uma vez que a década de 60 é o nosso recorte temporal inicial e o interesse maior é na compreensão da disseminação de ginásios nesse período. A Figura 5 abaixo ilustra essa disseminação de Ginásios na respectiva microrregião.

Figura 5 - Municípios da Zona da Mata Mineira com ginásios criados na década de 60



Fonte: elaborada pelos autores (2021) com base no Jornal “A Cidade”, n.14, 1960, p.4.

Em se tratando da expansão do ensino ginásial na microrregião de Viçosa, notamos que nas cidades de Paula Cândido, Coimbra, Viçosa, Presidente Bernardes e Cajuri, todos os estabelecimentos de ensino foram fundados pela iniciativa particular, por párocos locais, com exceção apenas do Ginásio Vera Cruz, localizado na cidade de Teixeira, que foi autorizado a funcionar condicionalmente em 19 de maio de 1952. Aparentemente, esse pode ser considerado o primeiro educandário a funcionar a nível estadual na microrregião.

Tal situação pôde ser detectada com base em informações coletadas em edições do jornal “A Cidade”, nas quais podemos inferir que na década de 1960, ou próximo a esse período, foram criados os seguintes ginásios na região:

- Teixeira: Ginásio Vera Cruz<sup>32</sup>, autorizado a funcionar em 1954;
- Presidente Bernardes: Ginásio Estadual de Presidente Bernardes, fundado em 22 de julho de 1959;
- Paula Cândido: Ginásio Padre Antônio Mendes, fundado em abril de 1961;
- Coimbra: Ginásio São José, fundado em 1961;
- Viçosa: Ginásio Raul de Leoni, autorizado a funcionar em 1963, pela Portaria nº 47, da Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura, do dia 20 do mês de maio do ano de 1963;
- Cajuri: Ginásio Santo Antônio, fundado em 1961.

Diante disso, discorreremos neste estudo sobre a cidade de Cajuri, tomando como objeto de estudo o Ginásio Santo Antônio. Com isso, pretendemos “[...] analisar situações, especificar ações individuais, acontecimentos precisos, redes capilares de relações, mas sem perder de vista a realidade mais global” (PESAVENTO, 2000, p. 214), e, para isso, é necessário a compreensão dos detalhes e dos traços secundários de um dado lugar, sendo a história local uma ferramenta que nos permite capturar determinadas questões e investigações históricas. Com base nesse contexto, Goubert (1992) denomina história local como:

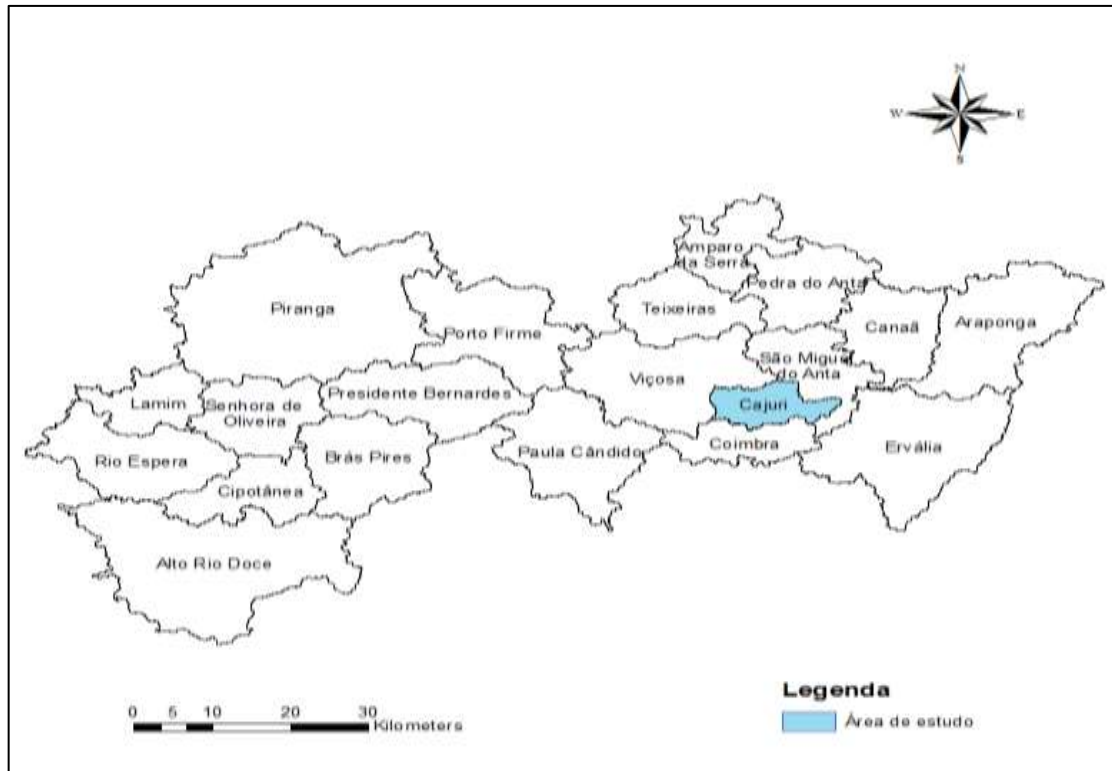
[...] aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês. (GOUBERT, 1992, p. 70)

Dessa forma, para trabalhar com a história local recorreremos ao pequeno povoado de nome Cajuri, que está localizado na porção norte da Zona da Mata Mineira, conforme podemos verificar na Figura 6.

Figura 6 – Mapa da Microrregião de Viçosa/MG – Brasil – 2020

---

<sup>32</sup>Esse educandário também faz parte dos estudos sobre o ensino ginasial do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa e foi intitulado de “De ginásio Vera Cruz de Teixeira: a criação e consolidação de uma instituição escolar (1954-1976)”, escrito por Ferreira e Azevedo (2021).



Fonte: elaborado pelos autores (2020) com base nos dados do IBGE (2020).

Desse modo, o estudo sobre a história do Ginásio Santo Antônio nos remete a informações e fontes sobre uma parte da História da Educação de Minas Gerais que não é muito lembrada no âmbito da pesquisa relacionada com a história das instituições educativas, corroborando com a constatação de Nosella e Buffa (2009), ao afirmar que as instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas são as mais estudadas,

[...] as escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial, estão pouco representadas. Os grupos escolares, tornaram-se, recentemente, objetos de vários estudos. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p.25).

Com base nesses aspectos sobre a microrregião de Viçosa e o processo de disseminação de Ginásios, especificamente relativo à década de 60, passaremos a apresentar o nosso objeto de estudo, o Ginásio Santo Antônio, recontando sua história por meio das fontes documentais e orais coletadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

### 3. O GINÁSIO SANTO ANTÔNIO (1961-1975): SUAS FONTES E A SUA HISTÓRIA

33

Neste capítulo desenvolvemos uma discussão sobre o Ginásio Santo Antônio no período de 1961 a 1973. Para isso, recontamos sua história através das notícias que compõem as páginas dos jornais “A cidade” (1961 – 1969) e “Folha de Viçosa (1963 – 1973), com o intuito de situar o leitor, sobre esta investigação.

Em seguida, apresentamos a cidade que foi sede do objeto de nosso estudo, demonstrando como se deu seu surgimento, processo de emancipação e desenvolvimento, principalmente no âmbito educacional. Já que, consideramos a perspectiva local, promissora, nos estudos do campo da História da Educação.

Por fim, incluímos a trajetória do fundador do Ginásio Santo Antônio, demonstrando como foi sua instalação na cidade de Cajuri e como chegou ao projeto de fundação de um estabelecimento de ensino ginásial. Sendo este um Ginásio particular, noturno, fundado em 21 de março de 1962, pelo Padre Oswaldo Renato Cunha e mantido pela Associação Presidente Kennedy. Assim sendo, apresentamos o acervo que possibilitou a execução da presente pesquisa, Arquivo Padre Oswaldo Renato Cunha.

#### 3.1. A imprensa e o Ginásio Santo Antônio

Essa investigação sobre o Ginásio Santo Antônio se fez, inicialmente, através das páginas dos jornais “A cidade” (1961-1969) e “Folha de Viçosa” (1963-1973), que nos permitiram verificar a origem do estabelecimento e do movimento de criação de ginásios em parte desta microrregião da Zona da Mata Mineira. Para tanto, é válido enfatizar que “o jornal se torna um elemento fundamental para se captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual, que trabalha na moldagem da cultura” (NETO, 2002, p. 206). Sendo este material “nosso pontapé” inicial da investigação.

Nesse sentido, podemos constatar a importância desta fonte que é atestada por Carvalho, Souza e Neto (2002) ao reconhecerem que a imprensa vem sendo utilizada como fonte para a historiografia da educação brasileira, conjugada à variedade de documentos que

---

<sup>33</sup>Uma análise preliminar dos dados desse capítulo foi apresentada no XII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação e publicado nos anais do evento, no eixo instituições educativas, no ano de 2020, com o trabalho intitulado “O processo de criação e os primeiros anos do Ginásio Santo Antônio (1961-1975)”, escritos pelos autores desta dissertação.

permitem o conhecimento e a análise das práticas educativas e da legislação ao longo do tempo. Além deste material revelar as particularidades das instituições educacionais, também apresentam

[...] um material de cunho político-ideológico influenciado pelo meio social e histórico e condicionado por aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos e fatores como a organização, formatação, redação, direção e os sujeitos que compõem a equipe do jornal. (COSTA; AZEVEDO, 2013, p.2)

Sendo assim, em relação ao registro do movimento de criação e expansão de ginásios na Zona da Mata Mineira, temos uma matéria publicada na edição de número 14, que circulou no dia 15 de abril 1962, no jornal “A Cidade”. Essa matéria menciona que a criação do Ginásio Santo Antônio não se deu de forma isolada, mas fez parte de um movimento mais amplo em termos microrregionais.

Além disso, com base nesse registro, é possível inferir que tal movimento de expansão dos ginásios nestas localidades contou com a participação dos alunos da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG)<sup>34</sup> atuando como docentes, o que viabilizou a criação e permanência destas instituições escolares. Desse modo, destaca que os Ginásios criados no entorno de Viçosa só foram possíveis devido a esse grupo que se dispôs a contribuir com o projeto de expansão de instituições de ensino ginásial. Conforme nos indica a citação abaixo:

Não teriam estas [população ao entorno de Viçosa], possivelmente, dentro de dezenas de anos, esse recurso educativo para seus filhos, não fosse a dedicação corajosa de estudantes e professores de Viçosa. Em esplêndido exemplo a ser imitado, vão eles levando, à circunvizinhança, sua colaboração no ensino, noite a dentro, todos os dias úteis da semana. (MENDES; CARVALHO, n.14, 1962, p.4)

Todavia, no caso específico do Ginásio Santo Antônio, esse grupo se faz presente, porém a predominância do corpo docente da escola, eram das normalistas advindas do Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo e habilitadas na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que possibilitou essa formação para a região após a reforma universitária em 1968. Logo, é notável o acesso à educação para o conjunto populacional da microrregião, as cidades contempladas inicialmente, com os efeitos dessa ação foram Coimbra, São Miguel e Paula Cândido. Assim, como nos mostra o exposto do Jornal A Cidade, publicado em 1962:

**Coimbra e São Miguel do Anta** foram as cidades aquinhoadas em primeiro lugar. Começo incerto, ceticismo, dificuldades de toda ordem: transporte, Ministério, professorado, instalações, estradas e tantas outras. Mas, a perseverança tem vencido

---

<sup>34</sup> No caso específico do Ginásio Santo Antônio, os professores eram da própria cidade e normalmente advindos do curso Normal e/ ou da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e na ausência deles o pároco buscava alunos da UREMG.

tudo. Não há, com efeito, moeda mais generosa e mais forte que o ideal. Convencidos de que a tarefa número um do nosso País é proporcionar educação ao povo, os colaboradores dos ginásios desta campanha admirável têm marcado, ano a ano, novos tentos, tudo fecundado pela generosidade de seu espírito de sacrifício em favor do ensino, da cultura. Abre-se com a experiência anterior, o ginásio de **Paula Cândido**. (MENDES; CARVALHO, n.14,1962, p.4)

No que tange, a forma como esse processo se deu na cidade de Paula Cândido, o Jornal salienta que possuíam algumas similaridades, dentre elas o medo e a incerteza de como o projeto prosseguiria com suas devidas funções. Todavia, “a seriedade com que se entregam os jovens professores a sua bela tarefa consolida o entusiasmo dos que criam, inicialmente, na obra e desanuvia, em definitivo, a ansiedade dos descrentes”. (MENDES; CARVALHO, n.14,1962, p.4) E assim com o auxílio destes jovens estudantes da região, interessados na expansão da educação local, se deu o processo em Paula Cândido.

Posteriormente, esse movimento também ganhou espaço nas cidades de Cajuri e Amparo do Serra, possibilitando assim que os egressos do grupo escolar, prosseguissem em seu processo formativo e educacional. A inserção dessas duas cidades, também foi evidenciada na notícia do jornal, salientando que:

**Cajuri** incorpora-se a campanha, recentemente. Processo idêntico: um ano de curso de admissão, preparo dos papéis, autorização ministerial para funcionamento, exames de admissão e lá está pujante a primeira série do Ginásio Santo Antônio, com mais de três dezenas de alunos. O exemplo está-se alastrando: **Amparo do Serra** quer seu ginásio, também, sem falar de outros lugares em expectativa. (MENDES; CARVALHO, n.14,1962, p.4)

Assim sendo, podemos observar o movimento que ocorreu na microrregião de Viçosa e alguns dos desafios enfrentados para a execução do projeto nas cidades mencionadas. No que corresponde a publicação da matéria, é importante destacar que ela se trata apenas dos educandários particulares, já que o Ginásio Estadual Vera cruz, da cidade de Teixeira não é mencionado.

Em um relato posterior publicado no jornal “Folha de Viçosa”, no dia 6 de setembro de 1964, encontramos a seguinte informação “No ano passado, concluíram as primeiras turmas [do ensino ginásial] de Coimbra e São Miguel do Anta. Neste ano, receberá seu diploma a turma pioneira de Paula Cândido. No ano que vem, a de Cajuri, Ginásio Sto Antônio”. (FOLHA DE VIÇOSA, n. 21, p.1) Esse trecho nos permite compreender a existência de um movimento de criação e manutenção de alguns ginásios, entretanto, para este trabalho, nos ateremos especificamente ao Ginásio Santo Antônio, que teve seu funcionamento na cidade de Cajuri.

### 3.2. A cidade de Cajuri e o Ginásio Santo Antônio: um movimento de emancipação

“Para a história da educação, o local encontrou no município e na instituição educativa as principais unidades de observação e de desenvolvimento”.  
(ADÃO; MAGALHÃES, 2011, p. 13)

Nos estudos da História da Educação, alguns pesquisadores<sup>35</sup> consideram o local como um meio promissor para análises históricas, visto que, nestes locais, têm-se os municípios, que são permeados por questões sociais, históricas, econômicas e de desenvolvimento. Por meio disso, esses locais nos possibilitam encontrar novas facetas, através de um município, em busca de compreensões gerais sobre os processos educativos existentes na Educação Brasileira.

Em se tratando do Estado de Minas Gerais, segundo dados do IBGE (2020)<sup>36</sup>, têm-se uma população estimada de 21.292.666 de pessoas; área territorial 586.513,993km<sup>2</sup>; densidade demográfica de 33, 41 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2010); Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) equivalente a 0,731 (IBGE, 2010) e um total de 2.511.483 matrículas no ensino fundamental. Vale ainda mencionar que, o Estado é composto por 853 municípios. No que tange ao conjunto destes municípios, temos a cidade de Cajuri, localizada na Zona da Mata Mineira. De acordo com dados do IBGE (2020), a cidade conta com aproximadamente 3.974 habitantes, possuindo uma extensão territorial de 83,038km<sup>2</sup>, densidade demográfica de 48,74 hab./km<sup>2</sup>, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) equivalente a 0,617.

Como dito no capítulo anterior, o Ginásio Santo Antônio funcionou na cidade de Cajuri, estado de Minas Gerais, mais especificamente, nas dependências da atual Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias de Andrade, no período de 1961 a 1975, na cidade de Cajuri.

Acerca do surgimento e da emancipação da cidade de Cajuri, El Hadj (2013) em seu livro intitulado “De Cajuri para o futuro, os relances de um olhar”, informa que por volta dos anos de 1886, existiam naquela localidade (antes denominada de Turvo) propriedades de Joaquim Alves Ladeira e Vicente Valente<sup>37</sup>, e nelas existiam uma estação ferroviária, mais especificamente, no conjunto de terras pertencentes a Joaquim Alves Ladeira.

---

<sup>35</sup>Pesquisadores como Justino de Magalhães (2014), Azevedo (2017) e dentre outros, trabalham com estudos historiográficos em uma perspectiva local.

<sup>36</sup>O último censo realizado no Brasil foi em 2010, entretanto no site do IBGE foi localizado uma estimativa no ano de 2020, assim sendo utilizamos estes dados estimados.

<sup>37</sup>Não foram localizadas informações sobre quem foi essa personalidade.

A respeito de Joaquim Alves Ladeira, identificamos no artigo “Riqueza e escravidão em uma localidade da Zona da Manta Mineira: Santa Rita do Turvo na segunda metade do XIX”, escrito por Costa (2013), que Joaquim Alves Ladeira faleceu em 1857 e era próspero produtor agrícola de Santa Rita do Turvo (atual cidade de Viçosa), e possuía uma considerável fortuna, Rs 39:418\$980(Mil Réis), sendo também possuidor de muitas terras e bens, no entorno da Estação do Turvo.

Cabe lembrar que a estação ferroviária<sup>38</sup>, ou melhor dizendo, Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, era localizada na freguesia de São Sebastião de Coimbra, nome dado a região de Cajuri naquele período, e ligava Ponte Nova- MG a Campos, cidade localizada no estado do Rio de Janeiro, e por meio deste acesso, eventualmente, moradores de Mariana – MG, vinham até a região de Cajuri a procura de pedras preciosas. Soma-se a isso, a informação de seu funcionamento, sendo inaugurada em 05 de outubro de 1885 e tendo seu tráfego em funcionalidade até a década de 1980, o qual posteriormente foi suspensa. Diante desse contexto, apresentamos a Figura 8, que demonstram as instalações da Estação Ferroviária, no ano de 1990.

---

<sup>38</sup>Atualmente na antiga estação ferroviária funciona o Centro Cultural Padre Oswaldo Renato Cunha, também diretor do Ginásio Santo Antônio. O centro cultural foi inaugurado em 02 de julho de 2010.

Figura 7 - Estação ferroviária da cidade de Cajuri- MG, 1990



Fonte: foto de Hugo Camuru (1990), localizada no *Blogger* O trem expresso, Leopoldina (2021).

Dando prosseguimento aos elementos constitutivos da história de Cajuri, El Hadj (2013) salienta que em 1907, o filho de Joaquim Ladeira toma posse da fazenda de Valente, comprada das mãos do governador do estado de Minas Gerais, naquela época. Porém, essa ação não obteve êxito para o desenvolvimento local, uma vez que foi com Joaquim Toledo da Silva que o local obteve desenvoltura. No caso, este cidadão doou e vendeu loteamentos para construção de casas e moradias, acarretando, assim, no povoamento do pequeno arraial.

Essa informação também foi identificada nos dados disponibilizados pelo IBGE (2017), em “Histórias e Fatos de Cajuri”. Segundo o Portal, os primeiros povoadores da região foram os colonos oriundos de Mariana, que se instalaram na região, com o objetivo de explorar as atividades relacionadas a agricultura<sup>39</sup>. A presença da agricultura local, pode ser percebida até mesmo em um dos trechos do Hino da cidade, que apresenta a citricultura como uma das possíveis fontes de renda dos moradores, considerando a cidade como a capital da citricultura “Da nossa citricultura. Cajuri és capital com a nossa agricultura. Um celeiro colossal. Linda estrela do alto da serra. Rio Turvo irrigando este chão. Cajuri, querida terra. Viverás em meu coração”. (Trecho Hino da cidade, LIMA, 1990.)

<sup>39</sup>Atualmente a cidade é conhecida pela produção de tomate, leite e café. Tendo por festa popular a festa do tomate, que ocorre normalmente no mês de agosto.

Nessa direção, é válido salientar que as informações encontradas no livro “Cajuri, sua gente e sua história”, escrito pela Secretária de Educação da cidade de Cajuri, no ano de 2012, nos permitiram averiguar outros elementos sobre a história local. Assim, vemos que o povoado surgiu por volta de 1892, no governo do Dr. José Cesário de Faria Alvim. Já no ano de 1886, o Sr. Joaquim Toledo da Silva adquiriu do Sr. Manoel Pereira Mamão a área do povoado do Turvo, atual Cajuri. No tocante as primeiras casas, foram construídas entre os anos de 1886 a 1900 (BARROS, 2012).

Já em 19 de abril de 1910, a localidade deixa de se chamar Turvo, sendo que havia nas proximidades outros locais<sup>40</sup> com este mesmo nome e isso acarretava em desvios de correspondências. Tal situação culminou em uma nova denominação para o arraial, sendo atribuído o nome, Cajuri, de origem Tupi, e que significa “Palmeira pequenina”.

Ainda a esse respeito, em 17 de dezembro de 1938, o povoado de Rio Turvo foi elevado à categoria de Vila, pelo decreto lei nº 184, assinado pelo governador do Estado de Minas, Benedito Valadares, e pelo prefeito da cidade de Viçosa, João Braz da Costa Val. Mediante o exposto, foi possível perceber o processo de surgimento da cidade de Cajuri.

Já em se tratando de sua emancipação, foi localizado que, essa só ocorreu no ano de 1962, pela Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Ainda sobre sua emancipação, foi encontrada uma única edição do jornal “O Cajuriense”, que deixou registrado a luta de 50 anos em busca da autonomia local, conforme apresenta o excerto:

Há 50 anos, neste mesmo lugar, uma comissão formada pelos próprios moradores locais, dentre eles, Antônio Dias de Andrade (Totoni Andrade), Abrão Daibes, Capitão Arnaldo Dias de Andrade, Feres Antônio Jorge, Antônio Araújo (Nô da Silva), e outros mais, lutavam pela emancipação de Cajuri, e comemoravam a vitória, pois haviam conseguido fazer com que Cajuri se elevasse do nível de distrito a cidade, com o seu prefeito e a sua “Independência” em termos políticos. (O CAJURIENSE, s.n.)

Essa busca pela autonomia local, já havia acontecido anteriormente, porém não obteve êxito. Percebemos, então, a luta presente no pequeno arraial em todas as esferas sociais. Neste sentido, para acrescentar e deixar registrado o trecho, do único editorial existente, do jornal o “Cajuriense”, seguimos apresentando esse momento que representou a marca de emancipação da cidade, em 30 de dezembro de 1962.

Hoje muitos não sabem, mas num passado não muito distante, existiram aqui pessoas que queriam um futuro melhor e que seus descendentes pudessem ter uma cidade e não um distrito. Devemos a eles essa glória, essa conquista ímpar e de extrema relevância para todos nós que hoje aqui estamos. Ao grande herói, o

---

<sup>40</sup>A cidade de Viçosa, já foi conhecida por Santa Rita do Turvo, pelo decreto lei de 14 de julho de 1832 e pela Lei estadual de 14 de setembro de 1891. Tendo seu nome modificado, ela lei provincial nº2.216, para Viçosa de Santa Rita, em 03 de julho de 1876.

saudoso Totoni Andrade, vai nossos sinceros obrigados. É de pessoas com a garra e determinação como essas do passado que precisamos para um país melhor, pessoas estas que faziam da política um instrumento de melhoramento coletivo. Assim sendo, fica marcada na história de Cajuri a data 30/12/1962, data em que nossos ideais saíram do papel e viraram um presente cotidiano nas vidas de todos. (O CAJURIENSE, s.n.)

Desse modo, percebemos, no ano de 1962, um movimento efervescente de alguns cidadãos Cajurienses, ligados à política local, em prol da emancipação do município, tanto nos setores político, econômico e social, quanto no educacional, visto que foi nesse mesmo ano que o Ginásio Santo Antônio foi devidamente reconhecido para o início de suas atividades escolares na cidade, embora o projeto de fundação do Ginásio tenha ocorrido um ano antes.

O setor educacional de Cajuri começou a se desenvolver em 20 de abril de 1909, quando ainda era Arraial do Turvo, e ganhou sua primeira escola, fundada por Capitão Arnaldo Dias de Andrade<sup>41</sup>, nominada de “Escolas Reunidas”, tendo por direção a senhora Mercedes Boeschester<sup>42</sup> e como primeira professora da localidade a senhora Maria José Veiga<sup>43</sup> (El Hadj, 2013).

Em contrapartida, através do artigo “A instrução pública no município de Viçosa no império (1839 – 1890), escrito por Azevedo (2020), o autor menciona que a primeira cadeira mista no distrito de Estação do Turvo da Leopoldina (sendo este o atual município de Cajuri) foi detectada no ato de governança de 27 de março de 1890. Portanto, temos uma discrepância em relação à data da primeira escola da cidade, podendo, dessa forma, inferir que foi fundada entre os anos de 1890 a 1909.

A segunda escola da cidade foi fundada em 01 de fevereiro de 1929, popularmente conhecido como “2º escola rural mista”, que atendia a população feminina e masculina da cidade de Cajuri, onde também funcionou o Ginásio Santo Antônio e permanece em funcionamento até os dias atuais, como Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias de Andrade<sup>44</sup>.

Nos últimos anos, de acordo com os dados estimados do IBGE (2020) o município possui 97,1% de estudantes (valor equivalente ao comparativo entre municípios), entre 6 a 14 anos matriculados nas escolas da cidade. Sendo distribuídos entre as seguintes instituições de

---

<sup>41</sup>Atualmente a escola estadual urbana da cidade possui o nome de “Capitão Arnaldo Dias de Andrade”, enquanto a escola municipal urbana possui o nome de “Arnaldo Dias de Andrade Filho”.

<sup>42</sup>A única informação que conseguimos obter é que ela foi a primeira diretora da escola, sem êxito na localização de mais detalhes sobre essa personalidade.

<sup>43</sup>Também não foram localizadas informações sobre a primeira professora da cidade.

<sup>44</sup>Não se sabe ao certo quando a escola ganhou essa última nomenclatura, no entanto, no acervo do educandário foram encontrados livros de matrícula com essa denominação a partir de 1957, o que nos permite inferir uma datação aproximada.

ensino: Escola Municipal Arnaldo Dias de Andrade Filho (urbana); Escola Capitão Arnaldo Dias de Andrade(urbana); Escola Municipal Doutor Juarez de Souza Carmo (distrito)<sup>45</sup>; Escola Municipal da Capivara (Zona Rural) (IBGE, 2010).

Com base nesses aspectos de contextualização da história da cidade de Cajuri e da compreensão de parte de sua trajetória com o setor educacional, passamos para a apresentação do fundador do Ginásio e análise das fontes que tratam sobre o nosso objeto de estudo, o Ginásio Santo Antônio, fundado no mesmo período de emancipação da cidade de Cajuri.

### **3.3. O fundador do Ginásio Santo Antônio e o Arquivo Padre Oswaldo Renato Cunha**

O fundador do Ginásio Santo Antônio, Padre Oswaldo Renato Cunha, nasceu no dia 25 de setembro de 1922 no então distrito viçosense de Ervália, estado de Minas Gerais. Estudou no seminário Nossa Senhora da Boa Morte de Mariana, localizada na cidade de Ouro Preto no ano de 1937. Posteriormente, foi pároco da Vila de Cajuri em 1950, na capelanía da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 1972, vindo a falecer em 22 de abril de 2008.

Somado a isso, foi professor de Latim do Ginásio, tendo por base formativa o Seminário Menor Nossa Senhora da Boa Morte, da Arquidiocese de Mariana – Minas Gerais, em que frequentou dos anos de 1937 a 1942. Logo após, no ano de 1943, ingressou no curso de Filosofia do Seminário Maior São José, que teve duração de dois anos (1943 – 1944). Em seguida, no ano de 1950, com a fundação da paróquia de Cajuri<sup>46</sup>, foi nomeado como pároco local no ano de 1951, e nela ficou até o seu falecimento (ARQUIDIOCESE DE MARIANA, 1951). Assim como pode ser observado no exposto:

Atendendo ao que nos representou o senhor Padre Oswaldo Renato Cunha da Paróquia de Cajuri (Coimbra). Havemos por bem, pela presente, conceder licença para fazer celebrar nessa Paróquia de Cajuri, de Coimbra, contanto que sejam observadas todas as disposições litúrgicas e determinações arquidiocesanas, relativas a tais solenidades, o que temos muito recomendado ao mesmo Revmo. Pároco, a quem será esta apresentada. Dada nesta Arquiepiscopal Cidade de Mariana, sob o Nosso Sinal e Selo das Nossas Armas, aos 10 de abril de 1951. (GOMES, 10 abr. 1951)

Desse modo, com a tomada de posse na paróquia, começou a desenvolver suas funções e uma destas foi realizada, no ano de 1953, em que celebrou a missa de inauguração do primeiro Grupo Escolar, que ofertou a educação primária para a cidade de Cajuri. Assim como é possível verificar em um caderno de anotações da Paróquia de Cajuri, em que tinha

<sup>45</sup> A cidade de Cajuri possui um distrito de nome “Paraguai”.

<sup>46</sup>Em 25 de junho de 1911, ocorreu a celebração da primeira missa na cidade de Cajuri em prol da inauguração da capela, pelo pároco Joao Severiano de Carvalho, até então pertencente a uma cidade próxima de nome Coimbra.

por autor o Padre Oswaldo, “venho pedir humildemente a vossa excelência Reverendíssima se difere conceder-me licença para celebrar uma missa no pátio do Grupo Escolar desta localidade, por ocasião de sua inauguração<sup>47</sup>” (CUNHA, 1. out. 1953).

Ainda sobre as funções do pároco, encontramos uma outra carta do Arcebispo de Mariana, D. Helvécio Gomes de Oliveira, datada de 31 de janeiro de 1954, que demonstra o pertencimento da Paróquia de Cajuri à cidade de Coimbra e o exercício da profissão sacerdotal em outras localidades.

Fazemos saber que, atendendo-nos ao bem espiritual do Rebanho, confiado à Nossa pastoral pela Divina Misericórdia; e com os Nossos olhares de Pastor atentos às necessidades espirituais dos amados filhos do Distrito de Cajurí (Paróquia de Coimbra) e da Capela de Paraguai (Paróq. De São Miguel do Anta), cujos territórios já vem funcionando como Paróquia “ad experimentum”, deste Nosso Arcebispado. Havemos por bem conceder ao Rvdo. Sr. Padre Oswaldo Renato Cunha plena jurisdição paroquial nos territórios acima mencionados. (GOMES, 31. jan. 1954)

Através desta Carta é possível verificar indícios de que a cidade de Cajuri não contava com um prédio próprio para a realização das atividades paroquiais, informação essa que foi comprovada em outros documentos do Acervo do Padre Oswaldo, em uma das cartas enviadas pela Arquidiocese de Mariana, percebemos que a criação da Paróquia se deu em 08 de dezembro de 1959, conforme indica o trecho abaixo.

Tendo nós, em data de hoje, criado a Paróquia de Santo Antônio do Cajuri, a nós cumpre provê-la de idôneo sacerdote que cuide do bem espiritual de suas almas; conhecendo vossa capacidade, de cuja vida e costumes muito confiamos no Senhor, pela presente Provisão vos nomeamos e constituímos seu primeiro Pároco amovível, com todos os direitos e deveres que, por direito comum e particular, competem aos Párocos. (GOMES, 8 dez. 1959)

Além do vínculo com a Paróquia de Cajuri, já exposto, localizamos o contrato de trabalho individual datado de 8 de março de 1972, do pároco com a Universidade Federal de Viçosa.

O Sr. Pe. Oswaldo Renato Cunha prestará seus serviços na Capelania da Universidade, como Capelão substituto pelo prazo de 1 (um ano) a partir de sua assinatura do presente contrato. II - A U. F. V pagará ao Sr. Pe. Oswaldo Renato Cunha o salário mensal de C\$ 1.088,00 (hum mil e oitenta e oito cruzeiros). III. O presente contrato será regido pelas normas da consolidação das Leis do Trabalho e do Estatuto da U. F. V. (UFV, 8.mar. 1972).

---

<sup>47</sup>Haja vista essa informação, é necessário fazer um adendo, pois, segundo os documentos encontrados no acervo da instituição, ela foi fundada em 01 de fevereiro de 1929. Assim sendo, acreditamos que apesar de ter sido fundada em 1929, tenha funcionado de forma precária por um tempo, conseguindo sua oficialização em 1953. Outra possibilidade, engloba o fato de que a educação chegou primeiro à cidade, do que a igreja católica, visto que a paróquia chegou à cidade em 1950, então, pode haver relação com a questão da tradição, das benções dos estabelecimentos. Todavia, não tivemos acesso a documentação suficiente para analisar sobre o surgimento do grupo escolar. Ademais, vale enfatizar que este período não é foco deste trabalho.

Feitas essas breves considerações sobre a atuação do pároco em suas funções para com a Igreja Católica, iremos apresentar o seu projeto, de criação de uma instituição de ensino ginasial na cidade de Cajuri, que teve início no ano de 1961 e que ele foi autorizado legalmente, a ser Diretor, pela Inspeção do Ensino Secundário de Juiz de Fora, em 02 de dezembro de 1962.

Através dessa experiência<sup>48</sup> é importante mencionar que rotineiramente<sup>49</sup> os pesquisadores da área de História da Educação encontram arquivos desorganizados, empoeirados e junto aos ácaros, o que impossibilita a consulta na íntegra de determinada documentação, devido à má conservação (NOSELA; BUFFA, 2013). Além disso,

no Brasil, a preservação da memória não é um problema que atinge apenas as instituições escolares; de um modo geral, há um descuido com documentos do passado. Felizmente, alguns são mais duradouros, tais como prédios escolares, e preservam o passado, apesar de nossa displicência. (NOSELA; BUFFA, 2013, p. 38)

Todavia, no arquivo Padre Oswaldo Renato Cunha, encontramos uma preservação atípica, já que todos os arquivos estão encadernados e devidamente conservados. O acervo além de possuir a documentação sobre a vida e obra do pároco, conta com um espaço externo de jardinagem para análise e consulta da documentação.

Como dito anteriormente, os documentos foram localizados em bom estado de conservação, a responsável pelo estabelecimento encadernou e sumarizou todos os eles, facilitando assim, o acesso e a consulta da documentação, restando apenas, a dificuldade na leitura paleográfica. Abaixo apresentamos imagens que mostram como era organizado os livros na parte externa e interna do documento.

---

<sup>48</sup> Neste sentido, é importante ressaltar que a realização dessa análise documental só foi possível mediante o acesso às fontes disponíveis no Arquivo do Padre Oswaldo Renato Cunha, localizado em sua antiga residência, na cidade de Cajuri e sob responsabilidade de uma de nossas colaboradoras, que foi ex-aluna, ex-professora, e ex- colaborada do Ginásio.

<sup>49</sup> Como sugestão de leitura, Ester Buffa (2002) em seu texto História e Filosofia das instituições escolares, apresenta sobre essa questão da má conservação dos arquivos.

Figura 8 - Exemplo de sumário dos documentos

VOLUME VIII	
• Foto da Ordenação – 1º de janeiro de 1950	1
• Foto - retiro espiritual – Mariana	2
• Foto - sepultamento do Sr. José Victorino Cunha	3/4
• Reunião dos padres – Mariana	5
• Padre Oswaldo e os cocorinhas – João Batista Pires, Sebastião Castro dos Santos, José Casillo dos Santos, Diocésio Santana, Odilon Barbosa, Nessor Delveaux, Geraldo Meola Pires, Adir Barbosa	6/7
• Retiro Espiritual – Mariana	8
• Reunião Confraternização – Aniversário 10 anos de ordenação	9/10
• Foto Casamento Maria das Graças Castano e Adão Cirnevi Castano	11
• Foto – desenhos de terreno para construção da Matriz – José posto de sacris	12/13
• Foto da Praça de Ervália	14
• Foto de monagem do Sr. Papa João XXIII	15
• Foto do desfile de 15 de Novembro, turma do Ginásio Santo Antônio	16
• Padre Oswaldo entregando diploma de formatura a Nestor Delveaux 1ª turma 1955	17
• Padre Oswaldo discursando para os alunos formandos 1ª turma do Ginásio Santo Antônio	18
• Foto de SS O Papa João Paulo Segundo e o Sr Arcebispo D. Cesar de Oliveira	19
• Foto de Padre Oswaldo, Juacy Das Andrade e o deputado Demerval Pinheiro, inauguração da reforma da Escola ( Ginásio Santo Antônio)	20/21
• Padre Oswaldo, vice prefeito José Filadelfo Nascif e Juacy Das Andrade	22
• Comemoração do dia das mães	23
• Padre Oswaldo entregando o diploma de formatura a Milton Juarez Ladeira	24
• Foto Padre Oswaldo e colegas no curso	25
• Fotos do prefeito Manuel Hermogenes Campos	26
• Fotos do vereador João Alves de Silva (João Mele Kito) e o Sr. Oswaldo de Sousa	27
• Comemoração da Revolução 31 de março	28
• Foto da turma do Mobral	29/30
• Convite do aniversário 25 anos de ordenação Pe. Oswaldo Renato Cunha	31
• Fotos do Tríduo em comemoração, de Bodas de Prata de Pe. José Pavares Pe. Mendes - Pe Sebastião Santana, Pe Carlos - Pe Lucas	32

Fonte: Acervo Padre Oswaldo Renato Cunha (1965).

Através desta organização, percebemos um cuidado para com a preservação da memória, realizada por uma cidadã que fez parte da história do estabelecimento e da vida da personagem do Diretor do Ginásio Santo Antônio e expressa seus votos de agradecimento, por intermédio da preservação dos documentos históricos que contam sobre esse passado. Todavia, existe uma problemática nessa situação, já que estes arquivos são de domínio da Paróquia local, mas não houve consentimento por parte da responsável, para que estes sejam transferidos para as mãos do pároco atual, temendo pela sua obstrução.

Ademais, o arquivo é aberto para visitação guiada e mediante agendamento. Nesse sentido,   importante mencionar que não   um estabelecimento amplamente divulgado nas redes sociais da Prefeitura, por exemplo, ficando assim com visita es apenas de grupos da popula o local, como as escolas e/ou pesquisadores que tomam conhecimento de sua existência.

Ainda sobre arquivos, tomamos ciência de que existem alguns documentos sobre o Ginásio na Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova (SRE-Ponte Nova), atual responsável pela rede de ensino da cidade de Cajuri. Entretanto, não conseguimos encontrar estas fontes, devido às restri es causadas pela Pandemia da Covid-19. Conseguindo assim, acesso apenas ao Acervo local, aos arquivos da igreja e a documenta o da Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias de Andrade.   válido ressaltar que ao decorrer desta pesquisa, foram

realizadas 4 visitas ao acervo da escola, e na última, foram localizados documentos enviados pela SRE- Ponte Nova, assim sendo, não sabemos ao certo se foram enviados o montante de documentos que lá existiam, mas possibilitou aos pesquisadores acesso a novos livros de matrícula, que auxiliaram na investigação.

Assim sendo, foi através desses encontros e desencontros das fontes documentais que localizamos os nossos entrevistados, dos quais fizeram parte da história da primeira instituição ginásial da cidade de Cajuri. Nesse sentido, podemos inferir, com base no que foi dito até aqui, e nas fontes por nós acessadas, que foi uma das primeiras da microrregião de Viçosa, oriunda do processo de ideais de expansão de ginásios que aconteceu na década de 60, em que párocos como Padre Antônio Mendes e Padre Oswaldo se mobilizaram em prol da expansão do ensino ginásial para os filhos de operários de suas cidades locais.

De posse dessa documentação, que trouxe exequibilidade para essa investigação, iremos apresentar o processo de constituição do Ginásio Santo Antônio, sua organização, funcionamento, manutenção e possíveis contribuições para o povo cajuriense, somando assim, aos estudos da História das instituições educativas.

## **4. O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO GINÁSIO SANTO ANTÔNIO**

No presente capítulo apresentamos o processo de constituição do Ginásio Santo Antônio, trazendo aspectos sobre sua manutenção, público-alvo, equipe pedagógica e dentre outros elementos constituídos por intermédio das fontes documentais.

Em um primeiro momento trazemos a organização e manutenção do Ginásio Santo Antônio, em que apresentamos a Associação Presidente Kennedy, as possíveis subvenções públicas que chegaram até o Ginásio Santo Antônio, as bolsas da instituição, compreendendo, assim, como a instituição se estabeleceu e permaneceu na cidade até o ano de 1975.

Posteriormente buscamos compreender o seu público-alvo, a forma de ingresso sendo esta através do exame de admissão, apresentamos também os objetivos formativos da instituição, as disciplinas ofertadas, os materiais didáticos utilizados, quem eram os professores, sua remuneração e dentre outros elementos que constituíram o processo do estabelecimento estudado.

Por fim, analisamos as contribuições do Ginásio Santo Antônio para o povo cajuriense, sendo a primeira instituição da cidade a ofertar o ensino ginásial para uma população, que até o ano de 1961 interrompia os estudos no Grupo Escolar, devido a inexistência de estabelecimento na cidade e de estabelecimentos gratuitos e/ou com ofertas de bolsas na microrregião.

### **4.1. A Organização e manutenção do Ginásio Santo Antônio**

Com base no estudo realizado, constatamos que o Ginásio Santo Antônio foi fundado como uma instituição de ensino ginásial particular, no ano de 1961, pelo padre Oswaldo Renato Cunha. Todavia, a oficialização dessa fundação se deu em 21 de março de 1962, quando foi reconhecido pela portaria nº 309, em uma publicação do Diário Oficial da União, datada de 10 de maio de 1962, que apresenta a autorização para prosseguir em seu funcionamento na cidade de Cajuri, Minas Gerais. Além disso, obteve reconhecimento em Resolução 395/74 em 05 de fevereiro de 1974.

Cumpramos também destacar que o ginásio funcionava no prédio do Grupo escolar Capitão Arnaldo Dias de Andrade em turno noturno, das 18h:00min às 21h:15min, todos os dias úteis da semana. Em questão do horário de funcionamento do Ginásio Santo Antônio, notamos que foi uma ação que certamente permitiu o acesso à educação, aos estudantes que trabalhavam em contraturno escolar. As aulas eram ofertadas a noite, visto que, era um espaço

cedido pelo Estado, que contava com aulas durante o dia, destinadas aos alunos do grupo escolar. O edifício contava com salas de aula de 160m<sup>2</sup>, sala dos professores 15,75 e gabinetes sanitários 2,40. A Figura 9 abaixo demonstra as instalações do Ginásio Santo Antônio, no ano de 1961.

Figura 9 - Estrutura do funcionamento do Ginásio Santo Antônio, em 1961



Fonte: acervo da Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias de Andrade.

A respeito do prédio em que funcionava o Ginásio, atualmente ele atende o Ensino Médio da cidade de Cajuri e os anos iniciais do Ensino Fundamental I, pela rede estadual de ensino. Em se tratando de sua construção, o prédio foi construído em 1929, com subvenções estaduais e sob direção do Capitão Arnaldo Dias de Andrade, morador do Arraial do Turvo, com o objetivo de atender às crianças da cidade de Cajuri, na então “Escolas Reunidas<sup>50</sup>”. No que tange a sua existência, esse estabelecimento de ensino possui 92 anos de histórias e legados, dentre eles, temos a do Ginásio Santo Antônio. Consideramos que

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p.2)

Assim sendo, para compreender o sentido histórico dessa instituição, abordaremos sobre sua manutenção, seus professores, os alunos, as bolsas, as subvenções públicas e dentre

<sup>50</sup>A denominada “Escolas Reunidas” atendia o segmento do ensino primário, no período diurno.

outros. Daremos início à tessitura da história do Ginásio Santo Antônio, contemplando, inicialmente, a autorização para o seu funcionamento. Durante a investigação, encontramos uma carta do Ministério da Educação e Cultura – Inspeção Seccional de Juiz de Fora, destinada ao diretor do Ginásio, Padre Oswaldo Renato Cunha, datada de 16 de janeiro de 1967, em que informa que o estabelecimento estava autorizado a funcionar “a título precário”, já que não possuía todas as especificidades necessárias para o bom andamento das atividades escolares. Tal informação pode ser evidenciada no seguinte trecho da carta:

[...] verificamos que o mesmo foi autorizado a funcionar a título precário pela Portaria n. 309, de 21 de março de 1962, e que em 8 de janeiro de 1966, pela Portaria n.1, do senhor secretário da Educação, lhe foi concedido prorrogação do prazo para funcionamento, por 1 (um) ano. Como é de vosso conhecimento, esse estabelecimento foi autorizado a funcionar a título precário, em 1962. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1967, p.1)

Este documento da Inspeção demonstra a precariedade de funcionamento nos anos iniciais do Ginásio que, na época, não possuía todos os requisitos essenciais para a boa consecução do trabalho pedagógico, como bebedouros com água filtrada e material didático, possivelmente em decorrência da ausência de recursos. Diante destes fatores, funcionava a título precário

por apresentar as seguintes deficiências: Não possuir bebedouros com água filtrada; não possuir material didático nem instalações indispensáveis ao ensino das disciplinas do currículo. Assim sendo, solicitamos vossas providências no sentido de sanar as deficiências encontradas, a fim de que o estabelecimento possa funcionar em regime condicional. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1967, p.1)

A partir dessa informação, procuramos compreender como ocorreu a manutenção deste estabelecimento de ensino ginásial. Desse modo, verificamos que a partir do ano de 1964, o Ginásio passou a ser mantido pela Associação Presidente Kennedy (A.S.P.K), um órgão de execução da paróquia de Santo Antônio de Cajuri, destinado a apoiar cursos de nível médio, teóricos e práticos voltados ao ensino de corte e costura, curso de alfabetização de adultos e supletivos, dentre outros.

No que se refere às particularidades do órgão, encontramos a Ata da Associação, escrita em 1964, em que apresenta a denominação, sede, fôro e fins da Associação. Através dela, a sede da entidade ficou localizada na cidade de Cajuri, como um órgão de execução da Paróquia de Santo Antônio e que tinha por função social orientar, articular e disciplinar as ações dos paroquianos em seus problemas sociais, educativos, instrutivos, econômicos e sociais, além de amparar os beneficiados pela assistência social. Assim sendo, podemos verificar a preocupação da “A.S.P.K” para com as questões educativas da cidade.

Desse modo, cabe apresentar um trecho da Ata da Associação em que demonstra quais instituições receberam os seus fomentos e nos permitiu verificar o órgão mantenedor do Ginásio Santo Antônio, já que ela se propunha a manter cursos secundários:

Art. 3º - “A A.S.P.”, destina-se a manter: a) mantém curso secundário. b) cursos teóricos e práticos para o ensino de corte e costura. c) Escolas para crianças. d) Dispensário médico para assistência médico-dentária e enfermagem com ambulatório para indigentes. e) Escola Doméstica para instrução e educação das moças. f) curso de alfabetização de adultos e supletivos. g) obra de amparo à infância e à maternidade. (A.S.P.K. 1964, p. 1)

No que tange à direção deste órgão, ficou estabelecido que teria um presidente, um secretário, um tesoureiro e um procurador, sendo o pároco Oswaldo nomeado a presidente nato do órgão. Outro ponto importante a se ressaltar é que a associação fundada na cidade de Cajuri contava com a atuação do Prefeito Municipal e dos diretores do ensino secundário e do primário, conforme nos demonstra o excerto abaixo:

O pároco poderá solicitar a colaboração de pessoa de sua confiança para assessorá-lo nos trabalhos de direção da C.P.C. [Cáritas da Paróquia de Cajuri], bem como substituí-lo nos seus impedimentos. O C.D[Conselho Diretor] poderá contar na sua composição com a presença de pessoas tais como: o Sr. Prefeito Municipal, dos Srs. Diretores dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e do Primário da comunidade, e de outras pessoas escolhidas anualmente (com renovação de 1/3 em cada ano) a critério do pároco. (A.S.P.K., 1964, p. 2)

Vale também salientara que, a Associação de Cajuri era composta pelos seguintes membros: o presidente, naquela época o Padre Oswaldo Renato Cunha, como já salientado anteriormente, pela secretária Maria do Carmo Rezende, pelo tesoureiro Antônio Dias de Andrade Netto<sup>51</sup> e pelo procurador Sebastião Cezílio dos Santos. Nessa mesma Ata ainda identificamos que a Associação era constituída por número ilimitado de sócios e que estes não responderiam sob as obrigações sociais, ficando essa demanda a cargo de seu Presidente.

Outra informação importante que se pode obter é que essa Associação se juntou às Cáritas<sup>52</sup> da Paróquia de Cajuri, que tinha por intuito inspirar o desenvolvimento de uma sociedade proativa, com espírito de cooperação. Essa informação é endossada no trecho

<sup>51</sup>Não foram localizadas informações precisas sobre essa personalidade, mas atualmente a cidade de Viçosa possui um condomínio nominado de Antônio Dias Andrade Netto, o que nos permite inferir que era um cidadão influente na microrregião, dada essa homenagem realizada. Além disso, ano de 1966, foi eleito-se como prefeito da cidade de Cajuri.

<sup>52</sup>A Cáritas Internacional foi fundada em 09 de novembro de 1897, na Alemanha, sendo considerada uma confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica atuante em mais de duzentos países. Coletiva e individualmente, a sua missão é trabalhar para construir melhorias sociais, especialmente para os pobres e oprimidos.

extraído dos princípios fundamentais deste grupo, que enfatiza o apoio à Paróquia de Cajuri através das organizações ou associações cujos princípios e objetivos fossem aceitos pela Igreja Católica (CUNHA, 1964).

O documento também afirma que vinha do movimento das Cáritas o objetivo da Paróquia de Cajuri/Cáritas da Paróquia de Cajuri (C.P. C), a saber, “pela educação prática de realização de programas de interesse coletivo, aumentando a capacidade de liderança e o espírito de cooperação que existe em toda comunidade” (CUNHA, 1964, p. 2). Isso nos permite depreender que o órgão não tinha o objetivo de manter financeiramente a instituição, mas auxiliar no espírito de liderança dos membros da A.S.P.K, podendo também se ajustar na organização, que já possuía registro próprio, sendo este registro de número 1758, de 19 de junho de 1964, em cartório de 1º ofício – Almiro Tôrres da cidade de Viçosa, Minas Gerais.

Todavia, em outro documento datado de 09 de junho de 1969, percebemos a presença de doações de alimentos para a uma das obras do Padre Oswaldo Renato Cunha, obra essa não identificada na carta, assim como demonstrado abaixo:

Comunico-lhe que chegou, afinal, uma remessa de alimentos que será enviada nos próximos dias à sua obra. Gostaria que me avisasse se virá buscá-la ou para qual localidade mais próxima poderá ser enviada. A Cáritas Diocesana enviará, sem ônus para Obra, por via férrea, a cota correspondente. Manda, igualmente, a Cáritas Diocesana um representante para colher os dados exigidos pela Cáritas Brasileira para completar a folha de matrícula de sua obra. Receberá, também, o referido representante as sugestões, pedidos ou reclamações de sua Obra, às quais será dada a mais simpática acolhida. (CARTA DO DIRETOR DIOCESANO PE. JOSÉ RENATO PEIXOTO VIDIGAL, 09 de junho de 1969)

Diante desta assertiva, fica evidenciado que o sistema de Cáritas teve por uma das ações, o projeto de alimentação que visava auxiliar as famílias menos favorecidas economicamente da cidade de Cajuri, que não tinham condições de arcar com as questões básicas de subsistência humana. Assim sendo, não tinha relação direta com o Ginásio Santo Antônio, que teve como órgão mantenedor, a A.S.P.K, responsável pelos gastos do educandário. Informação essa que pode ser comprovada mediante notas fiscais encontradas nessa entidade, as notas diziam a respeito de remessa de materiais, arquivos portáteis com pastas, cadeira para escritório, mesa de datilógrafo, dentre outros.

Reunimos a essa discussão sobre as Cáritas Brasileiras, as informações localizadas no livro “20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS<sup>53</sup>”, escrito no ano de 2003. Nesta obra localizamos algumas informações que nos

---

<sup>53</sup>A sigla significa Economia Popular Solidária.

permitiram uma maior profundidade a respeito da temática. Em um primeiro plano, é válido enfatizar que dentre as abrangências espaciais das Projetos Alternativos Comunitários - PACs<sup>54</sup>, estava o estado de Minas Gerais. Segundo o texto, a atuação ocorreu em todo o estado, conforme podemos verificar abaixo:

Atua em todo o Estado, com prioridades nas regiões onde existe equipe de Cáritas ou entidade parceira que possa garantir o acompanhamento dos projetos. Há a intenção de concentrar mais ações em algumas regiões onde se desenvolverão iniciativas a piloto, a saber: Araçuaí – Médio Jequitinhonha; Paracatu; Zona da Mata e Belo Horizonte. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 32)

A respeito da inserção notamos a existência de investimento em obras experimentais, na Zona da Mata Mineira. Consideramos que, o Ginásio Santo Antônio pode ter sido beneficiado de alguma forma pelos fomentos financeiros destinados a cidade de Cajuri, embora não tenhamos localizado informações suficientes para a comprovação dessa inferência. O que conseguimos dizer com base na documentação é que a manutenção do Ginásio estava ligada aos recursos que obtinham através da Associação Presidente Kennedy.

No processo de análise e comparação dos documentos listados e transcritos, concluímos que a Associação foi se consolidando aos poucos na cidade, sendo que no ano de 1966 já estava em seu segundo ano de funcionamento, conforme um atestado emitido pelo prefeito da cidade, Antônio Dias de Andrade Netto, em 25 de agosto de 1966:

Atesto, por ser do meu conhecimento, que a Assistência Social Presidente Kennedy, “A.S.P.K”, entidade localizada em Cajury, Estado de Minas Gerais, está, há mais de dois anos, prestando serviços de utilidade pública, cumprindo as exigências da Lei nº1,493, estando sua atual diretoria, não remunerada, assim constituída: Presidente- P. Osvaldo Renato Cunha. Secretária - Maria do Souza. Procurador – Sebastião Cezílio dos Santos. (CUNHA, p. 1, 1966)

Essa consolidação pode ser melhor compreendida em um documento, datado de 22 de agosto de 1968, assim como as verbas enviadas para a Associação. Neste documento enviado da cidade de Guanabara, no Rio de Janeiro, emitido por Auxílios e Subvenções para o Padre Osvaldo Renato Cunha, mostra que o Ministério da Educação destinava fundos para a sua manutenção.

Por fim, é importante mencionar que encontramos na Ata de Renovação e Posse da Diretoria da Assistência Social “Presidente Kennedy” de Cajuri, datada de 29 de abril de 1994, indício de que ela permaneceu na cidade após a extinção do Ginásio Santo Antônio, o que demonstra que o órgão continuou assessorando outras possíveis demandas da cidade, com

---

<sup>54</sup> As Cáritas Brasileiras foram criadas pela Conferência Nacional de Bispos em 12 /11/1956 e faz parte de uma das 164 rede de Cáritas espalhadas pelo mundo. A partir, de 1990 começa também a se interessar por questões ligadas as redes cooperativas e segue seu funcionamento até os dias atuais.

exceção das educacionais.

Conforme citado na discussão anterior, é possível inferir que essa Associação foi criada em parceria com a prefeitura da cidade e possíveis sócios que se interessaram pela causa de manutenção e funcionamento do Ginásio em Cajuri, uma vez que o Pároco não obteve êxito na tentativa de financiamento com a Arquidiocese de Mariana, conforme verificamos na resposta de um Requerimento enviado em 24 de maio de 1961, no qual o Pároco havia solicitado autorização para cooperar na organização de um Ginásio, no município de Cajuri. Logo:

De minha parte folgo em saber que em Cajuri se pretende fundar um ginásio. Não poderá, entretanto, a Paróquia arcar com a responsabilidade de sua fundação e manutenção. Ao Revmo. Pároco Pe. Osvaldo Renato Cunha permitimos, prazerosos, que dê ao projetado ginásio sua cooperação, inda no magistério, contanto que tal não implique trabalho em prejuízo do seu principal múnus, que é a cura de almas. (GOMES, 24. mai. 1961, n. p)

Nessa citação percebemos impossibilidade em arcar por parte da igreja católica no investimento do respectivo educandário. Em contrapartida, localizamos alguns autores que abordam a influência da Igreja Católica, na disseminação de instituições de ensino pelo país. A título de exemplificação nos atemos ao estudo de Romanelli (2014), um dos pontos abordados pela autora é que

O Estado brasileiro jamais exerceu, e nunca o pôde, por falta de recursos, o monopólio do ensino. Basta observar as estatísticas de educação até 1965, isto é, até bem depois dessa polêmica, para se verificar que relativamente ao ensino secundário, ramo preferido pela iniciativa particular (pouco interessada na educação primária), esteve sempre do lado desta a predominância da matrícula. (ROMANELLI, 2014, p.178)

Assim sendo, percebemos que a Igreja Católica esteve no controle de fundação e manutenção de instituições educativas no recorte temporal desta pesquisa. Para Romanelli (2014), esse controle se deu mediante interesses doutrinários, em que a Igreja, enquanto instituição, buscava manter o seu lugar de poder e centralidade na sociedade brasileira e para isso, utilizava como ferramenta coercitiva a oportunidade de acesso à educação para o dado conjunto populacional. Posto isso, a autora ainda enfatiza que a igreja:

Representava, com isso as forças conservadoras, as mesmas forças que temiam a democratização da vida nacional. O ensino público, com o ser obrigatório e gratuito, era democrático e possibilitava, de um lado, às camadas populares uma vida de acesso à participação na vida econômica, de forma menos discriminante, mais justa; de outro lado, acenava a possibilidade de participação política mais consciente de bases mais amplas, o que vinha a minar pela base, o sustentáculo político das velhas elites. Era por isso que estas temiam a democratização do ensino. (ROMANELLI, 2014, p.178)

Diante desse cenário, buscamos entender ao longo desta investigação se a Igreja

Católica possui relação direta com a manutenção desse estabelecimento de ensino ou se o Ginásio foi fruto de uma mobilização popular, tendo por direção a personagem/pessoa do pároco da cidade.

Para tanto, em busca de uma maior compreensão sobre a manutenção do Ginásio, analisamos os telegramas e cartas trocadas entre o Diretor do Ginásio e a Inspeção do Ensino Secundário, no período de 1961 a 1975. Com o intuito de exemplificar, apresentamos o Quadro abaixo que demonstra os telegramas que foram analisados neste período.

Com essa análise, percebemos em um dos telegramas recebido em 22 de abril de 1963 a presença de possíveis subvenções públicas, visto que o então Deputado Federal Fábio Vasconcellos emitiu este telegrama com o intuito de comunicar ao Padre Oswaldo que ao assumir o cargo no Congresso Nacional, se coloca inteiramente à disposição dos amigos.

Notamos uma troca de telegramas particulares em todos os meses do ano de 1963, entre o diretor do Ginásio e a Inspeção do ensino secundário. Em uma dessas trocas o diretor é solicitado a enviar o relatório de exercício de 1962, visto que a ausência deste documento estava acarretando atrasos nos serviços da Inspeção Secundária. Ainda nessa análise, localizamos a imagem a seguir:

Figura 10 - Deputado e o lema de ensino, em 1975



Fonte: Arquivo do Ginásio Santo Antônio (1975).

Através dessa imagem, foi possível reafirmar nossa hipótese de que o Ginásio recebia subvenções públicas, uma vez que o lema do Deputado Fábio Vasconcelos, era “ajudando o ensino, ajudamos o Brasil”. Diante disso, inferimos que o Ginásio Santo Antônio contava com subvenções públicas, adquiridas mediante troca de favores entre o diretor do Ginásio e seus amigos políticos e também possuía fomento advindo da A.P.S.K. Informação essa que foi possível de ser verificada com os depoimentos dos colaboradores da pesquisa, que relataram o recebimento deste auxílio dos deputados.

Ao longo da investigação, não foi possível compreender o motivo pelo qual a Arquidiocese de Mariana se recusou a se associar ao Ginásio, enquanto entidade mantenedora, mas podemos supor que devido ao número elevado de entidades educacionais já mantidas pela Igreja Católica, conforme salientou Romanelli (2014), certamente o órgão não teve condições de arcar com todas as demandas.

Com base nos aspectos mencionados, compreendemos parte da história da manutenção do Ginásio que, embora tenha sido uma iniciativa de cunho particular, também foi criado com o intuito de oportunizar o acesso popular ao ensino ginásial por parte da população cajuriense, ofertando bolsas para os alunos menos favorecidos economicamente.

Nos dados dispostos, em um documento emitido em 10 de janeiro de 1967, da Coordenação Nacional de Bolsas de Estudos<sup>55</sup> da cidade de Belo Horizonte, órgão vinculado à Inspeção Seccional do Ensino Secundário, verificamos que seria destinado CR\$40.000 (quarenta mil cruzeiros) à instituição de ensino para cada estudante bolsista. Além disso, foi localizado uma lista de teste de bolsistas, datada de 25 de junho de 1966, com 36 nomes que compunham os segmentos de 1ª a 4ª série<sup>56</sup>.

No que tange as bolsas escolares, por exemplo, a LDB de 1961 deixa claro que “toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções”. (BRASIL, 1961, p.39)

Ainda sobre as bolsas do Ginásio Santo Antônio, o ofício circular nº 10 do Ministério da Educação e Cultura, da Diretoria do Ensino Secundário e Inspeção Seccional de Ensino Secundário, de 19 de julho de 1966, demonstra que a Inspeção estava autorizada a efetuar o pagamento de bolsas de estudos. Certamente essas bolsas referem-se àqueles alunos que foram aprovadas no teste que ocorreu no mês de junho de 1966, na respectiva instituição de ensino. Nesse mesmo documento, consta instruções de como deveria se proceder na implementação das bolsas, dentre elas temos:

a) os nomes dos bolsistas deverão ser datilografados em ordem alfabética, nos recibos. b) as quatro vias, devidamente preenchidas, deverão ser desenvolvidas a esta Inspeção Seccional. c) os recibos não poderão conter emendas, rasuras nem borrões. d) caso uma folha não comporte todos os nomes dos bolsistas, deverão ser feitos tantos recibos quantos necessários, trazendo cada folha o total, sem transporte. O pagamento será feito no valor total da soma dos recibos. e) no caso de alunos transferidos ou desistentes, será paga quantia correspondente até o mês do afastamento do mesmo, devendo o valor total da bolsa ser dividido por dez e multiplicado pelo número de meses que o aluno frequentou. Ao pé do recibo deverá constar uma observação a respeito, exemplo: (o aluno x frequentou até tal mês). (CUNHA, 1966, p.1)

Através dessas instruções, o estabelecimento de ensino deveria se organizar e distribuir funções para que todas as ações acontecessem conforme as exigências da Inspeção Seccional de Belo Horizonte. Para mais, ela ainda solicita que:

f) os recibos serão assinados pelo Diretor do estabelecimento, com firma reconhecida, citando o nº de registro ou de carteira de identidade. g) Em anexo, deverá vir uma lista com o endereço atualizado de cada bolsista. h) nenhum nome poderá ser substituído, devendo ser cancelado os nomes dos bolsistas constantes da lista e estranhos ao estabelecimento, e dos que já receberam bolsa no corrente ano,

<sup>55</sup>Pelo que foi possível compreender da documentação acessada, esse órgão intermediava as bolsas advindas da Associação Presidente Kennedy.

<sup>56</sup>Vale também apontar que não foram identificadas informações documentais e nem orais sobre o funcionamento do teste de bolsistas.

pois não é permitido a nenhum aluno receber mais de uma bolsa por ano. (INSPETORIA SECCIONAL DE BELO HORIZONTE, 19 de julho de 1966)

Após a leitura dos procedimentos, uma das informações que nos chamou a atenção foi o fato de não ser permitido a nenhum dos alunos receber mais de uma bolsa por ano. Por meio disso, assim como dito anteriormente, percebemos que além do teste a ser realizado o estudante não poderia acumular bolsa por mais de uma vez, oportunizando que outros alunos tivessem a mesma chance. Ainda sobre, em um outro documento da Coordenação Nacional de Bolsas de Estudo, da Comissão Estadual de Bolsas de Estudo de Minas Gerais, encontramos 14 renovações de bolsa, datadas de 10 de outubro de 1967, o que indica que esse processo inicial, de autorização de renovação das bolsas, permaneceu.

No que diz respeito ao número de bolsistas, a partir de um documento intitulado de “relação de bolsistas”, do ano de 1965, verificamos que foram concedidas um total de 31 bolsas, no valor de 15.000cr\$ (quinze mil cruzeiros) cada, totalizando 465.000Cr\$ (quatrocentos mil e sessenta e cinco cruzeiros). Já no ano de 1966, dos 33 candidatos à vaga de bolsistas, 17 deles foram contemplados com o valor de Cr\$<sup>57</sup> 40.000. Ademais, em um telegrama emitido pela Inspeção do Ensino Secundário, datado de 29 de junho de 1964, fica evidente que o critério para seleção de bolsistas era o econômico. Essas bolsas eram distribuídas de acordo com a Coordenação Nacional de Bolsas de Estudos, composta por uma Comissão Estadual de Minas Gerais, localizada na Avenida Alvares Cabral, 211, 7º andar, s/703 – capital presidente – Maurílio Miranda Cambraia.

Através da análise do caderno de contribuição dos alunos, percebemos que os valores eram flexibilizados, visto que foram localizadas prestações de Cr\$4.000,00; Cr\$3.000,00; Cr\$ 1.000,00; Cr\$3.000,00; Cr\$ 5.000,00. Diante da informação sobre as irregularidades das mensalidades, entre os alunos de uma mesma série, conforme ilustra o Quadro 5, inferimos que o diretor do Ginásio utilizava desse recurso da flexibilização de taxas, para que os alunos continuassem seus estudos.

Quadro 6 - Relação de taxa de contribuição dos alunos da 2ª série - 1964

<b>2ª série – 1964</b>				
<b>Aluno</b>	<b>1ª prestação</b>	<b>2ª prestação</b>	<b>3ª prestação</b>	<b>4ª prestação</b>
<b>Aluno 1</b>	Cr\$1.000,00	Cr\$3.000,00	Cr\$3.000,00	Cr\$3.5000,00
<b>Aluno 2</b>	Cr\$4.000,00	Cr\$3.000,00	Cr\$3.000,00	X

Fonte: elaborado pelos autores (2021), com base em documento do Ginásio (1964).

<sup>57</sup>Moeda brasileira, denominada de cruzeiros, de 01/11/1942 a 12/02/1967 e depois de 15/05/1970 a 27/02/1986.

Mediante esses elementos, é pertinente apontar que os valores das anuidades para os estudantes não bolsistas, era equivalente, no ano de 1962, a cinco mil cruzeiros, anualmente, em três prestações. Em 1968, esse valor se modificou, passando para Cr\$200,08, e sofreu um novo reajuste no ano de 1974 pela Comissão de Encargos Educacionais, passando a equivaler Cr\$245,42. Sob essa ótica, podemos inferir que mesmo aqueles estudantes que não tinham direito à bolsa de estudos tinham flexibilidade no pagamento, o que tornou possível o acesso ao ensino ginasial.

Para uma melhor compreensão destes valores, cabe destacar que o salário mínimo apresentamos seus valores entre 1961 a 1975. 1961 = Cr\$13.440,00; 1963= Cr\$21.000,00; 1964=42.000,00; 1965 = 66.000,00; 1966 = 84.000,00; 1967= NCr\$ 105,00; 1968 = NC\$ 129,60; 1969 = NC\$ 156,00; 1970 = NC\$ 187,20; 1971= 225,60. (GESTÃO CONTÁBIL, 1961-1975, p.1).

Diante das referidas colocações realizadas sobre a manutenção do estabelecimento de ensino, localizamos também a função do Caixa Escolar, os recursos do Caixa Escolar, eram advindos de doações, subvenções e auxílios concedidos pela União, Estado, Município, por particulares e entidades públicas ou privadas, associações de classe e entidades de quaisquer outras categorias ou entidades comunitárias. Somado a isso, valia da renda de serviços instituídos, revenda de material escolar ou didático, venda de ingressos das festas, exposições, prendas e outras possíveis exposições remuneradas, bem como as contribuições dos alunos ou seus pais e/ou responsáveis. Destaca-se que esse último contribuía de forma anual e tendo em vista as suas condições socioeconômicas, a contribuição não ultrapassava o limite de um salário mínimo.

Segundo o Regimento Interno de 1973, o Caixa Escolar foi criado para atender aos alunos carentes de recursos e para as demais necessidades advindas da escola. Ademais, foi citado no art. 40 que sua finalidade era a de “fornecer, a fim de garantir o cumprimento da obrigatoriedade e do rendimento escolar, material escolar e didático e calçado, transporte e alimentação aos alunos que provarem falta de insuficiência de recursos” (CUNHA, 1973, s.p.). Assim, notamos certa preocupação por parte do Caixa Escolar para com os alunos da classe trabalhadora. Para mais, visava também:

promover a melhoria qualitativa do ensino através da aquisição de material didático, inclusive audiovisual, material ginástico-desportivo, mobiliário escolar, materiais de secretaria, tesouraria e almoxarifado; aumento, melhoria e conservação do acervo da biblioteca; aquisição de aparelhagem e material para laboratório, museus, salas – ambiente, salas especiais e auditório; aquisição de materiais para comemorações

cívicas; aquisição de materiais para atividade escolar, inclusive instalações; outras despesas que forem autorizadas pela congregação. (CUNHA, 1973, s.p.)

No caso explicitado acima, o Regimento deixa evidente que todos os bens adquiridos tinham incorporação direta ao patrimônio da entidade mantenedora, a A.S.P.K, sob responsabilidade do Diretor do Ginásio e que os direitos dos alunos aos benefícios seriam perdidos caso houvesse repetência por duas vezes ou mais vezes da mesma série, e também se ocorresse evasão escolar por duas ou mais vezes em anos consecutivos.

É importante salientar também que não foi identificado ao longo da análise dos dados como funcionava o gerenciamento da instituição, não sendo possível averiguar a distribuição destas contribuições que chegavam até à A.P.S.K e nem quantos alunos eram assistidos pela Caixa Escolar.

Findada a discussão sobre a manutenção do Ginásio Santo Antônio, iremos tratar sobre o perfil socioeconômico dos pais e/ou responsáveis dos alunos das primeiras turmas da instituição, uma vez que não foi possível localizar a documentação que apresenta este perfil na totalidade do recorte temporal estudado. Para isso, analisamos os registros de matrícula de 1962 a 1965 e, através deles, conseguimos elaborar uma tabela que apresenta a profissão dos pais e/ ou responsáveis pelos alunos matriculados no Ginásios. Assim como podemos verificar na Tabela 3:

Tabela 3 - Profissão dos pais dos alunos matriculados no Ginásio Santo Antônio (1962 – 1965)

<b>Profissão</b>	<b>Quantidade de pais e responsáveis</b>
<b>Ferroviário</b>	31
<b>Agricultor</b>	25
<b>Lavrador</b>	14
<b>Fazendeiro</b>	12
<b>Sitiente</b>	12
<b>Comerciante</b>	10
<b>Doméstica</b>	6
<b>Diarista</b>	5
<b>Viveirista</b>	4
<b>Alfaiate</b>	3
<b>Delegado</b>	2
<b>Eletricista</b>	2
<b>Marceneiro</b>	2
<b>Padeiro</b>	2
<b>Pedreiro</b>	2
<b>Aposentado</b>	1
<b>Bombeiro</b>	1
<b>Cimeirista</b>	1
<b>Coletor</b>	1
<b>Correios</b>	1
<b>Fruticultor</b>	1
<b>Meeiro</b>	1
<b>Total</b>	139

Fonte: elaborado pelos autores (2021) com base nos livros de matrícula (1962-1965).

Conforme podemos depreender a partir da tabela acima, entre os anos de 1962 a 1965, foram identificados pais com 22 profissões diferentes, sendo em sua maioria (31) ferroviários, agricultores, lavradores e fazendeiros. Acreditamos que essa predominância se deu mediante as instalações da Estação de Ferro de Leopoldina e a agricultura de café e laranja predominante na época, na cidade de Cajuri. Desse modo, a fundação do Ginásio Santo Antônio contribuiu para o acesso à educação ginásial dos possíveis filhos dos ferroviários que ali se instalaram, bem como para os cidadãos cajurienses da dita elite local, da camada popular e dos filhos dos forasteiros. Assim, frente a aparente contribuição desse estabelecimento de ensino, abordaremos sobre as particularidades de seu funcionamento.

Nos primeiros anos de funcionamento da instituição de ensino, os alunos do Ginásio Santo Antônio vinham de famílias, em sua maioria, que ocupavam alguns cargos como de

meeiro, fruticultor, coletor, padeiro, diarista, alfaiate e dentre outras. Com isso, é possível inferir que o Ginásio Santo Antônio atendeu tanto uma parcela da elite da cidade, como parte dos pertencentes a classe trabalhadora, possibilitando assim, o acesso à educação aos jovens e adultos da presente localidade.

#### **4.2. O funcionamento do Ginásio Santo Antônio**

Além da questão da manutenção já exposta, foi possível compreender sobre os objetivos formativos e público-alvo do Ginásio. Percebemos, então, por intermédio do Regimento da instituição, que ela era destinada a formação de pré-adolescentes, com o intuito de prepará-los para a convivência social e profissional. A título de exemplificação, temos o trecho a seguir que aborda sobre os ideais trabalhados pelo Ginásio na formação dos seus alunos:

destinada a formação do pré-adolescente preparando-o para uma vida normal, sadia e feliz para si e seus semelhantes; proporcionar ao educando uma formação geral que lhe possibilite a elevação de seu nível cultural, dando-lhe consciência de seus deveres morais, sociais e profissionais; proporcionar ao pré-adolescente um tipo de preparação que favoreça a sua adaptação às mudanças que ocorrem no mundo da tecnologia. (CUNHA, 1973, p.1)

Nesse sentido acreditamos que o Ginásio tenha preparado os pré-adolescentes da cidade e adultos, já que atendeu um público entre 10 e 21 anos, esse dado foi possível de se obter, através de um comparativo entre os livros de matrícula e data de nascimento dos alunos matriculados. Soma-se a isso o fato das fichas avaliativas indicarem que haviam entre 24 e 43 alunos por turma, ou seja, esse quantitativo permite deduzir que havia uma procura considerável para ocuparem estes bancos educativos. Informação essa verificada através do quadro de matrículas do ano de 1963, que demonstra a oferta do 1º ciclo do ensino ginasial para meninos e meninas.

Figura 11 - Exemplo de quadro de matrículas

GIMÁSIO SÉRGIO ARUJÓ

QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS

EM 31 DE MARÇO DE 1963

		1.º CICLO			2.º CICLO						Outros cursos mantidos						
		Masc.	Fem.	Total	Curso Científico			Curso Clássico			Masc.		Fem.		Total		
					Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total							
Turno matutino	1.ª Série	12	12	24													
	2.ª Série	20	11	31													
	3.ª Série	-	-	-													
	4.ª Série	-	-	-	XX	XX	XX	XX	XX	XX							
	Total	32	23	55													
Turno vespertino	1.ª Série																
	2.ª Série																
	3.ª Série																
	4.ª Série				XX	XX	XX	XX	XX	XX							
	Total																

*Osvaldo Nóbilo Cunha*  
 Pe. Osvaldo Nóbilo Cunha  
 Ginásio TAMÓIAS - 0.º Blo. - Mod. 10 - Port. 01  
 Tel. 42222-2 - 1963

*Erelia Dias de Andrade*  
 Erelia Dias de Andrade - Secretária

Fonte: acervo particular do Ginásio (1963)

O estabelecimento também abordava em seu regimento o aceite de alunos com necessidades de tratamentos excepcionais<sup>58</sup>, mediante a apresentação de requerimento médico. O tratamento acontecia por intermédio de exercícios domiciliares e as avaliações acompanhadas pelo professor, fator este que não indica a inclusão plena desses estudantes, apenas o acesso. Todavia, não foram identificados outros documentos que nos auxiliassem a compreender como se dava o tratamento aos alunos com necessidades especiais, sendo localizado apenas um parágrafo no Regimento Escolar a respeito da temática.

De acordo com o Regimento Escolar da instituição, no art. 76, no ato da matrícula o aluno deveria apresentar os seguintes documentos: certificado de conclusão da 4ª série, histórico escolar e certidão de nascimento. Caso o número de candidatos fosse superior ao número de vagas, o estabelecimento realizava os exames de seleção após o requerimento de

<sup>58</sup>Art. 35 serão merecedores de tratamento excepcional os alunos que apresentarem incapacidade física relativa, incompatível com a frequência dos trabalhos escolares, mas que conservem condições intelectuais e emocionais para prosseguimento das atividades escolares em novos moldes (REGIMENTO ESCOLAR, 1973, s.n.).

matrícula, sendo vedada a candidatura de alunos menores de 14 anos no ensino noturno, salvo exceções, quando estes possuísem autorização judicial.

Diante disso, é válido apresentar como os cidadãos cajurienses e os forasteiros instalados na cidade ingressavam no Ginásio. Segundo documentos do acervo do educandário, para o ingresso na instituição era realizado o exame de admissão à primeira série ginásial, pautado nos termos da Lei Orgânica do ensino secundário, decreto nº4244, de 9 de abril de 1942 e nº 8347, de 10 de dezembro de 1945. Para realizá-lo, o candidato era submetido às provas das disciplinas de português, matemática, geografia e história do Brasil.

Outro ponto relacionado à procura das vagas é o número de inscritos no exame de admissão à 1ª série ginásial. Foram encontrados no período de 1964 a 1967, 161 registros de aprovação em exames de admissão à 1ª série ginásial, sendo em sua maioria alunos naturais de Cajuri e em algumas exceções naturais de São Miguel do Anta, Coimbra, Teixeiras e Ervália<sup>59</sup>.

Ainda nesse sentido, é válido mencionar que após a edição da Lei n.5.692/71, promulgada em 11 de agosto de 1971, ocorreu a abolição do exame de admissão, considerado na época um mecanismo que dificultava o acesso da população ao ensino ginásial. Como consequência dessa mudança, os alunos da camada popular tiveram maiores chances de prosseguir seus estudos, já que possuíam o acesso direto do ensino primário para o ensino ginásial. (BRASIL, 1971)

Aparentemente, esse acesso foi algo positivo para esse segmento da população, afinal de contas, a barreira foi extinta. Todavia, foi com essa Lei que o ensino ginásial passou a ser o 2º segmento do 1º grau, de frequência obrigatória, na época o Brasil se encontrava no governo de Emílio Médici, que considerava que o país necessitava de mão de obra, visto que vivenciava o milagre econômico e com isso as indústrias estavam com a produção acelerada e com poucos trabalhadores e o ensino ginásial se torna um preparo para o trabalho. (BRASIL, 1971)

Desse modo, a população menos favorecida economicamente terminava o ensino ginásial e após a profissionalização do ensino de 2º grau, iam para o mercado de trabalho para cumprir as funções de mão de obra barata. Com base nisso, concordamos com Mézaros (2016), que nos ensina que historicamente a educação funciona como um mecanismo de reprodução social a partir de processos de dominação, manutenção e perpetuação das relações de poder. Dito de outra forma, o processo de escolarização, quase sempre, é responsável pela

---

<sup>59</sup> Cidades localizadas no entorno da microrregião de Viçosa e próximas a Cajuri.

transmissão de valores com os quais os indivíduos passam agir na sociedade.

Acrescentamos a esse contexto as influências da Lei 5.692 de 1971, que trouxe com a sua implementação da preparação dos estudantes matriculados no ensino ginásial para o trabalho. Assim, podemos verificar no excerto abaixo que o Ginásio Santo Antônio estava de acordo com a legislação em termos de preparação dos pré-adolescentes para o mercado de trabalho:

levar o pré-adolescente a encaminhar-se convenientemente nos estudos e na escolha da profissão, formando nele hábitos e atitudes de predisposição geral de aceitação do trabalho; realizar experiências pedagógicas que visem ao aprimoramento do ensino de 1º grau, dentro dos objetivos gerais da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. (CUNHA, 1973, p.1)

Com base nesses aspectos, após a entrada em vigor da Lei 5692/71, a análise de alguns documentos como o regimento interno do Ginásio, registro de matrícula e aproveitamento, permitiu verificarmos as disciplinas que eram oferecidas para os matriculados no Ginásio, sendo elas: português, matemática, história, geografia, inglês, francês, latim, desenho, educação religiosa, educação moral e cívica, educação física e ciências. Em se tratando da carga horária distribuída, os Quadros 7 e 8 nos auxiliam nessa compreensão.

Quadro 7 - distribuição de disciplinas – 1971

Disciplinas	Quantidade de aulas			
	Obrigatórias	Complementares	Optativas	Prática Educativa
Português	5 aulas			
Matemática	4 aulas			
História	2 aulas			
Geografia	2 aulas			
Ciências	2 aulas			
Inglês		X		
Desenho		X		
Francês			3 aulas	
Latim			X	
Educação Cívica				1 aula

Fonte: elaborado pelos autores, conforme documentos do acervo pessoal do Ginásio.

No Quadro 6, apresentamos, com base em um documento encontrado do ano de 1971, a quantidade de aulas semanais, sendo as disciplinas distribuídas em complementares, optativas e práticas educativas. Nesse documento não foi identificado a qual turma se referia, mas em conjunto com a análise do Quadro 7, acreditamos que são disciplinas comuns a todas

as turmas. Já no Quadro 7, demonstramos o currículo pleno do educandário, com as respectivas aulas semanais (S) e anuais (A), distribuídas de 5ª a 8ª série.

Quadro 8 - Carga horária do ano letivo do Ginásio Santo Antônio, 1971

<b>Currículo Pleno da Escola de 1º grau- 96 semanas x 5 dias = 180 dias x 4h=720horas</b>												
	Matérias	Atividades Áreas de estudo	5ªsérie		6ªsérie		7ªsérie		8ªsérie		Total	
			S	A	S	A	S	A	S	A		
<b>Educação Geral</b>	Comunicação e expressão	Língua Portuguesa	3h	108h	3h	108h	3h	108h	3h	108h	432h	
		Educação Artística	1h	36h	1h	36h	1h	36h	1h	36h	144h	
		Língua estrangeira	2h	72h	2h	72h	2h	72h	2h	72h	288h	
		Educação Física	2h	72h	2h	72h	2h	72h	2h	72h	288h	
	Estudos sociais	Geografia	2h	72h	2h	72h	2h	72h	2h	72h	288h	
		História	2h	72h	2h	72h	2h	72h	2h	72h	288h	
		Moral e Cívica + O.S.P. B	1h	36h	1h	36h	2h	72h	2h	72h	216h	
	Ciências	Ciências + cronograma de saúde	2h	72h	2h	72h	2h	72h	2h	72h	288h	
		Matemática	4h	144h	4h	144h	3h	108h	3h	108h	504h	
		Ensino Religioso	1h	36h	1h	36h	1h	36h	1h	36h	144h	
	<b>Formação</b>	Artes plásticas										
	<b>Total geral</b>			20h	720h	20h	720h	20h	720h	20h	720h	2880h
<b>Nº de dias letivos anuais- 180 – carga horária anual -720h</b>			4h de aula por dia (excluindo recreio).									
<b>Nº de demandas letivas anuais – 36</b>			5 dias letivos por semana – educação física- 50 minutos									
<b>Carga horária semanal</b>			Módulo atividade – 30 minutos									

Fonte: elaborado pelos autores, conforme documentos do acervo pessoal do Ginásio.

Para além dos Quadros 7 e 8 com as disciplinas e suas respectivas carga horária, o Regimento Interno (1973) do Ginásio apresenta os objetivos de cada área ofertada. Assim, vemos que comunicação e expressão eram voltadas para a valorização da língua portuguesa, da literatura brasileira como instrumento de interação social, autorrealização, conservação e transmissão da cultura brasileira. Já em estudos sociais, enfocavam na interação espaço/tempo/sociedade do educando, buscando prepará-los para conviver em sociedade com

base nos conhecimentos do Brasil naquela época. Por fim, nas ciências o estudante era preparado para explicar o meio em que vivia, através da base conteudista sobre investigação, invenção, iniciativa, pensamento lógico e noção das leis científicas e matemáticas, com a participação de programas de saúde da cidade.

Nessa perspectiva, os conteúdos programáticos eram elaborados por unidades, visando formar nos alunos conhecimentos e habilidades nas áreas cognitiva e afetiva. Além disso a disciplina de Educação Moral e Cívica era vista como essencial para o caráter do educando, já que o civismo considerava três aspectos fundamentais, sendo este caráter com base na moral, Deus como fonte, amor à pátria, as suas instituições e as tradições. Desse modo, essas práticas beneficiavam o país já que ele deveria ser honrado pelos alunos do Ginásio Santo Antônio em suas atividades de classe e extraclasse.

Segundo o Regimento Interno no ano de 1973, o estabelecimento de ensino também contava com o técnico profissional em iniciação profissional; técnicas agrícolas; técnicas comerciais e educação para o lar. Porém, essas disciplinas não foram localizadas em outros documentos e nem identificadas ao longo da análise, o que não nos permitiu averiguar se de fato elas foram aplicadas no currículo escolar ou se foi apenas uma pretensão. Ainda nessa direção, na 5ª e 6ª série eram ministradas duas técnicas com frequência obrigatória para sondagem de aptidões, na 7ª e 8ª séries o aluno fazia nas técnicas a complementação da sondagem.

Seguindo essa discussão, em termos de didática e estrutura de ensino, as classes eram organizadas por séries para as áreas de estudo que formam o núcleo comum e o número de alunos que compunham as turmas eram agrupados conforme instruções expedidas anualmente pelo Departamento de Ensino de 1º grau. Cumpre também destacar que as aulas tinham módulos de 50 minutos de acordo com as necessidades de cada área ou atividade e que o estabelecimento de ensino poderia se organizar no ensino supletivo, caso houvesse necessidade. Ademais, o currículo escolar ficou definido em dois tópicos, que são:

- a) uma parte de educação geral destinada a transmitir uma base de conhecimentos, indispensáveis digo, indispensável a todo cidadão na sociedade tecnológica moderna;
- b) uma parte de educação especial que terá objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho. (CUNHA, art. 59, 1973, s.p)

Sobre os materiais didáticos<sup>60</sup> utilizados para auxiliar no ensino das disciplinas disponibilizadas nos Quadros 6 e 7, foram localizadas notas fiscais que comprovam a compra

---

<sup>60</sup> Os materiais listados não existem no arquivo particular do Ginásio, foram localizadas apenas as notas fiscais que demonstram as respectivas compras.

de livros para o educandário, em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Alguns exemplares adquiridos foram: 4 livros de Ciências, Física e Biologia e 12 de Iniciação à Ciência (1º e 2º) escrito por Waldemar Dougival, 6 de Geografia Geral e 7 de Inglês de autoria de Renato Cordélia. Ed. Em outras notas fiscais encontramos a compra de 28 livros de Matemática (2º, 3º e 4º) e 7 de História geral e do Brasil, escritos por Sangiorgi, Hermida e Borges. Também foram adquiridos, no ano de 1971, 77 livros de iniciação ao civismo, escrito por Victor Dougival, 32 livros de Educação Moral e Cívica, escrito por Jussumec. Estes materiais eram destinados aos discentes do estabelecimento, que auxiliavam no pagamento dos materiais didáticos que o Diretor trazia para a escola.

Por meio destes números percebemos um maior volume de livros sobre moral e civismo, disciplina essa que se tornou obrigatória em todas as escolas no ano de 1969, pelo Decreto Lei nº869, conforme afirma Abreu (2008, p. 12) “foi a partir de 1968 que o Regime Militar se estruturou de forma a se consolidar, na educação isso se deu a partir de reformas amplas, como a Reforma Universitária e a Lei nº 5.692/1971, que normatizou o ensino de primeiro e segundo graus” (ABREU, 2008, p.12).

Localizamos também uma ficha de livros adquiridos enviados pelo Ministério da Educação e Cultura, com parceria da Campanha Nacional do Material de Ensino, com posto de distribuição na cidade de Juiz de Fora - Minas Gerais. Através dessa informação, podemos concluir que o Diretor do Ginásio, além dos recursos advindos da A.S.P.K, possuía parcerias com os projetos do Ministério da Educação e Cultura e, com isso, conseguiu alguns livros para as atividades do Ginásio. Cabe destacar que não foi possível identificar a quantia recebida ao longo do funcionamento da instituição. Entretanto, na data de 19 de agosto de 1964, foram recebidos 16 livros de português, 10 de francês, 1 de oficialidades, 12 artes geográfico, 1 guia metodológico e 10 cadernos de desenho.

Nesse viés, vale ainda abordar que localizamos um telegrama emitido pela Inspeção e Diretoria do Ensino Secundário, datado de 13 de dezembro de 1962, destinado ao Ginásio Santo Antônio, que convocou o professor de Educação Moral e cívica para realizar um curso na cidade de Barbacena. Logo, verificamos a exigência de preparação complementar dos docentes que compunham a equipe pedagógica do Ginásio. Além disso, de acordo com outro telegrama emitido em 08 de abril de 1963, só seriam admitidos professores registrados e/ ou autorizados a lecionar, uma vez que essa era uma exigência prevista na LDB.

Em relação à formação profissional dos docentes atuantes no Ginásio Santo Antônio, vale destacar que estes eram escolhidos pelo pároco responsável, o padre Oswaldo Renato

Cunha, que dirigiu o estabelecimento durante 1961 e 1975. Quanto ao critério de seleção, eram considerados os professores que tivessem uma moral exemplar, que fossem católicos praticantes e, de preferência, egressos de cursos primários oferecidos pela Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, localizada na cidade de Viçosa. Além disso, eram estimulados a realizar cursos de aperfeiçoamento durante as férias em entidades educadoras relacionadas, preferencialmente, com a igreja católica.

Frente aos aparentes cuidados aos profissionais que atuavam no respectivo Ginásio, localizamos uma carta de indicação do Diretório Acadêmico “*Horace Weells*”, da Universidade Federal Fluminense (UFF), ao Diretor do Ginásio, em que apresenta as credenciais de um possível candidato à vaga de professor, que poderia contribuir para o crescimento e aperfeiçoamento do educandário:

O colega NASCIF Habib<sup>61</sup> (dr.) é possuidor de um título de um dos melhores presidentes de Diretórios Acadêmicos fluminenses, condecorado como ACADÊMICO IMORTAL, conforme diploma outogado; teve um currículo de vida universitária à altura de um bom estudante estudioso. Sempre com um tropismo pelas grandes realizações, aqui parte para o seu torrão natal, levando consigo as grandes e inesquecíveis amizades dos seus mestres, amigos, colegas, funcionários e deste seu D.A em sequência. (CARTA, 1961, p.1)

O Diretório Acadêmico de “*Horace Weells*”, da UFF, além de abordar sobre o desempenho acadêmico e sucesso nas relações interpessoais do Dr. Nacif Habib, ainda salienta sobre outras realizações que acarretaram seu destaque na instituição de ensino, tais como:

Dr. Nascif Habib, além das grandes realizações que motivaram a darmos um título de ACADÊMICO IMORTAL, - foi consignado em Assembléia geral, como baluarte das realizações acadêmicas em Reuniões, Congressos estaduais e nacionais, etc.- Bastante, dizer, que foi o CRIADOR E REALIZADOR DA Iª SEMANA FARMÁCO – ODONTOLÓGICA NACIONAL, - onde conseguiu reunir farmacolandos e odontolandos de todo nosso rincão brasileiro e, traçou as normas de moralização das nossas classes, ora já iniciadas. (CARTA, 1961, p.1)

Ainda em relação aos professores, o Regimento deixa claro que o provimento do cargo de professor era efetuado por meio de concurso de títulos e provas na forma da legislação vigente e que o corpo docente era constituído por professores habilitados e de todos eram exigidos os documentos legais, bem como a admissão de professores contratados para a regência de aulas seria realizada por meio do Diretor, mediante aprovação do Departamento de 1º grau e de acordo com as normas expedidas pela Secretaria da Educação. Todavia, não foi essa a realidade identificada no cruzamento de dados realizados, já que neste período os

---

<sup>61</sup> O então, possível professor do Ginásio Santo Antônio, estava entre um dos entrevistados. Todavia, tivemos que adiar o encontro presencial, devido a pandemia da Covid-19 e tivemos algumas dificuldades em estabelecer o contato virtual e infelizmente, ele veio a falecer no dia 21 de abril de 2021, com a pesquisa ainda em curso.

professores atuavam somente com cursos de aperfeiçoamento e em alguns casos somente com o curso ginasial, sem a complementação pedagógica exigida ao longo de sua atuação. Desse modo, passaremos a apresentar o quadro de professores e a respectiva formação base de cada, bem como o ano em que trabalhou no Ginásio e as disciplinas lecionadas.

Quadro 9 - Relação de professores, disciplina, tempo de trabalho e formação

Nome	Disciplina	Período de trabalho	Origem/Formação
Estela Flores Couto	Educação Moral e cívica; História; Educação física.	1972-1974	Normalista/habilitada e nativa de Cajuri.
Davina Maria Rezende	História; Educação Moral e cívica.	1971 – 1975	Normalista/habilitada e nativa de Cajuri.
Mirian Habib	Geografia; Ciências	1963 e 1964; 1971 e 1972	Normalista e nativa de Cajuri.
Manoel Hermagenes de Campos	Inglês e técnico agrícola	1975	Ensino Ginasial completo
Maria do Perpetuo Socorro da Silva	Educação física; ciências; História geral; História, matemática.	1969, 1972, 1973 e 1974.	Nativa de Cajuri, formação não localizada., autorização para lecionar encontrada.
Zaride Maria Nascif	Educação física e francês	1972	Normalista/habilitada e Nativa de Cajuri
Zaride Alexandre	Português, desenho e inglês	1972, 1973, 1974 e 1975.	Nativo de Cajuri.
Maria Consuelo Andrade Couto	Língua portuguesa, educação artística, desenho e educação moral e cívica.	1967, 1968, 1973 e 1974.	Normalista e habilitada.
Maria de Fátima Pires da Silva	Não identificado	1972	Habilitada
Maria Helena Gonçalves Nascif	Geografia, educação Moral e Cívica, geografia, OSPB	1966, 1967, 1972, 1973, 1974 e 1975.	Nativa de Cajuri.
José Carlos Baltazar	Ciências, educação física e técnica agrícola	1973	Informações não identificadas.
José Oscar Norelino	Ciências e educação física.	1973	Graduação em Agronomia no ano de 1973 pela Universidade Federal de Viçosa.
Oswaldo Renato Cunha	Educação Moral e cívica	1973 - 1974	Licenciado em História
Maria Anice José Khoury	Ciências	1974-1975	Normalista
Salim José	Ciências	1973-1975	Farmacêutico e posteriormente professor de química no departamento de Bioquímica da Universidade Federal de Viçosa.
Neyde Aparecida Mollica de Mendonça	Ciências, matemática	1973-1975	Normalista e habilitada.

Fonte: elaborado pelos autores (2021), com base nos livros de controle de professores de 1963-1975.

Ainda nessa vertente, verificamos que os professores, em sua maioria, eram habilitados. Na época os habilitados eram os professores que não possuíam curso de

licenciatura, mas tinham cursos de aperfeiçoamento nas áreas que lecionavam, situação presente em boa parte (6) dos professores do Ginásio Santo Antônio. O Quadro 8 não apresenta a relação dos professores que lecionaram no início das atividades do Ginásio, uma hipótese para o ocorrido, é a cobrança de prestação de contas à Secretária do Ensino Secundário, que começou de forma mais efetiva, ou pelo menos é isso, o que demonstram as correspondências, solicitando documentações mais completas sobre o funcionamento da instituição, bem como de seus professores.

Vale ainda dizer que os cursos de aperfeiçoamentos eram realizados na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), destinados para a área de atuação dos docentes, cursos estes dos quais não obtivemos acesso as declarações e certificados. Todavia, o Regimento Interno indica que:

O mês de janeiro, os professores estarão em efetivo exercício, obrigados ao comparecimento a todas as atividades e execução dos trabalhos próprios desse período: curso de aperfeiçoamento, reuniões do corpo docente e convocações do diretor para planejamento das atividades escolares do ano letivo seguinte, organização do calendário escolar e dos planos dos cursos anuais, bem como ao atendimento de convocações ou determinações da Secretaria da Educação. (CUNHA, 1973, s.n)

Nessa citação, podemos perceber a obrigatoriedade do corpo docente de se capacitar, e caso os professores se mostrassem contrários a essas capacitações, ficariam sujeitos a cortes nas remunerações, além das penalidades estatutárias e regimentais cabíveis em cada caso. Os cortes de que trata esse parágrafo eram feitos na base de um dia de remuneração por dia de falta e em caso de não cumprimento dos seus deveres, poderiam ficar sem atribuições de aulas no ano seguinte (CUNHA, 1973). Percebe-se que o aperfeiçoamento pessoal estava previsto e era uma das funções no exercício da docência, como bem estabelece o art. 37 – “para o aperfeiçoamento do pessoal docente e administrativo poderá o estabelecimento organizar cursos especiais nos períodos de recesso para os alunos” (CUNHA, 1973, s.n.). Desse modo, deveria ser realizado anualmente no período de férias dos alunos. Porém, na prática isso não aconteceu, como foi abordado pelos entrevistados.

De acordo com o Regimento interno do Ginásio, datado de 19 de fevereiro de 1973, os professores eram divididos em dois grupos, os efetivos e os contratados, sendo o primeiro grupo referente aqueles que eram habilitados e/ou que manifestavam interesse em permanecer trabalhando no Ginásio e os contratados vinham para suprir a falta destes professores. Ambos com funções extraclasse, como participar das reuniões e conselho de classe. Ademais, no Regimento Interno, são elencados alguns dos deveres do corpo docente.

No caso dos deveres do corpo docente, o primeiro deles refere-se à centralidade na

formação do aluno, isto é, o educador deveria traçar metas para alcançar êxito na aprendizagem do discente. Para isso, deveriam ministrar as aulas em regime de participação, com auxílio de materiais didáticos. Destaca-se que os materiais utilizados eram adquiridos pelo próprio professor, não sendo esta uma função do Ginásio, que ficava a cargo de providenciar apenas os livros didáticos após consulta da preferência dos educadores da instituição. Essa prática do regime de participação tinha por objetivo estimular os alunos ao exercício da docência. Além disso, o docente deveria apresentar o plano de curso à direção da escola, ser pontual, evitar ausências, e caso necessitasse se ausentar, era incumbido a ele a preparação de um estudo dirigido enviado com antecedência para os monitores da sala. Sobre os monitores,

Cabe aos monitores: Art. 27 em cada turma haverá dois monitores escolhidos mensalmente entre os alunos. Art. 28 – são deveres dos monitores: a) recolher as cadernetas escolares no início das aulas e devolve-las no final; b) responsabilizar-se pelas cadernetas a seus cuidados; c) auxiliar os professores nas experiências e atividades. d) auxiliar os professores na organização do material para as aulas; e) dirigir os trabalhos de grupo e estudos na falta de professores. (CUNHA, 1973, p. s.n.)

Nesse sentido, os docentes tinham por outras funções: intervir nos conselhos de classes e também nas reuniões de congregações; participar das atividades extracurriculares e das solenidades cívicas; honrar e cobrar disciplina em sala de aula, colaborar na organização de eventos culturais e científicos e no planejamento de comemorações cívicas e festivas; participar da Associação de Pais e Mestres; e impedir a entrada e saída dos alunos, com exceção dos momentos de necessidades fisiológicas. Ademais, “todos os professores e professoras tinham que se apresentar, decentemente vestidos, não se descuidando de sua aparência pessoal” (CUNHA, 1973, s.n.).

Já no caso das restrições, era vedado aos professores: entrar com atraso nas aulas e sair delas sem a prévia autorização da direção; falar de assuntos que não fossem estritamente ligados à finalidade educativa; servir do estabelecimento para a propagação de doutrinas contrárias aos interesses nacionais; aplicar às discentes penalidades que desrespeitassem a pessoa humana e adotar livros sem consultar a direção do estabelecimento. Com esses apontamentos, percebemos uma constante repressão e controle por parte da direção da instituição, que buscava reforçar o patriotismo e monitoramento nas dependências do Ginásio Santo Antônio.

Por último, o documento indica os direitos dos professores da instituição, sendo eles: elaborar o programa de sua área; liberdade para promover experiências pedagógicas,

juntamente com outros docentes; respeito a sua autoridade; e remuneração de acordo com os vencimentos estabelecidos pelas leis que o Estado havia instituído.

Sobre o pagamento dos docentes, foi localizado um documento de autorização para lecionar (datação) da Delegacia Regional de Ensino de Ponte Nova que concede ao Ginásio Santo Antônio Cr\$ 10,00 referente aos documentos de autorização para lecionar de 5 professores. Já no livro de anotações do Diretor do Ginásio, datado de 15 de julho de 1961 encontramos a informação de que se adotou em comum acordo com os professores, a taxa de gratificação de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) para todos os professores, indistintamente, o que indica uma remuneração reduzida no salário dos professores, ou melhor dizendo na gratificação a eles concedida.

Posteriormente encontramos um segundo documento, também sobre autorização para lecionar, datado de 16 de maio de 1972, deste mesmo órgão estadual que autoriza outros 7 professores a lecionarem no Ginásio por um valor de Cr\$14,00, não foi possível verificar se este valor era por aula ou mensal. Esse dado nos mostra que, de fato, existia uma contribuição para lecionar, assim como também identificado nas entrevistas que serão apresentadas posteriormente. Informação essa identificada no art. 135 parágrafo 3, do Regimento “o professor receberá uma gratificação por aula dada a título de cooperação; porque o estabelecimento foi fundado para os alunos que nunca teriam outra oportunidade de estudar” (CUNHA, 1973, s.n.).

Quanto à diretoria, é necessário mencionar que desde 1963 a Inspeção e Diretoria do Ensino Secundário concedeu plenos direitos ao diretor do Ginásio para cuidar das matrículas, contratação e salários de professores e também das transferências, sendo que todas essas informações deveriam ser enviadas ao órgão maior, para fins de controle da informação. Nesta vertente, o art. 3 do Regimento Interno também auxilia na compreensão da função da direção do Ginásio, conforme apresentado a seguir:

Art. 3 a direção e administração do estabelecimento será exercida por dois diretores, membros da entidade mantenedora para substituí-los no exercício de suas funções, desde que também/preenchem as exigências legais, um com a denominação de Diretor Técnico e outro denominado Diretor administrativo. Poderá ser criado em qualquer época o cargo de Vice- diretor, quando houver conveniência/ para a entidade mantenedora ou para o estabelecimento. (CUNHA, 1973, s.n)

Sobre a direção ser composta por dois diretores, encontramos um telegrama particular, datado de 15 de julho de 1963, solicitando os documentos da normalista Maria Consuelo Andrade, para ser diretora do Ginásio Santo Antônio. Entretanto, não conseguimos localizar

informações suficientes para aprofundar sobre essa função de um segundo diretor na instituição. Ao longo da investigação, os documentos nos direcionaram para a atuação presente e autoritária<sup>62</sup> do Padre Oswaldo, sem a presença de uma segunda pessoa na gestão, sendo ele diretor do Ginásio e presidente da A.S.P.K. Acreditamos, então, que essa ideia pode ter ficado apenas no papel.

Ainda nesse sentido de informações que estavam previstas no Regimento Escolar, mas não foram colocadas em práticas, temos a atuação do orientador educacional do Ginásio. A orientação educacional tinha por finalidade a reformulação e o fortalecimento da personalidade do aluno, respeitando as características e orientando no sentido do aperfeiçoamento moral e dos altos interesses coletivos. Para mais, objetivava: incutir o sentimento de responsabilidade; ensinar o culto à democracia; presentir e aproveitar as tendências vocacionais; infundir conhecimentos; formar relações culturais e vinculações afetivas; interessar os pais pelos estudos; manter contato com a família e comunidade; e cooperar com a diretoria (CUNHA, 1973).

Acerca da orientação educacional, ela deveria ser constituída pelo mérito escolar, pela assistente escolar e pelo psicólogo, supervisionados pelo orientador educacional. Porém, as funções destinadas para este cargo eram realizadas pelos próprios professores, que eram aconselhados a zelar pelos valores e ensinamentos que o orientador educacional possuía. Essas informações podem ser confirmadas no trecho no Art. 25, que aponta que “até que seja preenchido o cargo de supervisor ou outro cargo de função correspondente de acordo com a legislação, será escolhido um entre os professores de cada área para supervisionar os trabalhos” (CUNHA, 1973, s.n.). Nesse sentido, podemos compreender essa prática como um fator que atesta certa precariedade na equipe pedagógica do Ginásio.

Havia também precariedade em outros setores do estabelecimento, como na biblioteca, visto que na falta de um bibliotecário, os alunos é que ficavam com a incumbência de fiscalizar, manter a organização, comparecer à biblioteca nos seus devidos horários, e dentre outras demandas. Em contraproposta, os alunos ganhavam créditos na disciplina de comunicação e expressão e poderiam usar do seu horário de trabalho para fazer seus trabalhos nas horas vagas.

Também, é necessário elucidar sobre os deveres e proibições para os alunos matriculados no Ginásio Santo Antônio. Primeiramente, o Regimento destaca que os discentes deveriam proceder de acordo com as regras de cortesia; aplicar com cuidado o aproveitamento

---

<sup>62</sup>Consideramos que a presença autoritária era mais no sentido de zelar pela moral e bons costumes da época, zelando pelo nome da instituição e pelo rigor na disciplina dos sujeitos que ali frequentavam.

do ensino ministrado, frequentando as aulas com a devida pontualidade e participando de todas as atividades, incluindo as extraclasse; respeitar os professores, diretor e funcionários do estabelecimento; tratar com cortesia e respeito os colegas e outras pessoas que possam vir a adentrar o estabelecimento; respeitar as instituições pátrias e escolares realizando os programas cívicos e zelar pela conservação do prédio, mobiliário escolar e dos programas cívicos.

Ainda sobre os deveres dos matriculados no estabelecimento, deveriam trazer em ordem a caderneta escolar; participar das atividades sociais, literárias e esportivas do estabelecimento; proceder com honestidade nas provas e demais trabalhos escolares; ocupar na classe o lugar que lhe foi destinado, modificando apenas com autorização do professor; indenizar a instituição caso causasse danos morais ao estabelecimento; e, por fim, usar uniforme escolar conforme adotado, inclusive em condições determinadas pela Diretoria.

Também foi citado no documento em questão sobre as proibições, dentre elas temos: proibida a entrada e saída do estabelecimento fora do horário estabelecido, sem prévia autorização do diretor; entrar em classe e/ou sair dela sem permissão do docente; permanecer no estabelecimento sem necessidade pré-estabelecida pelo diretor e/ou professor; participar de manifestações dentro e fora do estabelecimento; praticar injúrias, atos de violência ou calúnias contra alunos ou funcionários; promover campanha com o nome da escola, sem autorização da Diretoria; distribuir boletins e publicar jornais com o nome do estabelecimento, professores ou funcionários e ir contra a moral e os bons costumes.

Ainda são apresentadas outras proibições como: utilizar livros, cadernos e objetos dos colegas; distrair os colegas durante as aulas; jogar ou usar bebidas alcoólicas dentro das dependências do Ginásio; trazer livros, impressor, gravuras ou escritos considerados pelo estabelecimento como inconvenientes, bem como armas de fogo e quaisquer outros objetos de cunho violento; escrever nas paredes, assoalho ou danificar qualquer parte do prédio; impedir a entrada dos colegas e promover ausência coletiva.

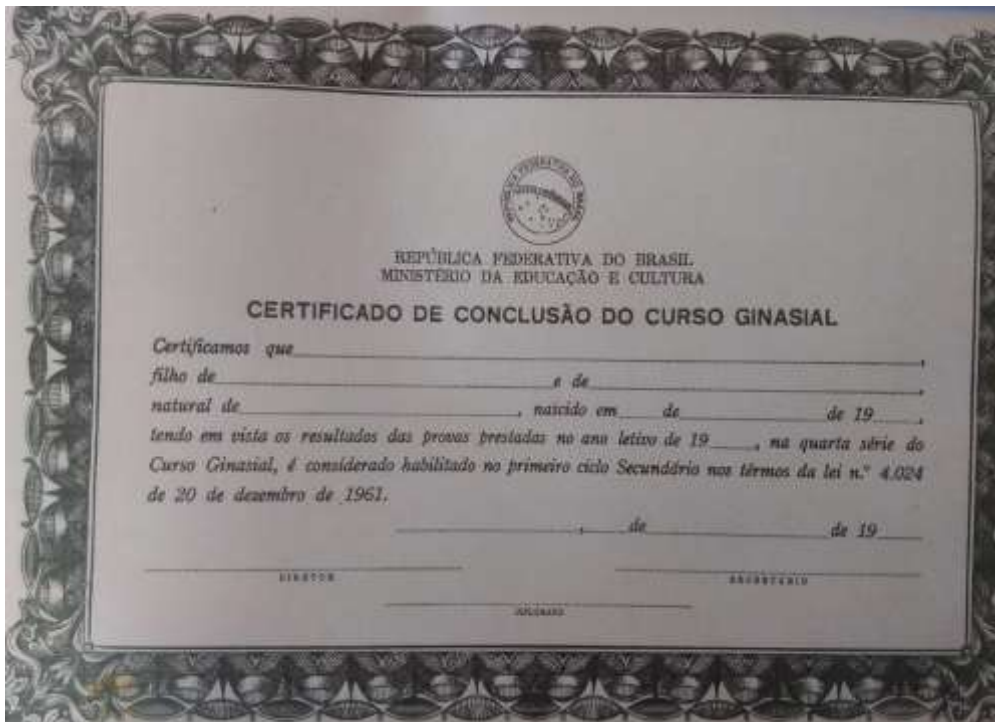
No que se refere aos direitos e proibições para os alunos, percebemos um cuidado exacerbado pelo controle por parte da direção da instituição que prezava pela moral e pelos bons costumes dentro do estabelecimento. Nesse sentido, não era permitido no período letivo a realização de congressos, comemorações e semanas estudantis, consideradas naquele período histórico como perturbadoras da ordem escolar. Além disso, os alunos eram obrigados a utilizar uniformes, não sendo permitida a permanência em casos de ausência de trajés decentes e com asseio. Assim sendo, compreendemos parte da dinâmica escolar do

Ginásio em relação ao tratamento dos alunos que deveriam ter frequência mínima de 75%, conforme o trecho abaixo nos indica:

- a) A frequência às aulas é obrigatória e só será aprovado o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva área de estudo.
- b) Aluno de frequência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento de 80% na escala de créditos adotados. (CUNHA, 1973, s.n.)

Acrescentamos a esse contexto as avaliações dos conteúdos que tinham por objetivo verificar o que foi planejado e se o planejamento foi eficiente, bem como averiguar o comportamento do aluno, com o intuito de aperfeiçoar o seu processo de ensino-aprendizagem. Os processos avaliativos da instituição tinham caráter duplo, sendo o primeiro de menção de conteúdo e o segundo de menção de formação, em que avaliação de conteúdo era de competência exclusiva do professor e a avaliação de formação atribuída pelo Conselho de Classe da instituição de ensino. Ao final do ciclo o estudante recebia o diploma, conforme o modelo abaixo.

Figura 12 - Modelo de certificado de conclusão do ensino ginásial, 1961-1975



Fonte: Arquivo particular do Ginásio.

Antes de abordarmos sobre o seu reconhecimento e o fim das atividades do Ginásio, é válido mencionar que a Inspeção do Ensino Secundário, na maior parte das vezes, era representada por Antônio Luiz Filho, na função de Inspetor escolar, responsável por fiscalizar

as atividades da instituição. Conforme indicado em um dos telegramas enviados da Inspetoria do Ensino Secundário, em 14 de março de 1963, foi solicitado ao Diretor do estabelecimento que revisse as páginas do regimento e se atentasse ao início do ano letivo, bem como as particularidades da LDB, de 1961, o que indicia que o estabelecimento deveria se adequar a normatização vigente.

Esta adequação parece ter demorado a acontecer, embora continuasse essa fiscalização por parte da Inspetoria do Ensino Secundário, tendo em vista que o Ginásio só obteve reconhecimento definitivo após o ano de 1970, conforme a data do ofício enviado do Serviço público do Estado de Minas Gerais:

Sr. Diretor, solicito-vos a especial fineza de enviar a este Departamento, os documentos da Resolução 14/64, encontrado na Revista nº 1 de C.E.E, dentro do prazo de 15 dias a fim de que esse estabelecimento possa obter reconhecimento definitivo. Esclareço-vos, ainda, que, caso não se complete a referida documentação dentro do prazo estipulado, será negado o referido reconhecimento. (SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 11 de agosto de 1970)

Desse modo, notamos que o processo para o seu reconhecimento demorou quase 10 anos da data do funcionamento da instituição e com isso vieram também novos reajustes legais, sobretudo em termos de remuneração de funcionários, conforme foi possível se verificar na análise de algumas cartas trocadas da direção com a Secretaria do Ensino Secundário.

Examinando o processo de reajuste das anuidades, a Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação decidiu: 1- conceder ao Ginásio Santo Antônio, em 1973, apenas o reajustamento automático de 15,1%; 2- Anuidade a ser cobrada, em 1973, é a constante do presente certificado, constituindo infração penalizada pela lei de Economia Popular a cobrança em valores superiores. Esse aumento de 15,1% equivalerá a 28,87CR\$ (cruzeiros), no ano anterior o valor era 191, 21CR\$ (cruzeiros) passando, no ano de 1973, para 220,08 (cruzeiros). No entanto, alguns meses depois, o diretor do Ginásio recebeu uma carta enviada de Belo Horizonte em 23 de outubro de 1973, pelo representante do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Comercial de Minas Gerais (SEESPCMG).

advertência para 1974: 3.1 – o requerente deverá cumprir o Acordo Salarial Intersindical estabelecido pelos sindicatos dos Estabelecimentos de Ensino e Sindicato de professores em Minas Gerais, que tem força de lei; 3.2- o cálculo das anuidades e seu reajustamento se farão com base nos valores estabelecidos para 1973; 3.3 – a comunicação de anuidades deverá ser feita nos formulários próprios, devidamente preenchidos, e de acordo com o disposto nas resoluções do Conselho Estadual de Educação. (SEESPCMG, 1973, p.1)

Nessa direção, podemos observar que o estabelecimento não estava cumprindo com o

Acordo Salarial estabelecido SEESPCMG, certamente pela dificuldade de se manter apenas com as verbas da A.S.P.K e com a persistência do ocorrido, acarretou o congelamento das anuidades, uma vez que após o reconhecimento oficial do estabelecimento de ensino, permaneceu em funcionamento por 5 anos. Esse alerta sobre o congelamento das anuidades pode ser verificado no excerto a seguir:

3.4 – O atraso ou omissão na apresentação do pedido de reajustamento de anuidades escolares, bem como qualquer irregularidade encontrada no processo, acarretará: 3.4.1 – o congelamento das anuidades aos níveis de 1973; 3.4.2 – a punição prevista pelas autoridades de ensino; 3.4.3 – as sanções cabíveis pela Secretaria de Segurança Pública, por constituir o fato infração da lei de Economia Popular. (SEESPCMG, 1973, p.1)

Diante das dificuldades de manutenção, o diretor endereça uma carta para a Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (C. E. E.), enviada em 22 de maio de 1975, com o intuito de alertar a Comissão da Educação para pensar alternativas de modo que esses alunos não fiquem sem o acesso à educação. Assim sendo, percebemos os motivos pelos quais as atividades do Ginásio Santo Antônio foram finalizadas em 1975, conforme ilustra o trecho da carta enviada pelo diretor do Ginásio:

Venho comunicar a essa douda Comissão a anuidade pretendida para 1975, o que seria mais uma vez e última, o reajuste mínimo autorizado de 30% sobre Cr\$245,42, referente ao ano de 1974, sendo que em 1975, Cr\$ 319,04 em 9 parcelas de cr\$35,00, mais uma de cr\$4,00. Espero, não mais remota e sim principalmente de uma transferência de administração particular para municipal, estadual ou convento, aguardando solução mais rápida das autoridades, e os alunos não sofreriam interrupção na sequência dos estudos. (CUNHA, 1975, p.1)

Mediante o exposto, observamos que no processo de criação e de funcionamento do Ginásio Santo Antônio vários fatores contribuíram para a sua permanência, como a criação da Associação Presidente Kennedy, enquanto entidade mantenedora, a participação das Cáritas Brasileiras e, certamente, o papel agregador e de mobilização social, empreendidos pelo pároco fundador. Neste sentido, o diretor do Ginásio afirma que:

não se terá a mínima vantagem econômica, quer para o estabelecimento, quer para a entidade mantenedora, quer para o diretor, prosseguindo por mais um ano, sem remuneração alguma, uma vez que não será suficiente para atender ao pequeno aumento que se fizer nos simbólicos salários dos professores que possuindo outros encargos declaram contribuir para a causa do ensino, salvando pelo menos o 1º grau completo de uma população que luta para a sobrevivência, sendo o único estabelecimento de ensino da cidade. Certo da compreensão de V. Exma e desse Egrégio Conselho, antecipo agradecimentos e admiração. (CUNHA, 1975, p.1)

Ao mencionar que “não se terá a mínima vantagem econômica, quer para o estabelecimento, quer para a entidade mantenedora, quer para o diretor, prosseguindo por mais um ano, sem remuneração alguma” (CUNHA, 1975, p.1), percebemos que o Ginásio, em seu último ano de funcionamento, prosseguiu em suas atividades, certamente, com a mesma

precariedade iniciada em 1962, conseguindo se superar ao longo do processo, mas sem condições de prosseguir nos anos vindouros.

Tomando por base os dados e informações analisados, percebemos que o Ginásio Santo Antônio oportunizou o acesso ao ensino ginásial, não só para a elite cajuriense, mas também para contingentes da população que até então não tinham acesso ao ensino ginásial, oportunidade essa que será ampliada com a incorporação deste estabelecimento à rede estadual de ensino público, em 1975, com o nome de Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias de Andrade.

### **4.3. Contribuições do Ginásio Santo Antônio para o povo cajuriense: o que dizem os entrevistados**

O ginásio Santo Antônio de Cajurí começou em 62. Padre Osvaldo Renato Cunha foi o diretor desse ginásio. Ele se incomodou que os jovens que ficavam aqui em Cajurí ociosos com muita dificuldade financeira para estudar em Viçosa, problemas de condução e tudo. Então por isso ele resolveu fundar esse ginásio. Nessa época eu pude colaborar como professora de português, de francês e dei também aula de desenho geométrico. (ESMERALDA, 2020, p.3)

O termo ginásio é oriundo do latim *gymnasium* e do grego *gymnasion*. Segundo o dicionário Aurélio, esse termo pode se referir a um lugar onde se pratica ginástica ou o período de ensino de 4 anos que sucedia o ensino primário. Desse modo, a última definição contempla o sentido que vem sendo estudado e contemplado nesta dissertação. Já para os sujeitos selecionados como fontes orais desta pesquisa, o ginásio possui significados muito além de um termo técnico ou de uma definição de dicionário, já que estes sujeitos prosseguiram sua escolarização neste espaço escolar, permeado por singularidades e experiências.

A pesquisa contou com 6 colaboradores, os quais compuseram a história do Ginásio Santo Antônio, no período de 1961 a 1975. Os entrevistados foram localizados através da documentação analisada, na qual constavam os nomes de docentes, de discentes e de funcionários do educandário. Inicialmente, esse contato tinha previsão de ocorrer presencialmente, contemplando aproximadamente 12 integrantes que fizeram parte da história do Ginásio, todavia, com a situação da pandemia, realizamos 6 entrevistas e todas por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's). Antes de mais nada, é importante ressaltar que “as instituições se constituem, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por

elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais”. (SAVIANI, 2005, p.28)

No caso explicitado acima, as instituições são consideradas sistemas de práticas com os seus respectivos agentes, e é sobre estes agentes (sujeitos) que iremos abordar. Nesse sentido, buscando compreender as contribuições do Ginásio Santo Antônio para o povo de Cajuri, acreditamos que “não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa”. (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p.91) Assim sendo, utilizaremos como eixos de análise o “emocional-afetivo”, a “preservação da memória” e a “prática pedagógica”, utilizados também pelos autores Nosella e Buffa (2013). Estes eixos estão diretamente ligados ao fato de que estamos trabalhando com memórias e que elas podem apresentar lacunas, distorções de fatos, e outros elementos. Todavia, consideramos as narrativas como uma fonte importante para a realização desta dissertação, afinal, se as memórias possuem falhas e intencionalidades, os documentos também possuem. Logo, essa triangulação de dados é essencial para aguçar a discussão sobre a temática em questão.

Nesse sentido, acreditamos que “[...] lembrar torna-se, assim, um ato não só relativo à memória (tal como a vida aconteceu), mas um ato de reflexão sobre o acontecido e nossas escolhas e, por que não dizer, um ato de compreensão de si e do mundo circundante, conectando passado, presente e futuro” (GEREMAI; BORGES, 2020)<sup>63</sup>. Por isso, instigamos aos colaboradores da pesquisa, sendo eles: José, Carmelita, Antonieta e Esmeralda, Sebastião e Sebastiana <sup>64</sup> a compartilharem suas memórias voluntariamente para este estudo.

Iniciamos com a apresentação dos colaboradores desta pesquisa sobre o Ginásio Santo Antônio. Contamos com a colaboração do José, ex-aluno no período de 1969 a 1972, ex-professor de matemática e, atualmente, aposentado. Participou também da pesquisa Carmelita, ex-aluna no período de 1965 a 1968, professora/diretora aposentada pela Rede Estadual de Ensino. A colaboradora Antonieta, ex-aluna no período de 1970 a 1973, e aposentada pela Rede Estadual de Ensino. Também, Esmeralda, ex-professora no período de 1962 a 1974 e, atualmente, professora aposentada. Contamos também com a participação de Sebastião e Sebastiana, um casal de ex-alunos da instituição, no período de 1963 a 1966, atualmente

---

<sup>63</sup>Este trabalho foi intitulado de “Narrativas de vida e a escolarização dos idosos: contribuições na formação inicial dos professores”, escrito por Geremias e Borges (2020) e apresenta de forma mais detalhada sobre os possíveis impasses ao se trabalhar com memórias em uma perspectiva de Bosi (2014) e Bertaux (2010).

<sup>64</sup>Os nomes foram atribuídos pelos pesquisadores da dissertação, haja vista o consentimento dado pelos sujeitos da pesquisa para que pudessemos escolher os nomes fictícios, preservando assim a identidade dos colaboradores.

Sebastião é aposentado e produtor rural, enquanto Sebastiana é aposentada por serviços prestados à educação, como docente.

Acerca das informações coletadas, verificamos no início do diálogo estabelecido com Carmelita (2020), estávamos buscando informações sobre a infância e à adolescência destes sujeitos. Nesse momento, percebemos que muitas memórias foram esquecidas, enquanto outras vieram à tona ao decorrer das indagações. Logo, Carmelita (2020) inicia mencionando que:

Bom. Como aluna, eu era muito jovem, muito criança né, de 11 (onze) à 15 (quinze) anos, mas assim, posso te dizer que nas experiências que eu tive no nível de escolas, que a gente era, que a gente tinha muita disciplina (ruídos), que era assim muito respeito, muito amor, muita consideração pelos professores, pelos livros que a gente comprava né, adquiria com toda dificuldade. O que mais que eu posso te falar (Pausa e ruídos). Quer dizer, era bem diferente do que é hoje né. (Carmelita, 2020, p.1)

Ressaltamos também as interferências ao longo da entrevista que também foram registradas e enfatizamos a riqueza de detalhes com que os entrevistados concederam os seus depoimentos. Nesse ínterim, faremos uma articulação entre as 4 entrevistas, com base nos eixos “emocional-afetivo” e “práticas pedagógicas”. Para isso, seguimos com o depoimento de Carmelita (2021):

A gente, (inaudível) grata por poder estudar, (ruídos) primeiramente a gente era grata por poder estudar, por poder ter uma chance de fazer né, já naquele tempo um ciclo, já não era mais o primário que era o ginásial, chamava-se de primeira série ginásial até a quarta série ginásial e as matérias eram bem diferentes, eram algumas diferentes das de hoje mais, por exemplo, onde que eu estudei na parte das linguagens, a língua portuguesa[...]. (CARMELITA, 2020, p.1)

Percebemos que, de fato, o estabelecimento ofertou o ensino ginásial de 1ª a 4ª série, ministrando as disciplinas de Linguagens, Língua Portuguesa, Latim, Inglês, Francês, aulas de Moral e Cívica. A depoente ainda salientou que “os professores que davam as aulas de análises sociais, então era aquela aula mais voltadas para o civil, para o estado (ruídos, inaudível), pátria, o respeito” (CARMELITA, 2020, p.2) Essa informação nos permitiu identificar a presença do patriotismo nos ideais da instituição, já que consideravam as disciplinas de Organização Social e Política do Brasil e Moral e Cívica bases para a formação dos alunos. Sobre a formação técnica – profissional, localizamos no quadro de docentes a existência de um professor destinado a disciplina de Técnicas Agrícolas, todavia não foram localizados entre as fontes documentais e orais, outras informações que nos auxiliassem na compreensão do ensino técnico profissional, neste estabelecimento de ensino.

Outros depoimentos abordaram o patriotismo e controle do Ginásio Santo Antônio, a exemplo do relato de Carmelita que apontou que “o padre também era muito rigoroso, muito

disciplinado, não admitia brincadeiras” (CARMELITA, 2020, p.9). E, ainda, relatou que “[...] ó, eu me lembro que a presença dele era todos os dias, todos os dias ele estava lá na escola. Da hora que batia o sino até o final da aula. Todos os dias, eu sempre via o padre Oswaldo” (CARMELITA, 2020, p.9). Nessa mesma direção, os colaboradores José e Carmelita (2020) ressaltaram essa presença autoritária e, ao mesmo tempo, zelosa pelo estabelecimento de ensino ginásial.

Nesse sentido, José (2020) afirmou que “ele se escondia de batina comprida, aquelas batinas pretas, a gente já sabia que ele “tava” na escola, a gente não podia fazer bagunça. Nem sair da sala (Risos). Que ele era bravo né. Competente, mas bravo” (JOSÉ, 2020, p.7). Corroborando com essas ações de controle, Esmeralda (2020) apontou que “Padre Oswaldo de vez em quando ele saía da secretaria, dava uma voltinha, ele não gostava muito que desse aula com porta fechada. A gente já sabia disso. Dava nossas aulas com porta aberta pra ele passar lá e ver” (ESMERALDA, 2020, p.8). Diante disso, ela ainda salienta que “naquela época não havia indisciplina, então, podia cair uma agulha no chão que você ouvia. E padre Oswaldo impunha muita moral, ele passava com a batina preta dele fazendo um barulhinho e onde ele passava era silêncio completo” (ESMERALDA, 2020, p.8).

Observamos que o diretor do Ginásio realizava o monitoramento tanto no comportamento dos alunos, como no dos professores, zelando pela moral e pelos bons costumes, desde as noções de comportamento às noções de vestimenta. Essas regras eram desrespeitadas na ausência do Diretor, o que nos permite verificar que os professores não eram vistos como autoridades, mas sim como subordinados ao Diretor, subordinação essa percebida pelos alunos, que aproveitavam dessa ausência para praticar as ações consideradas como desordem naquele período, conforme ilustra o excerto abaixo:

Não, na época nem supervisora não existia. Existia só o padre. E ele fazia história em Juiz de Fora, não, em Ubá quer dizer. Ele ia mais ou menos assim umas três vezes em Ubá. Então a gente vigiava né, no dia que a gente pudesse fazer bagunça na escola, a gente fazia os três dias que ele não “tava” na escola, os dois dias ele escondia atrás daquelas pilastras que tem lá, sabe? (JOSÉ, 2020, p.8)

Outro ponto a ser abordado é sobre as noções de vestimenta. O diretor exigia o uso de uniforme por parte dos alunos e que as professoras e professores estivessem vestidos com modéstia e cuidados com a aparência, sendo inadmissível atitudes contrárias a essas. A respeito do uso de uniforme, Antonieta (2020) mencionou que “a gente não entrava sem uniforme, o uniforme tinha que ser completo. Era a saia com a camisa e você não podia ir com uniforme diferente. Até certa altura no joelho a saia, o sapato preto, tênis preto, meia branca. Não podia ir sem meia sem nada”. (ANTONIETA, 2020) Assim, notamos que tanto

os professores como os alunos precisavam seguir as vestimentas consideradas adequadas para o estabelecimento de ensino.

Ainda neste sentido, José (2020) considerava os uniformes bonitos, mas que eles se vestiam como se fossem irmãs de caridade “nossos uniformes eram assim; muito bonito, uma camisa marrom, cheguei (risos) e um short azul. Então esse aí era, calça comprida os homens e as meninas de saia. Igual assim, tipo irmã de caridade, no bolso escrito, Ginásio Santo Antônio” (JOSÉ, 2020, p.7). Sebastiana (2020) também apresenta suas recordações sobre o uniforme escolar “O uniforme não era obrigatório, usava este uniforme só em datas importantes. Como se fosse uniforme de gala. A Calça azul e camisa branca de manga comprida. E as meninas blusa branca e saia azul.” (SEBASTIANA, 2020, p.2). Já sobre as vestimentas das professoras, o ex-aluno José relatou que:

Não, elas tinham a roupa. Todo mundo ia chique pra trabalhar, as professoras tudo “chic”, não ia ninguém assim trap coisa, trabalhar não. Você acha que ia? (Risos) Tudo, pintada, cabelo muito bem, parecia até que tinha um salão, não tinha nem salão aqui em Cajurí, não sei como que elas conseguiam fazer tanta coisa assim. Sandália trança na perna até em cima, precisava de ver, sandália branca, “branquinha”, aquelas de verniz sabe. Era desse jeito, muito bem arrumada que elas iam, elas não iam mal arrumadas não. E nem com decote nem nada. (JOSÉ, 2020, p.4)

Podemos perceber mais uma reafirmação da preocupação do diretor do Ginásio com a moral dos que ali frequentavam. Preocupação essa que se fazia presente em um cenário marco, haja vista que, o governo utilizava de estratégias para transmitir às escolas a nova doutrina moral e condutas cívicas. Para isso, “o governo utilizou-se fartamente da outorga de leis e decretos, portarias, pareceres e resoluções, programas e relatórios para exercer autoridade e impor modificações essenciais à educação.” (ABREU, 2008, p. 32)

Outro exemplo que ilustra essa questão de respeitar a moral e os bons costumes, refere-se ao critério de escolha dos professores. Assim, a moral, muitas das vezes, sobressaía a necessidade de formação docente, afinal de contas eram aceitos aqueles ditos como detentores de uma boa moral e praticantes da fé católica, não sendo aceito nem entre alunos e nem entre os professores as mães solteiras ou qualquer outro cidadão que desrespeitasse os bons costumes. Como evidenciado no relato de Antonieta (2020), ao pontuar que:

Eu já ouvi falar assim, tinha que ser, primeiro ter uma moral boa, ser de família católica, né, porque já que o colégio era congregação. Era assim, as pessoas não poderiam assim, pra época, também era muito difícil na nossa região ter alguém assim é, eles descartavam aos poucos, mães solteiras, essas coisas assim, não trabalhavam lá, até pra estudar era difícil. (ANTONIETA, 2020, p. 1)

Por isso, todos os professores da instituição eram escolhidos pelo diretor, função essa que foi oficializada e permitida pela Secretaria do Ensino Secundário, o que demonstra uma política favorável ao controle e a valorização da moral. Logo, não era algo específico do Ginásio, mas de todo um contexto histórico-social, que era instituído e percebidos entre alunos, assim como nos confirmou José:

Ah, era a dedo. Quem indica. Que o padre indicava aqueles ali né, então quem indica mesmo. Não tinha assim, um curso, tinha nada disso não. Por exemplo, formou uma menina na escola normal, então o padre tinha, que ela ia lá pedia as aulas né, então ele doava as aulas pra ela dar aula. Então tinha que ser assim, uma pessoa ia né, uma pessoa que tinha assim uma boa índole, uma pessoa de caráter, deve ser assim que tinha muito respeito dele né. A gente respeitava muito, não desrespeitava as pessoas não. (JOSÉ, 2020, p.10)

Tendo em vista a situação dos méritos morais prevalecendo sob os méritos formativos, buscamos aprofundar por meio do diálogo com os depoentes como funcionava o ingresso dos docentes na instituição e qual a formação base que eles possuíam. Nesse sentido, a ex-professora Esmeralda (2020) relatou que:

Minha filha, eram escolhidos aqueles que tinham na cidade. Porque imagine que eu formei em 62 e já fui saindo da Escola Normal ou Ginásio Nossa Senhora do Carmo e sendo convidada pra trabalhar, não existia professor. Então era aquele que aparecia na frente com boa vontade, porque a gente não recebia quase nada, era uma gratificaçãozinha que a gente recebia. Aí o padre Osvaldo convidou o seu corpo docente. Era professores formados em, na Escola Normal Ginásio Nossa Senhora do Carmo, sem nenhuma habilitação, fazia o curso normal chegava aqui e começava a dar aulas. (ESMERALDA, 2020, p.8)

Além disso, a ex-aluna Antonieta (2020) descreveu os procedimentos para aqueles docentes que não tinham a titulação a nível superior e que para suprir essa lacuna realizavam cursos no período de férias na cidade de Juiz de Fora:

[...] é as pessoas que não tinham o curso superior. Tinha um curso superior que era feito em Juiz de Fora, os professores faziam nas férias, ou senão ficava afastado por seis meses pra fazer esse curso (....) e também assim, eles passavam por muita, como que fala gente, curso de aprimoração. Sempre estava indo a Juiz de Fora fazer esses cursos de aprimoração. E eu achava assim, interessante, que o padre dispunha aqui de carro pra levar, elas ficavam lá junto com as irmãs pra fazer o curso e trazia de volta. Então ele arcava, a congregação arcava com todas as despesas do curso. (ANTONIETA, 2020, p.9)

Observamos que, de fato, o Ginásio não contou com um corpo docente majoritariamente licenciado, sendo que boa parte dos professores concluíam o ensino colegial no Colégio Nossa Senhora do Carmo, de posse das irmãs Carmelitas da Divina Providência e já iniciavam a carreira na docência. Para fins de amenizar os efeitos desta precariedade, o diretor exigia que eles fizessem cursos de aperfeiçoamento da UFJF, assim como pode ser verificado na fala da ex-professora Esmeralda:

Todo o tempo do ginásio, exceto 1970 que eu fiquei o ano todo estudando em Juiz de Fora, o curso pela Universidade Federal de Juiz de Fora na qual eu me habilitei em professora de português. Porque os professores naquela época, até o padre Osvaldo era habilitado em história, os outros nenhum eram habilitados, então a delegacia de ensino ficava visitando muito aqui, dando muito problema então eu habilitei através de um ano de estudo na UFJF. Eu e a professora de matemática, nós duas fomos as únicas a habilitar. No ano 70, no final do ano 70 nós recebemos uma carteira de habilitação como professor formado em exame de suficiência e onde não estivesse outro professor habilitado a gente podia atuar sem nenhum problema e foi muito mais fácil também pra eu continuar lecionando depois que eu fiquei habilitada [...]. (ESMERALDA, 2020, p.7)

Em contrapartida ao que foi dito anteriormente, os professores deram início aos cursos de capacitação por exigência da Delegacia Regional de Ensino, e não por uma necessidade exigida pelo diretor do Ginásio, afirmação essa enfatizada no diálogo com José, ao ser indagado sobre quem eram os professores que fizeram parte de sua trajetória escolar nesta etapa ginásial:

Os professores, eles faziam curso de “madureza” em Juiz de Fora, não tinha ninguém assim habilitado, igual todo mundo agora é habilitado né. Então eles tiravam a escola normal em Viçosa e na Escola Normal Nossa Senhora do Carmo e depois faziam complementação pedagógica né, que deve ser um tipo de complementação que tem e dava direito a eles a atuarem como professor da escola. Então eles todos eram assim, com capacitação. E tinha assim o curso de inglês, curso de francês, curso de latim, eles são o padre que pagava, era o diretor da escola, Pe. Osvaldo, ele pagava para os professores realizarem esses cursos fora, que era em Juiz de Fora. (JOSÉ, 2020, p.8)

Além disso, o depoente também mencionou que em alguns casos existiam professores capacitados, caso esse de uma das professoras de História, que vinha da cidade Ubá para trabalhar na instituição, sendo ela uma das poucas professoras que não residiam na cidade de Cajuri, esse fato ocorreu no período de 1969 a 1972, momento em que José (2020) estudou no Ginásio Santo Antônio:

E o resto, tinha uma menina que era de Ubá, ela dava aula de história, ela era formada em história em Ubá na época e o resto, todos de Cajuri. E tinha assim, com complementação pedagógica, que eles tinham esse curso que faziam de férias, eles iam pra Juiz de Fora e complementava o curso. (JOSÉ, 2020, p.9)

Nesse viés, vale ainda ressaltar que através do depoimento da professora Esmeralda (2020) foi possível verificar que ela possuía consciência na fragilidade de sua formação, e com o objetivo de aperfeiçoamento da formação procurou estratégias para apresentar um conteúdo de qualidade e de forma clara para os estudantes. Ela considera que os demais professores da equipe pedagógica do Ginásio tinham essa mesma preocupação, como demonstrado no excerto a seguir:

Eu era fraca de matemática e dava desenho (risos) geométrico. Mas eu estudava, todos os professores eram muito responsáveis. Agora, desse curso que nós fizemos em Juiz de Fora, foram mais professoras, mas não aguentaram a barra não e

desistiram, vieram embora. Foi muito difícil, muito pesado, muito pesado mesmo. Dificílimo. Pouco professor da universidade federal e eles não olhavam a bagagem que a gente trazia não. Eles apertavam, mas apertavam mesmo. (ESMERALDA, 2020, p.4)

Entretanto, não foram todos os professores que seguiram nas capacitações. À princípio, os professores demonstraram interesse no aperfeiçoamento, contudo, dado o grau de dificuldade das formações, desistiram e continuaram a lecionar sem as capacitações necessárias. Já no que tange a remuneração desse grupo, Esmeralda (2020) nos informou que o valor da hora aula equivale a aproximadamente 2 reais e que por mês recebiam aproximadamente 120 reais, independentemente da carga horária trabalhada.

Diante deste fato, é importante destacar que a mobilização para organização e implementação dos cursos de pedagogia e licenciatura no Brasil, se deu entre os anos de 1939 e 1971. (SAVIANI, 2013) As universidades da cidade de Juiz de Fora e Viçosa, por exemplo, tiveram a implementação do curso de pedagogia após a década de 60. No caso da UFJF, o curso foi criado em 1966 e com a reforma universitária, ocorrida no ano de 1968, teve por atribuição formar especialistas, por intermédio dos cursos de habilitação. Já na UREMG, o curso de pedagogia foi criado em 1971, vinculado à Escola Superior de Ciências Domésticas. Através dessa informação percebemos a carência de cursos de formação da época, sendo a cidade de Juiz de Fora a primeira a realizar os cursos de habilitação, dos quais os professores do Ginásio Santo Antônio eram indicados a se matricularem.

Identificamos também a presença de professoras normalistas, advindas do Colégio Nossa Senhora do Carmo, normalmente oriundas da própria cidade de Cajuri e em algumas raras exceções eram convocados alunos da UREMG para atuar como docentes da instituição, conforme salienta Sebastiana (2020):

Estes professores eram daqui mesmo, eles faziam treinamento em Juiz de Fora, tinha um treinamento feito na época de férias, não atrapalhava as aulas não. Teve uma época que aqui não tinha professor de matemática, então ele buscava alunos da UFV, então esses professores vinham davam as aulas e voltavam. (SEBASTIANA, 2020, p.2)

Para além de compreender sobre os professores que atuavam no Ginásio, buscamos informações sobre os materiais didáticos e como funcionava a organização da grade curricular. Perguntamos aos entrevistados qual o material didático utilizado, se havia atividades extracurriculares e quais matérias e atividades escolares eles mais se recordavam. Com base nesses questionamentos, José (2020) se recordou que:

Ó, na quinta série<sup>65</sup> a gente fazia o “tronco” comum né. Português, matemática, ciências, história, geografia e a parte complementar era o inglês. Na sexta série, eu estudei em São Paulo, era o Francês, mas aqui era inglês também. Na sétima série era inglês, francês e latim. Na oitava série era inglês, francês e latim também. Então latim era estudado no sétimo e no oitavo ano. Então a grade curricular era isso. E na sétima série nós tínhamos o desenho. O desenho era assim, desenho de arte mesmo. Então ensinava aquelas barras, sabe? Ensinava a desenhar, ampliar desenho. Até a pouco tempo eu ampliava desenho, eu pegava assim uma figura “piquininha” e colocava ela grandona. (JOSÉ, 2020, p.3)

Com base nesse apontamento, foi possível verificar que o Ginásio ofertava todas as disciplinas impostas pela Lei.4.024, estando em ordem com a oferta dos conteúdos base para a formação dos estudantes. Sobre os materiais utilizados, com o objetivo de compreender as particularidades das práticas educativas que permeavam o educandário e após a indagação, verificamos que os materiais didáticos eram comprados pelos próprios estudantes, mas encomendados e selecionados pelo diretor. Desse modo:

[...] os materiais, padre Osvaldo trazia de Juiz de Fora. Porque em Juiz de Fora também, tinha esse mesmo colégio que tinha em Cajuri, então seguia todos o mesmo parâmetro. Tinha dele em Coimbra que era o ginásio, que tinha o padre Jaime, todas as cidades por aqui até Juiz de Fora tinham. (ANTONIETA, 2020, p.4)

Observamos para a escolha dos materiais o diretor consultava outros estabelecimentos de ensino da região que seguiam os mesmos ideais do Ginásio Santo Antônio, o que também nos permite considerar a existência de vários Ginásios na região. Enquanto isso, os alunos se organizavam para arcar com as despesas do material, conforme demonstrou o relato de José:

O material didático a gente comprava assim, tinha os livros né. Então os livros eram comprados na biblioteca do Ginásio né, então ele comprava assim os livros, não sei se em Belo Horizonte, não sei se é em Juiz de Fora, ele comprava, por exemplo, tinha 20 livros, tinha 20 alunos, 25 livros de português, de matemática então a gente usava aqueles livros. E no outro ano aquela turma que estudou com esse livro, passava “pro” outro, ou vendia ou então doava. Então era uma dificuldade imensa né. (JOSÉ, 2020, p. 6)

Ainda em relação à aquisição do livro didático, Antonieta (2020) salientou quais as estratégias utilizadas para que todos obtivessem acesso ao material. Assim, temos a informação de que o material didático era comprado uma vez no primeiro ano do ensino ginásial e vendido para os alunos que viriam na sequência, ou eram realizadas trocas entre os irmãos, negociações de preço. Corroborando com essa assertiva Sebastião (2020) diz que “tínhamos que ter o material, mas era tudo comprado. O padre Osvaldo adquiria os livros no início do ano e a gente comprava dele, não ganhávamos nada, nem merenda”. (SEBASTIÃO, 2020, p.1)

---

<sup>65</sup> Apesar do entrevistado ter utilizado o termo “série” na época em que ele estudou (1969 a 1972) não era empregada essa nomenclatura.

Conseguimos compreender elementos, a partir dos depoimentos sobre o funcionamento, as práticas educativas no interior do Ginásio, sobretudo no que se trata do comportamento, ideais e materiais utilizados, formação dos professores e dentre outros elementos. Para além disso, iremos apresentar o perfil dos alunos que compuseram essa instituição, e a forma que se mantinham no Ginásio. Para essa análise, utilizamos excertos das entrevistas realizadas com Antonieta e Esmeralda, que trouxeram elementos de dois pontos diferentes do Ginásio, a voz da professora e a voz da aluna. Nesse sentido, indagada sobre quem eram os alunos da escola, a colaboradora Esmeralda descreveu que:

A maioria da zona rural. Vinham a pé. Embaixo de chuva, embaixo de sol, eles vinham a pé, do Sapé, da Capivara, do Córrego Sertão, eu lembro que tinha muitos do córrego Sertão. Eles vinham a pé, era de nível médio mesmo sabe, a parte financeira, pais pobres devia de ter apenas uns 10% ricos. Eu fico até emocionada. Saíram médicos, Doutor Francis Antônio Curi mesmo era um médico, hoje é um grande médico lá. (ESMERALDA, 2020, p.9)

Nesse viés, identificamos que o Ginásio atendeu tanto a população urbana, como a população rural, essa última, mesmo com as dificuldades advindas da falta de transporte, conseguiu ter acesso à educação e através dela tiveram oportunidades profissionais, uma vez que alguns se tornaram médicos, outros radialistas, prefeitos, professoras, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, entre outras profissões (ESMERALDA, 2020).

Para fins de exemplificação, o depoimento de Sebastião e Sebastiana (2020) nos permitiram melhor compreender essa realidade, uma vez que ambos eram da área rural e vivenciaram estes percalços mencionados pela professora Esmeralda (2020).

Durante o depoimento Sebastião (2020) evoca que vinha a pé para a cidade estudar, todos os dias, juntamente com seu irmão e após o término das aulas voltavam para casa da mesma forma. Já no caso de Sebastiana (2020), ela ficava em casa de famílias na cidade, durante toda a semana e aos fins de semana ia para sua casa. Em ambos os depoimentos eles manifestam ter sido recompensatório todo o esforço, já que Sebastião conseguiu ir trabalhar na Telegr. (empresa telefônica), apenas com o ensino ginásial e Sebastiana deu seguimento aos estudos nas escolas normais de Ervália e Viçosa e posteriormente ingressou na Universidade para realizar o curso de Pedagogia.

Em termos de desafios, os estudantes passavam já no início do seu processo no Ginásio Santo Antônio por um importante processo seletivo - que era o exame de admissão - uma vez que através da nota obtida o estudante seria avaliado como apto ou inapto se matricular. Essa situação desafiante foi identificada em todas as falas, ao indagarmos como os colaboradores entrevistados ingressaram no Ginásio. Antonieta destacou que:

[...] vou te falar uma coisa com você, depois que você me perguntou sobre o Ginásio Santo Antônio eu fiquei pensando e lembrando, como que a gente sofria pra estudar pra passar nesse exame de admissão. Era pior que, quando eu fiz exame pro vestibular eu nunca sofri tanto igual exame de admissão não. Tinha gente que passava mal. (ANTONIETA, 2020, p. 10)

O exame era realizado nos meses de dezembro (1ª chance) e fevereiro (2ª chance), eram dadas duas oportunidades devido ao grau de dificuldade da avaliação, já que a avaliação exigia conteúdos consolidados da 4ª série do ensino primário e por vezes os estudantes chegavam ao exame com uma formação deficitária. Antonieta ainda relatou que:

[...] naquela época, nós terminávamos a quarta série, antigamente chamada de quarta série e prestava um exame de admissão, era feito mais ou menos em dezembro, em janeiro, que era para iniciar o semestre, o ano letivo em março. O ano letivo iniciava em março. Foi em 70 que eu passei no exame de admissão, a gente passava todas as férias escolar, metade de novembro, dezembro, janeiro nos preparando pra esse exame de admissão. A gente fazia um cursinho igual vocês fazem, o cursinho pro vestibular. A gente já tinha que fazer esse exame de admissão, ninguém entrava sem ser aprovado no exame de admissão não. (ANTONIETA, 2020,10)

Podemos perceber a importância do exame para a trajetória escolar destes sujeitos, inclusive, na época existia um curso de um ano preparatório para a realização deste exame, mas era pago e oferecido na cidade de Viçosa, pelo Colégio Normal Nossa Senhora do Carmo, o que dificultava o acesso de muitos da cidade, que cumpriam os estudos sozinhos e/ou com seus irmãos, sem o auxílio de um professor para guiá-los na preparação. (SEBASTIÃO, 2020)

Esmeralda nos informou que o exame era escrito no mimeógrafo e Carmelita descreveu outros detalhes sobre o exame de admissão, ressaltando a necessidade da preparação e dedicação para a realização do processo seletivo, que funcionava como uma barreira para o ingresso ao ensino ginásial:

É o exame de admissão era um exame que preparava o aluno para enfrentar o ginásio. Era uma recordação geral do primário todo. Com muito, com aperto nas matérias da quarta série. E ele valia muito, porque ele preparava, recordava tudo, sabe? Pra mim ele não era para ter acabado e a falha que existe no ensino médio até hoje é a falta desse exame de admissão. De vez em quando tinha umas briguinhas, por que pais, que os alunos não os passavam queriam que passassem, mas a gente não deixava passar, tinha que saber mesmo para poder passar. E foi uma colaboração muito grande com todo o ensino médio, o exame de admissão. (CARMELITA, 2020, p.5)

Identificamos uma dicotomia entre as opiniões sobre o exame de admissão, que ao mesmo tempo que era considerado uma barreira para uns, para outros não deveria ter sido extinto, dado os moldes que incutiam nos educandos à necessidade de dedicação aos estudos para obtenção de êxito. Consideramos que o exame de admissão foi uma estratégia didática excludente, em que os alunos advindos da classe média tinham vantagens em relação aos da

classe trabalhadora, sistema este similar ao que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), na atualidade

Além das questões já enfatizadas e dialogadas até aqui, é necessário também abordarmos sobre a manutenção desses alunos no Ginásio Santo Antônio. Nesse sentido, por meio das informações coletadas, foi possível verificar a existência de bolsas para os estudantes da classe trabalhadora, que tinha como fontes a Prefeitura da cidade, a A.S.P.K e subvenções públicas autorizadas por deputados. A respeito do último segmento, José relatou sua experiência com a solicitação de bolsas realizada pelos pais:

E tinha assim umas bolsas que vinham de fora sabe, dos deputados. Então eu tenho aqui até uma carta que a minha mãe mandou pra um deputado, ela que escreveu, eu a tenho aqui até hoje. Então ela escreveu a carta, mas veio bolsa só pra dois irmãos meus, pra mim não veio. Então eu fiquei sem bolsa e no outro ano eles perderam a bolsa também, porque tomaram bomba né. (JOSÉ, 2020, p.7)

Percebemos, então, a presença das ações do setor público, na pessoa dos deputados, notamos que essa oferta de bolsas possuía condições para sua manutenção, dentre elas a não repetência dos alunos, o que acarretava extinção do benefício. Ao longo das entrevistas identificamos traços que nos permitem verificar como os bolsistas eram selecionados. Nesse sentido, José disse que:

não sei se era “peixim” do padre, não sei como é que era não, nem entendia bem, naquela época eu não entendia como agora não (risos). Ficava assim vago, ficava ali no ar pra gente né, as vezes sabia, mas nem tomava conhecimento daquilo porque o pai da gente pagava, a mãe da gente pagava, então ficava assim aquele transtorno, aquele ponto de interrogação na cabeça da gente. Ah, por que “fulano” está pagando e a gente não tá pagando? Porque que aquele menino conseguiu (inaudível) e eu não consegui? (JOSÉ, 2020, p.10)

Dessa forma, notamos que alguns alunos não tinham ciência de como o processo acontecia, e isso também se fazia presente entre os professores, uma vez que, durante seu depoimento Esmeralda (2020) salientou que sabia da existência de pessoas que não pagavam, mas não tinha compreensão de como se dava este processo. Além disso, ela esclarece que mesmo aqueles que pagavam, nem sempre arcavam com os custos por ausência de dinheiro. Diante dessa situação, o diretor do Ginásio consentia que o pagamento fosse realizado quando possível e, assim, os alunos seguiam com os estudos.

A respeito dos valores para os alunos pagantes, Antonieta e Carmelita afirmaram que era um preço mínimo, mas que muitas famílias não tinham condições de arcar com essas despesas e, assim, a flexibilidade dos pagamentos permitia a continuidade dos alunos com as atividades no Ginásio. Dialogando com esse aspecto, a colaboradora Carmelita ressaltou que: “não era coisa cara igual hoje não, porque, eu que era lá da família da zona rural. Com maior

dificuldade conseguia pagar, cooperava bastante” (CARMELITA, 2020, p.8). Antonieta complementou essa informação ao apontar que:

Ó, naquela época o preço era irrisório, mas mesmo assim as famílias não tinham condição de pagar. Aí, por exemplo, se eu não podia pagar eu chegava perto dele, “ó Padre Osvaldo, esse mês eu não estou podendo pagar” ele falou assim, “não, então esse mês você me paga mês que vem”. (ANTONIETA, 2020, p. 4)

Observamos o acesso à educação de um grupo que, até então, estava esquecido às margens da sociedade. No entanto, é válido ressaltar também que somente o acesso não significou igualdade de oportunidades, uma vez que aqueles que não tinham condições socioeconômicas iam trabalhar em fábricas, enquanto os demais que possuíam maiores recursos econômicos seguiam o processo formativo. Essa realidade pode ser verificada no relato de Antonieta ao mencionar que:

Aqueles que tinham condições de estudar seguiam em frente, aqueles que não tinham, quando ia pra São Paulo trabalhar nessas empresas grandes, eles chegavam lá com muito conhecimento e na época era difícil ter o diploma ginásial e as pessoas iam apresentando que sabia bem o conteúdo e tudo e já passava a gerente, era encarregado de áreas. Então assim, as pessoas se deram bem. (ANTONIETA, 2020, p. 7)

Apesar da política excludente, sobretudo quando se tratava de termos da moralidade dos cidadãos, o Ginásio Santo Antônio oportunizou a educação ginásial para os cajurienses, tanto da elite intelectual, como da classe trabalhadora. Ainda neste sentido, Sebastiana (2020) salientou que na época quem tinha ensino ginásial era importante, poucos tinham, quase ninguém estudava na época, pois o Estado só ofertava o ensino primário de forma gratuita.

Através dos elementos constitutivos deste trabalho, não obtivemos informações sobre quantas pessoas eram atendidas ou não e nem quais alunos eram ou não de áreas rurais. Assim como, não tivemos acesso aos dados da formação do corpo docente total da instituição, para sabermos o número exato de normalistas e advindos de formação na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Em contrapartida, conseguimos verificar que o Ginásio Santo Antônio possibilitou que a cidade fosse vista pelo Estado e ofertasse, após o término das atividades do Ginásio, o ensino de 1º e 2º graus gratuitos para a população, por meio da Rede Estadual de Ensino, que atende a população cajuriense até os dias de hoje. Desse modo, como consequência das lutas históricas, a cidade conta com a oferta de políticas de acesso à educação, no entanto, apesar disso, as desigualdades sociais históricas ainda se encontram presentes na atualidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre as instituições educativas, no campo da História da Educação, podem auxiliar na compreensão do cenário local e nacional de um determinado período histórico e também nos permite entender a raiz de certas estruturas de desigualdades sociais que perduram até os dias de hoje. Mediante esse entendimento, nos propormos a estudar as particularidades do Ginásio Santo Antônio, localizado em uma cidade do interior de Minas Gerais, buscando trazer à tona uma discussão que muito se faz presente nos tempos atuais: a dicotomia entre a classe trabalhadora e a elite intelectual.

Nesse sentido, verificamos que o Ginásio investigado foi o marco inicial para que ocorresse a expansão educacional na cidade de Cajuri, ofertando até a década de 60 apenas o ensino primário para a população local. Com isso, ao longo da dissertação, apresentamos quem foram os seus alunos, como estes ingressavam e permaneciam na instituição, identificamos o perfil socioeconômico dos pais destes alunos e os profissionais que atuaram no Ginásio. Para fazer essa retomada, nos valem de informações obtidas através da consulta aos livros de matrícula, de tabelas de contratação, do regimento escolar e de outros documentos já listados e analisados ao longo do corpo do texto.

Verificamos que os alunos que frequentavam o Ginásio investigado eram em sua maioria residentes da cidade de Cajuri e alguns das cidades ao seu entorno, tais como Ervália,

São Miguel do Anta e Coimbra. Tratava-se de filhos de ferroviários, agricultores, domésticas, delegados, fruticultores, sitianteiros, fazendeiros, funcionários do correio, alfaiates, diaristas, aposentados e outras profissões, ou seja, a instituição escolar era composta por membros da classe trabalhadora e da elite da cidade.

Cabe também enfatizar que os alunos ingressavam por meio do exame de admissão, que ocorria no mês de dezembro, anterior a matrícula e tinha uma segunda chance para os reprovados no mês de fevereiro, do ano da matrícula. Em outras palavras, se a matrícula fosse em 1963, o aluno teria a chance de realizar o exame em dezembro de 1962 e fevereiro de 1963. Sob essa ótica, é importante dizer que ele foi extinto pela Lei nº 5.692 do ano de 1971. Acerca dessa modificação não conseguimos identificar nas fontes consultadas como se deu a seleção dos alunos a partir do ano de 1971, já que o estabelecimento tinha vagas limitadas e certamente o quantitativo que concluía o ensino primário era maior que as vagas ofertadas.

Ainda sobre o conjunto de pessoas que constituíram a história do Ginásio, localizamos informações sobre os professores e sua trajetória formativa. Nessa vertente, foi localizada a precarização dos serviços oferecidos, devido à ausência de formação docente de boa parte da equipe pedagógica da instituição.

Sobre as capacitações, embora elas fossem ofertadas, os depoimentos demonstraram que até mesmo esses cursos não eram, de fato, cumpridos pelos profissionais da educação que compunham a equipe do Ginásio, devido ao fato que os colaboradores enfatizaram que boa parte dos professores não concluíram a formação, considerando-a com um grau de exigência elevado. Todavia, o diretor do Ginásio mantinha esses professores nos seus respectivos cargos, pela falta de opção de outros membros para ocupar essa função na cidade. Por meio disso, identificamos uma constante precarização docente em vários estabelecimentos de ensino da época, devido à política educacional que estava em vigor, que permitia ao aluno que obtivesse o título de ensino ginásial ou de normalista ministrar aulas.

Vale também ressaltar que diferente de outras instituições de ensino ginásial na microrregião de Viçosa (Ginásio Raul de Leoni – Viçosa; Ginásio Padre Antônio Mendes – Paula Cândido e dentre outros) , o Ginásio Santo Antônio não contou com a colaboração dos alunos da Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG), mas contou com o apoio das normalistas do Colégio Nossa Senhora do Carmo e da UFJF, em que boa parte dos professores tinham por base formativa a primeira instituição, enquanto a segunda proporcionava cursos de aperfeiçoamento. Para este estudo, não foi possível verificar o motivo pelo qual a UREMG, universidade mais próxima a Cajuri em termos de

quilometragem, não participou das ações para funcionamento do Ginásio, já que os professores eram em sua maioria normalistas do Colégio Nossa Senhora do Carmo.

Com esta pesquisa, entendemos com base nas fontes documentais e nas fontes orais o significado e a motivação da fundação de um Ginásio na cidade de Cajuri, tratando-se de um projeto desenvolvido na década de 60, pelo então pároco da cidade, o padre Oswaldo Renato Cunha. Ademais, ao longo da investigação, identificamos os esforços mobilizados na pessoa do pároco e então diretor do estabelecimento de ensino para a manutenção da educação ginásial na cidade, através da oferta de bolsas para aqueles que não possuíam condições para arcar com os gastos deste ciclo escolar.

Nesse sentido, em um primeiro momento, o pároco buscou estabelecer parceria com a Arquidiocese de Mariana, todavia não obteve êxito. Como explicitado ao longo deste estudo, não conseguimos dados suficientes sobre os possíveis motivos para o não consentimento do auxílio da Arquidiocese, apoio esse que beneficiaria crianças e jovens em seu desenvolvimento formativo, social e escolar. Mediante essa negativa, outros caminhos para a manutenção do Ginásio foram construídos.

Houve a fundação de uma Associação, constituída por autoridades e integrantes do serviço público e religioso da cidade, à época, denominada de Associação Presidente Kennedy (A.S.P.K). Nesse sentido, coube a associação a função de angariar fundos para as causas dos serviços sociais de Cajuri, em benefício dos menos favorecidos economicamente e também auxiliar na manutenção do ensino secundário local, para que, assim, o Ginásio Santo Antônio permanecesse em funcionamento. No entanto, somente os recursos advindos da A.S.P.K não foram suficientes para assegurar tal permanência, o que demandou, do diretor do Ginásio e dos pais dos alunos, tentaram parcerias políticas com os deputados atuantes na época.

Assim, com o recebimento de subvenções públicas, associados aos recursos da A.S.P.K, que eram constituídos pelo Caixa Escolar, e com as contribuições dos pais e alunos e das ações culturais providas pela instituição, o Ginásio permaneceu em funcionamento de 1961 até 1975, com a oferta de bolsas, flexibilização no pagamento das anuidades e gratificações reduzidas para o trabalho dos professores.

Essas estratégias indicam que havia um movimento local para que a educação ginásial chegasse à cidade de Cajuri, haja vista, que neste período o Estado só se responsabilizava pelo ensino primário e aqueles que desejassem prosseguir nos estudos deveriam arcar com os gastos das escolas particulares existentes na região, como o Colégio de Viçosa e Colégio

Normal Nossa Senhora do Carmo. Dada essa situação, os pais pertencentes a classe trabalhadora, não conseguiam manter os seus filhos nestes estabelecimentos, devido a outros gastos relativos à sobrevivência humana. Posto isto, as estratégias promovidas pelo Ginásio Santo Antônio foram essenciais para o acesso e permanência de parte da população cajuriense.

Vale também salientar que o término de suas atividades em 1975 se deu justamente por dificuldades de manutenção, já que neste período a Secretaria do Ensino Secundário exigia do Ginásio o reajuste do salário dos professores, o que se mostrou inviável para o cofre e recursos da instituição. Diante disso, como estratégia de prosseguimento das atividades do Ginásio, o diretor enviou uma carta a esta mesma secretaria solicitando providências para que um novo estabelecimento de ensino ginásial fosse ativado na cidade, visto que o Ginásio Santo Antônio interromperia suas atividades devido à falta de recursos e não interesse da A.S.P.K a permanecer na manutenção deste estabelecimento de ensino, certamente devido ao início de expansão de escolas estaduais, a nível ginásial, que ocorreu na década de 70.

Apesar de nosso estudo ter focado apenas um dos municípios da Zona da Mata Mineira, compreender o ensino ginásial e sua acessibilidade para a camada popular precisa ser contemplado também em outras regiões, ainda se observa a necessidade de pesquisas sobre instituições educativas, a nível ginásial nas microrregiões da porção Norte, a exemplo dos municípios de Cataguases, Juiz de Fora, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Santos Dumont e Ubá.

Desse modo, esse tipo de estudo, que busque contemplar esses contextos, se torna ainda mais imprescindível após a realização deste trabalho sobre o Ginásio Santo Antônio da cidade de Cajuri, já que por meio dele percebemos que cada processo de disseminação de ginásios possui suas similaridades e diferenças. Compreendemos questão nestas discrepâncias que visualizamos ações e omissões do Poder Público, da igreja, da elite intelectual e da classe trabalhadora.



## REFERÊNCIAS

- ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino. Apresentação. In: ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (Orgs.). **Os municípios na Modernização Educativa**. Lisboa: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, 2014, p. 05-17. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/19869>. Acesso em: 08 jan. 2021.
- ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino. Apresentação. In: ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (orgs.). *História dos Municípios na Educação e na Cultura: Incertezas de ontem, desafios de hoje*. p. 05 - 08. Portugal, 2013, p. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9460>. Acesso em: 08 jan. 2021.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **A Historiografia no Século XX: História e Historiadores entre 1848 e... 2025?** Tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. CPDOC – FGV. Rio de Janeiro, 1996.
- ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral?** Possibilidades para além da construção do passado. CPDOC – FGV. Rio de Janeiro, 2000.
- AMARAL, Giana Lange. O municipalismo, a educação e o desenvolvimento local: Pelotas – RS, Brasil – Primeiras décadas do século XX. In: ADÃO, Aurea; MAGALHÃES, Justino (Orgs.). **Os municípios na Modernização Educativa**. Lisboa: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, 2014, p. 05-17. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/19869>. Acesso em: 08 jan. 2021
- ANDRADE JÚNIOR, Edson de Oliveira; Andrade, Edson de Oliveira. Lexical analysis of the Code of Medical Ethics of the Federal Council of Medicine. *AMB Rev Assoc Med Bras*. 2016; 62 (2): 123-30. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-42302016000200123](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302016000200123). Acesso em: 29 jan. 2021.
- AZEVEDO, Denilson Santos de. **A disseminação de uma escola pobre para o aluno pobre: a expansão do ensino de 2º grau da rede pública estadual do Rio de Janeiro (1983 – 1987)**. 1993. 140p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- Azevedo, D. S. de. (2020). **A instrução pública no município de Viçosa no Império (1839-1890)**. *Revista De Ciências Humanas*, 20(1). Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/10545>
- BAGLI, Leidyleni Nolasco Rodrigues. **A atuação do poder público muriaeense na educação de 1871 a 1930**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.
- BARROS, José D´Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 236p.

BEISIEGEL, Celso de Rui, 2019. **Política e educação popular**: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. Brasília: Liber

BERTUCCI, Ademar de Andrade; SILVA, Roberto Marinho Alves da (Orgs.). 20 anos de Economia Popular Solidária: Trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. 1. ed. Brasília: [s. n.], 2003. 145 p. Disponível em: <http://caritas.org.br.s174889.gridserver.com/wp-content/uploads/2011/03/Livrofinal.pdf>. Acesso em 12. jun. 2021

BRASIL. **Diário do Executivo**, 1964. (Incompleta)

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4. 024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L4024.htm#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L4024.htm#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases). Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>. Acesso em: 19 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação no Brasil**: Subsídio para a Conferência Internacional de Educação, 1971. Disponível em: [http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&coobra=26870](http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=26870). Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Reforma Benjamim Constant**, 1980. Disponível em: [http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&coobra=144902](http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=144902). Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL, **Reforma Epitácio Pessoa**, 1901. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf> . Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL, **Reforma Rivadávia Correia**, 1911. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf> . Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL, **Reforma Carlos Maximiliano**, 1915. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf> . Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL, **Reforma Rocha Vaz**, 1925. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf> . Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL, **Reforma Capanema**, 1942. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf>

[republica/REFORMAS%20EDUCACIONAIS%20.pdf](#) . Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1961. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.024%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201961.&text=Fixa%20as%20Di](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.024%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201961.&text=Fixa%20as%20Di). Acesso em 14 jun. 2021.

BRASIL, Lei n. 5692, 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm) Acesso em 14 jun. 2021.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. Das Leis Orgânicas do Ensino à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1971: princípios filosóficos e políticos à luz de Rousseau. **Educação & Linguagem**, v. 16, n. 1, P. 221-247, jan.-jun. 2013 ISSN Impresso: 1415-9902. ISSN Eletrônico: 2176-1043 DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1043/el.v16n1p221-247>. Acesso em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/4002>

BORGES, Thayná Luana; AZEVEDO, Denilson Santos de. **O Ginásio Raul de Leoni (1961-1973)**. 2018. 53p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

BORGES, Thayná Luana; AZEVEDO, Denilson Santos de. **O processo de criação e os primeiros anos do Ginásio Santo Antônio**. In: XII Congresso Luso – Brasileiro de História da Educação. **Anais [...]**. Mato Grosso, 2021, p.327-336.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2009.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

BUFFA, Ester. **História e filosofia das instituições escolares**. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio. (Org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/MG.EDUFU, 2002, p.20.

CABRAL, Talitha Estevam Moreira. **O processo de adoecimento do magistério público primário no início do século XX: indícios do mal-estar docente nos grupos escolares mineiros (1906-1930)**. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2014.

CARVAS, Giovanna Maria Abrantes. **A educação salesiana na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais e a formação de professoras na Primeira República**. 2015. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE (CNEC). **Nossa História**, 2020. Disponível em: <http://www.cnec.br/nossa-historia#:~:text=A%20Campanha%20Nacional%20de%20Escolas,para%20ingressar%20em%20col%C3%A9gios%20privados>. Acesso em 20 jan. 2021.

CARVALHO, Carlos Henrique; ARAÚJO, José Carlos Souza; NETO, Wenceslau Gonçalves. Discutindo a História da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930 – 1950). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas.** Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/ SP: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2002.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COSTA, Aline Rosane; AZEVEDO, Denilson Santos de. S. **História serial e as recorrências temáticas no jornal “A Cidade de Viçosa” (1892-1928).** In: VII CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS. **Anais [...].** Ouro Preto, Minas Gerais, 2013, p.22-30.

COSTA, Fernando Alvez. **Riqueza e escravidão em uma localidade da Zona da Mata Mineira - Santa Rita do Turvo 1850/59.** Heera (UFJF. Online), v. 8, p. 30-50, 2013.  
 CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? **História Unisinos**, São Leopoldo, v.8, nº 10, p. 157-178, jul. dez. 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

CUNHA, Oswaldo Renato. Ata de Constituição de uma Sociedade Civil. In: CUNHA, O. R. **Cáritas da Paróquia de Cajury**, Cajuri, 1964.

CUNHA, Oswaldo Renato. **Regimento Interno Ginásio Santo Antônio**, Cajuri, 1973.

CUNHA, Oswaldo Renato. Ata de Constituição de uma Sociedade Civil. In: CUNHA, O. R. **Cáritas da Paróquia de Cajury**, Cajuri, 1964.).

CUNHA, Oswaldo Renato. [Carta] Destinatário: Arquidiocese de Mariana, Cidade, dia, 1961.

CUNHA, Oswaldo Renato. **Requerimento**, Cidade, dia, 1961.

CUNHA, Paulo Vitor do Vale, 1993-1964. **História da educação: mapeando os espaços escolares do município de Viçosa, Minas Gerais (1930-1964) / Paulo Vitor do Vale Cunha.** Viçosa, MG, 2020.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Trabalho e Formação de Professores.** Cad. Pesqui. 42 (146) • Ago 2012 <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000200003>

EL HADJ, Badia Abrão. **De Cajuri para o futuro, os relances de um olhar.** Visconde do Rio Branco, MG: Suprema, 2013.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, nº 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educ.**

Soc. [online]. 2002, vol.23, n.79, p.257-272. ISSN 1678-4626. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302002000300013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302002000300013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 18 dez. 2020.

FERREIRA, Joubert Lima. **O carvalho para a sombra e os frutos do amanhã**: matemática, professores e atividades escolares no Ginásio Mairi (1966-1985). 2013. 141f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Edição. Porto Alegre: Penso, 2013. 256p.

FRANK, Robert. “La mémoire et l’histoire”. In: Danièle Voldman (dir.). **La bouche de la vérité?** La recherche historique et les sources orales. Cahiers de l’IHTP, nov.de 1992, p. 65-72.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane Souza. **História social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. v. 3. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane Souza. **História social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2014. v. 3. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).

GATTI JÚNIOR. Décio. A história das instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio. (Org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira**: Instituições Escolares e Educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/MG.EDUFU, 2002, p.20.

GEREMIAS, Bethânia Medeiros., & BORGES, Thayna Luana. (2020). Narrativas de vida sobre a escolarização dos idosos: contribuições na formação inicial dos professores. **Horizontes**, 38(1), e020064. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v38i1.975>

GOUBERT, Pierre. “História Local” in **História & Perspectivas**. Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun. 1992, p.45.

GRAZZIONTIN, Francine. **Imprensa**: considerações para seu uso como fonte histórica. Semina: Cadernos dos Pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, V.4 (1), p.1-7, 2006.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXII -1961). Rio de Janeiro, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXIII - 1962). Rio de Janeiro, 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXIV - 1963). Rio de Janeiro, 1963.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXV - 1964). Rio de Janeiro, 1964.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXVI - 1965). Rio de Janeiro, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXVII - 1966). Rio de Janeiro, 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXVIII - 1967). Rio de Janeiro, 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXIX - 1968). Rio de Janeiro, 1968.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXX - 1969). Rio de Janeiro, 1969.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXXI - 1970). Rio de Janeiro, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXXII - 1971). Rio de Janeiro, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXXIII - 1972). Rio de Janeiro, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Rio de Janeiro, RJ). **Anuário Estatístico do Brasil** (Ano XXXIV - 1973). Rio de Janeiro, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados (2020)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/cajuri.html>. Acesso em 19 jan. 2021.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 3ª ed., Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: autêntica, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MAGALHÃES, Justino. Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na cultura em Portugal (1820 -1986). Perspectiva histórica. In: ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (orgs). **História dos Municípios na Educação e na Cultura: Incertezas de ontem, desafios de hoje**. p. 05-08. Portugal, 2014, Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9460>. Acesso em: 08 jan. 2021.

MAIA, Laís Aparecida dos Reis. **História da educação na região de Ponte Nova nos anos de 1863 a 1930**. 2019. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, 1990/1991, p.149-156.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semiestruturada**: Análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISAS E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: USC, 2004. V.1.p.01-10.1 CD-ROM.

MAYRINK, Amarildo. **Estação Cajuri**: Última parada antes de chegarmos a Viçosa. O trem expresso, 17 jun. 2018. Disponível em: <http://otremexpresso.blogspot.com/2018/06/cajuri-ultima-parada-antes-de-chegarmos.html>. Acesso em 12 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **[Carta]**. Destinatário: Oswaldo Renato Cunha. Cajuri, dia e ano. Disponível em: arquivo da igreja.

MELLO, Otaviano Vaz; PANIAGO, Euter; TORES, Aníbal Alves. Ginásios. **A Cidade**, Viçosa, 04 de abril de 1970, n.145, p.2.

MENDES, Antônio; CARVALHO, Simões Pélmio. Ginásios. **Folha de Viçosa**, 23 de novembro de 1964, n.26, p.1.

MENDES, Antônio; CARVALHO, Simões Pélmio. Horários de funcionamento. **Folha de Viçosa**, 30 de maio de 1971, n.161, p.1

MÉSZAROS, István. Teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2016.

NETO, Alexandre Ribeiro. A micro história como aporte teórico para os estudos em História da Educação. **Revista Contrapontos** – Eletrônica, vol.18. n.1- Itajaí, jan - mar., 2018. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/11112>. Acesso em: 30 jan. 2021.

NETO, Wenceslau Gonçalves. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, J. C. S; GATTI Jr, D. **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados, Uberlândia, MG. Edufu, 2002, p.197-225.

NUNES, Clarice. O “bom” e o “velho” Ensino Secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, maio. /ago., nº 14, São Paulo, 2000. p. 35-60.

O CAJURIENSE. **Cajuri, MG**, Editorial (1964).

PEREIRA, Roberta Geraldo. **Do Império à República**: história e educação no município de Ubá-MG (1831-1930). 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2017.

PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Silvia Helena Andrade. **Ensino Secundário ou educação secundária?** Controvérsias e singularidades na escrita de sua História, 2014. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/750>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempos, espaços e

organização do trabalho escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971 – estudo histórico – jurídico comparado do Ensino Secundário. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 151, p. 67-83, jan./mar. 2014. Editora UFPR.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Esta história que chamam micro. In: GUAZZELLI, C. A. B.; *et al.* (Orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 209-234.

PORTAL DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em: 20 jan. 2021.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica: Dea Ribeiro Fenelon.

REZENDE, Antônio Paulo. O Recife: os espelhos do passado e os labirintos do presente ou as tentações da memória e as inscrições do desejo. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós- graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, (18), maio, 155 -166, 1999.

RIO DE JANEIRO. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Rio de Janeiro**, RJ, 10 abr. 1942. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm). Acesso em: 19 jan. 2021.

ROMANELLI, Geraldo; BIASOLI-ALVEZ, Zélia Maria Mendes. **Diálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: Estrutura e sistema**. 9. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011b.

SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza. (Orgs.). **História da educação pela imprensa**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Nacional, 1969. v. 94. 416 p. (Atualidades Pedagógicas).

SILVA, Elizabet Maria Pereira. **Escola Normal Nossa Senhora do Carmo: Uma análise do ensino de meninas em Viçosa (1914-1930)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012.

SPÓSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola**: A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. Editora: Loyola, São Paulo, 1984.

SOUZA, Rosa Fátima. O ensino Secundário em Minas Gerais no Período Republicano: o secular desafio da democratização. In: **História da Educação em Minas Gerais**: da Colônia à República: volume 3: República/organizadora do volume 3, Wenceslau Gonçalves Neto, Carlos Henrique de Carvalho; coordenadores da coleção Carlos Henrique de Carvalho, Luciano Mendes de Faria Filho, Luciano Mendes de Faria Filho. – EDUFU – 2019. 416p. (vol.3): il.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TORRES, Aníbal Alves; FARIA, Geraldo Lopes. Apresentação. **A Cidade**, 30 de setembro de 1961, n.1, p.1

TORRES, Aníbal Alves; FARIA, Geraldo Lopes. Ginásio Raul de Leoni. **A Cidade**, 18 de abril de 1962, n.14, p.4.

VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (Orgs.). **A escola secundária**: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX). São Paulo: Annablume, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. De Heródoto ao Gravador: Histórias da História Oral. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 77–82, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v1i1.8645455. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645455>. Acesso em: 19 jan. 2021.

WANDERLEY, Luiz Eduardo, 1984. **Educar para transformar**: educação popular, igreja católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes.

**APÊNDICE A - Roteiro da entrevista semiestruturada sobre o processo de constituição de ginásios na microrregião de Viçosa-MG entre o período de 1961-1973**

**TÍTULO DA PESQUISA: O ENSINO GINASIAL NA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA (1961-1973): considerações acerca de sua constituição, organização e funcionamento.**

**OBJETIVOS DA PESQUISA:** (i) Mapear a origem, organização e o funcionamento do ginásio Santo Antônio; (ii) Identificar os principais sujeitos envolvidos em sua criação; (iii) Caracterizar as mudanças, permanências, avanços e retrocessos deste ginásio no período em tela; (iv) Analisar as possíveis contribuições deste educandário para o ensino na microrregião de Viçosa. (v) Compreender a existência ou inexistência de ações da igreja católica na constituição e manutenção do ensino ginasial na região. (vi) Analisar as práticas pedagógicas e organização curricular na relação com a educação da elite.

**ENTREVISTADOS:** Ex-funcionários, alunos, professores e gestores que compuseram a historicidade do ginásio Santo Antônio (Cajuri).

**PRINCIPAIS ASPECTOS A SEREM ABORDADOS:** O presente roteiro de entrevista visa compreender o processo de criação e o funcionamento do ginásio Santo Antônio (Cajuri) no período de 1961 a 1973, objetivando conhecer a motivação e o processo de criação destas instituições de ensino desde seus primórdios; identificar os principais sujeitos envolvidos na criação e funcionamento deste ginásio; analisar as características de funcionamento deste colégio e suas principais ações formativas. Para tanto se faz necessário os seguintes questionamentos:

## QUESTÕES ORIENTADORAS DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**Entrevistado (a):** \_\_\_\_\_

1. Fale sobre a criação deste ginásio, de onde veio essa ideia e como ela foi implementada?
2. Quando e onde o Colégio começou a funcionar?
3. Que curso(s) ofertava(m)?
4. Em que lugar (es) ele funcionou?
5. Quais eram os critérios de ingressos de alunos?
6. Quem foram os alunos desta escola?
7. Quem eram os professores, coordenadores, diretores? Quem os remunerava?
8. Qual era o seu público?
9. Os pais pagavam a escola ou havia alguma cobrança de taxa? Quem arcava com as despesas?
10. Em que período a instituição funcionou? A escola funcionava em todos os turnos?
11. Qual o material didático utilizado?
12. Havia atividades extracurriculares? Quais?
13. Que matérias, atividades escolares você mais lembra?
14. A escola passou por alguma mudança, reforma administrativa didática?

## APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado/a entrevistado/a,

Você está sendo convidado(a) como voluntário (a) para participar da pesquisa intitulada “**O povo permanece na escola: Os Ginásios populares na microrregião de Viçosa (1961 – 1973)**”, desenvolvida pela discente Thayná Luana Borges, mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação, sob a orientação do Professor Denílson Santos de Azevedo. Nesta investigação serão discutidas questões sobre a criação e trajetória dos Ginásios Santo Antônio em Cajuri (1961-1973) e Padre Antônio Mendes em Paula Cândido (1961–1973). Com o objetivo de conhecer o processo de constituição destes dois ginásios na microrregião de Viçosa – MG entre o período de 1961–1973.

Além disso, pretende-se: Mapear a origem, organização e o funcionamento destes ginásios; identificar os principais sujeitos envolvidos na criação das instituições, bem como as práticas pedagógicas e curriculares que ocorreram no interior da escola; caracterizar as mudanças, permanências, avanços e retrocessos destes ginásios no período em tela; analisar as possíveis contribuições destes educandários para o ensino na microrregião de Viçosa.

Os riscos envolvidos com essa pesquisa, estão relacionados ao desconforto em participar da mesma, visto que serão gravadas em áudios e a inibição em prestar as informações solicitadas, e neste caso, você poderá se negar a dar qualquer tipo de informações que cause constrangimento. Os pesquisadores, entretanto, garantem que nenhum constrangimento será gerado e que na análise dos dados os sujeitos não serão identificados pelo nome. Desse modo, os critérios serão devidamente observados e respeitados: (i) liberdade para se recusar a participar ou retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma; (ii) garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa; e (iii) participação voluntária, sem ônus algum para o participante.

Garantimos que todas as informações serão tratadas com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resoluções 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para a produção de conhecimentos sobre uma parte, ainda não retratada, da História da Educação de Minas Gerais, especialmente na Zona da Mata Mineira. Sua contribuição terá como benefício para esta pesquisa, uma melhor compreensão dos processos educativos de alguns Ginásios populares na microrregião de Viçosa. Sua participação nesta pesquisa não implicará em nenhuma despesa bem como em nenhum benefício financeiro, ou seja, a sua participação é voluntária. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelos pesquisadores responsáveis, no Programa de Pós-graduação em Educação, e a outra lhe será fornecida. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados sob responsabilidade dos pesquisadores.

Nesses termos, declaro ter sido informado(a) e concordo com a participação. Por isso, eu\_\_\_\_, contato\_\_\_\_,afirmo que fui informado(a) dos objetivos, riscos e benefícios da pesquisa “**O povo permanece na escola: Os Ginásios populares na microrregião de Viçosa (1961 – 1973)**”, e fornecerei as informações necessárias para contribuir com a proposta de pesquisa descrita anteriormente. Ademais, também concordo que os dados possam ser usados em pesquisas futuras, mantendo-me sempre anonimato.

**Pesquisador responsável:** Denílson Santos de Azevedo

Departamento de Educação (DPE) Tel.: (31) 3899 – 1661. E-mail:dazevedo@ufv.br

**Equipe de pesquisa:** Thayná Luana Borges

Departamento de Educação (DPE) Tel.:(32) 99911-4130. E-mail: thaynaluana123@hotmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob os aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, subsolo, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário - Cep: 36570-900 Viçosa/MG, Telefone: (31)3899-2492, Email: cep@ufv.br www.cep.ufv.br

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Assinatura do  
participante

---

Assinatura do  
pesquisador